

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

LETÍCIA DOS SANTOS CAMINHA

**COMUNICAÇÃO, COGNIÇÃO E RELEVÂNCIA EM DON QUIJOTE DE LA
MANCHA**

**PONTA GROSSA
2020**

LETÍCIA DOS SANTOS CAMINHA

**COMUNICAÇÃO, COGNIÇÃO E RELEVÂNCIA EM DON QUIJOTE DE LA
MANCHA**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), área de Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Lourenço dos Santos

**PONTA GROSSA
2020**

C183 Caminha, Letícia Santos
Comunicação, cognição e relevância em Don Quijote de la Mancha / Letícia Santos Caminha. Ponta Grossa, 2020.
131 f.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem - Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Lourenço Santos.

1. Don Quijote. 2. Pragmática. 3. Teoria da Relevância. 4. Comunicação. 5. Interpretação. I. Santos, Sebastião Lourenço. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linguagem, Identidade e Subjetividade. III.T.

CDD: 808.3

LETÍCIA DOS SANTOS CAMINHA

**COMUNICAÇÃO, COGNIÇÃO E RELEVÂNCIA EM DON QUIJOTE DE LA
MANCHA**

Dissertação apresentada para obtenção do título grau de Mestre em Estudos da
Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Área de concentração em Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Ponta Grossa, 28 de agosto de 2020.



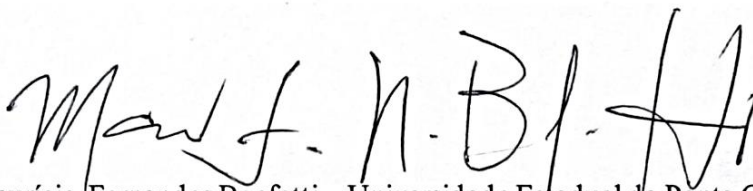
Dr. Sebastião Lourenço dos Santos - Universidade Estadual de Ponta Grossa



Prof. Dr.ª Elena Godoy
Dra Elena Godoy – Universidade Federal do Paraná



Dra. Valeska Gracioso Carlos – Universidade Estadual de Ponta Grossa



Dr. Mauricio Fernandes Benfatti – Universidade Estadual de Ponta Grossa

À minha família.
Aos meus amigos.
A todos aqueles que também se encantam com meandros da mente humana.

AGRADECIMENTOS

Expressar nossa gratidão não é e nunca será uma tarefa fácil. O ato de agradecer nos faz pensar profundamente em como cada pessoa que já esteve em nossa vida nos afetou, deixando um pouco de si e levando um pouco de nós. Na tentativa de, em poucas palavras, exprimir meu reconhecimento a todos que, de alguma forma, colaboraram com meu desenvolvimento acadêmico durante o curso de mestrado, escrevo esses breves agradecimentos. A organização deste texto não configura uma hierarquia de minha admiração, mas revela a ordem cronológica em que cada personalidade citada passou a fazer parte de minha vida.

Assim, agradeço:

A Ele por todas as providências.

A minha família por compreender as ausências.

Aos mestres e especialmente a meu orientador, Sebastião Lourenço dos Santos, pela paciência e pelo apoio, desde o primeiro ano de graduação, e por ter me apresentado a Teoria da Relevância, dentre tantos outros conhecimentos sem os quais não teria chegado até aqui.

À professora Ligia Paulo Couto por me despertar o prazer pela pesquisa durante minha participação no PIBID Espanhol UEPG e me fazer perceber que o exercício da docência é um ato político.

À professora Lucimar Araújo Braga que orientou a escrita de minha monografia ao final da graduação e me ensinou que nossas experiências também são relevantes à nossa formação acadêmica.

À professora Valeska Gracioso Carlos por aceitar avaliar meu trabalho e por partilhar comigo as riquezas da sociolinguística, na graduação e na pós-graduação.

Ao professor Maurício Fernandes Neves Benfatti por estar presente durante todo o curso de mestrado, por me receber em suas aulas da graduação e me ceder espaço para discutir com seus alunos o tema de minha pesquisa.

À professora Elena Godoy pelas contribuições, pela avaliação do trabalho e pelas grandes discussões sobre linguística e pragmática.

Aos colegas, Daniele e Marcos, pelo ombro amigo, por me encorajarem nos momentos de insegurança e por estarem comigo me auxiliando no decorrer da pesquisa.

Locos son, en cambio, los que buscan acomodar sus vidas a la tiranía de la masa y a la supuesta objetividad de la mayoría, basada en la reacción de una conciencia que solo se sostiene en la percepción de los sentidos y en lo efímero y cambiante. Cierdos son, por otra parte, los que luchan, como Don Quijote, por un ideal y por valores trascendentes, los que siguen un proyecto de humanidad heroica, un camino hacia la libertad, la ilusión de una conciencia individual que se sostiene en el misterio y el prodigio de una percepción subjetiva o creación de un mundo imaginario. En otras palabras, lo eterno e inmutable.

Ángel Rodríguez González

RESUMO

O trabalho analisa as atividades cognitivas atreladas ao processamento de novas informações, a partir das situações comunicativas encontradas nos capítulos I, IV, VIII, XVIII, XXI e XXII, da obra cervantina “El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha”, tendo como perspectiva teórica a Teoria da Relevância (TR) (SPERBER; WILSON, 2001). O romance de Cervantes nos apresenta don Quijote, seu protagonista, um fidalgo de cinquenta anos que desenvolve uma patologia mental ocasionada pelas intensas leituras das novelas de cavalaria. A loucura leva-o a acreditar que é possível restituir a cavalaria em seu tempo, tal qual é praticada pelos personagens das novelas que lê. Assim, o fidalgo louco decide tornar-se cavaleiro andante e passa a interpretar a realidade conforme as representações mentais construídas por meio de suas leituras. A modificação do ambiente cognitivo de don Quijote, provocada pelas intensas e contínuas leituras das novelas cavaleirescas, afeta diretamente a interpretação dos enunciados que lhe são dirigidos, ao comunicar-se verbalmente com os demais personagens. Constatamos que o romance supracitado contém episódios de interação verbal que representam o uso da linguagem em contextos de fala, e o papel que tais contextos desempenham nos processos de interpretação dos significados constitui um solo fértil para os estudos pragmáticos, especialmente aqueles referentes ao campo da pragmática cognitiva, que tem como um de seus expoentes a Teoria da Relevância. Diante dessas considerações, buscamos, mediante a observação da narrativa cervantina, delinear os mecanismos cognitivos mobilizados pela mente humana ao interpretar o significado de uma nova informação, estabelecemos como objetivos norteadores da análise: a) revisitar os estudos pragmáticos de abordagem cognitiva; b) descrever como fatores contextuais podem influenciar a mente na interpretação do significado dos enunciados numa interação verbal; e c) examinar como a potencial relevância de novas informações determina a seleção dos conhecimentos utilizados pelos interlocutores em uma inferência. A caracterização do protagonista cervantino e o seu comportamento comunicativo viabilizaram o estudo proposto, uma vez que sua loucura contraria o critério de desordenamento da linguagem ao qual recorrem muitos psicólogos e psiquiatras para diagnosticar uma patologia mental. No decorrer da análise dos dados, pudemos averiguar que don Quijote profere enunciados de forma clara e inteligível, mas em suas atividades inferenciais constrói significados que ficam circunscritos à cavalaria. Sendo assim, valemo-nos do fato de o texto literário permitir a descrição de um aspecto do uso da linguagem que é limitado pela natureza da mente humana: a interpretação. Para fins da análise, recorreremos também aos trabalhos de Wittgenstein (1953), Austin (1990), Searle (1990), Grice (1975), entre outros autores que contribuem com as discussões aqui estabelecidas.

Palavras-chave: don Quijote; Pragmática; Teoria da Relevância; Comunicação; Interpretação;

RESUMEN

El estudio contiene un análisis de las actividades cognitivas relacionadas al procesamiento de nuevas informaciones, desde las situaciones interactivas encontradas en los capítulos I, IV, VIII, XVIII, XXI y XXII, de la obra cervantina, "El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha", tomando como perspectiva teórica la Teoría de la Relevancia (TR) (SPERBER; WILSON, 2001). El romance de Cervantes nos presenta don Quijote, su protagonista, un hidalgo de cincuenta años que desarrolla una patología mental causada por las intensas y continuas lecturas de las novelas de caballería. Su locura lo hace creer que es posible restaurar la caballería, como es practicada por los personajes de las novelas que lee. Así, el hidalgo loco decide hacerse caballero andante y pasa a interpretar la realidad según los marcos conceptuales contruidos través de sus lecturas. El cambio del ambiente cognitivo de don Quijote, provocado por las intensas y continuas lecturas de las novelas caballerescas, afecta directamente la interpretación de los enunciados que les direccionan, al comunicarse verbalmente con los demás personajes. Constatamos que el dicho romance lleva episodios de interacción verbal que representan el uso del lenguaje en contextos de habla, y el papel que esos contextos cumplen en los procesos de interpretación de los significados constituyen un rico tema a los estudios pragmáticos, especialmente aquellos que se refieren a la pragmática cognitiva, que tiene como uno de sus exponentes la Teoría de la Relevancia. Delante estas consideraciones, buscamos, ante la observación de la narrativa cervantina, delinear los mecanismos cognitivos movilizados por la mente humana al interpretar el significado de una nueva información, establecemos como objetivos guidores del análisis: a) visitar los estudios pragmáticos de abordaje cognitivo; b) describir como factores contextuales pueden influenciar la mente en la interpretación del significado de los enunciados en una interacción verbal; c) examinar como la potencial relevancia de nuevas informaciones determina la selección de los conocimientos utilizados por los interactuantes en una inferencia. La caracterización del protagonista y su comportamiento comunicativo han viabilizado el estudio propuesto, una vez que su locura contraría el criterio de desorden del lenguaje a que recurren muchos psicólogos y psiquiatras para diagnosticar una patología mental. En el desarrollo del análisis de los datos, logramos averiguar que don Quijote profiere enunciados de manera clara e inteligible, pero en sus actividades inferenciales construye significados que quedan circunscritos a la caballería. Por lo tanto, nos valemos del hecho del texto literario permitir la descripción de un aspecto del uso del lenguaje que es limitado por la naturaleza de la mente humana: la interpretación. Para concluir el análisis recurrimos también a los trabajos de Wittgenstein (1953), Austin (1990), Searle (1990), Grice (1975), entre otros autores que contribuyen con las discusiones aquí establecidas.

Palabras-clave: don Quijote; Pragmática; Teoría de la Relevancia; Comunicación; Interpretación.

ABSTRACT

The work analyzes the cognitive activities coupled to the processing of new information, from the communicative situations found in chapters the I, IV, VIII, XVIII, XXI and XXII, of the cervantine work "El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha", having as theoretical perspective the Relevance Theory (RT) (SPERBER; WILSON, 2001). The Cervantes' novel introduces us to Don Quixote, its protagonist, a 50-year-old nobleman who develops a mental pathology caused by intense cavalry novels readings. Madness leads him to believe that it is possible to restore the cavalry in his time, such as it is practiced by the characters of the novels he reads. Thus, the mad nobleman decides to become a walking knight and begins to interpret reality according to the mental representations constructed through his readings. The Don Quixote's cognitive environment modification, provoked by the intense and continuous readings of the knightly novels, directly affects the interpretation of the utterances that are directed to him, when communicating verbally with the other characters. We noted that the aforementioned novel contains episodes of verbal interaction that represent the use of language in speech contexts, and the role that such contexts play in the processes of interpretation of meanings constitutes a fertile field for pragmatic studies, especially those referring to the cognitive pragmatics area, which has as one of its exponents the Relevance Theory. In light of these considerations, we seek, through the observation of the cervantine narrative, to delineate the cognitive mechanisms mobilized by the human mind when interpreting the meaning of a new piece of information, we established as guiding goals for the analysis: a) to revisit the pragmatic studies of cognitive approach; b) describe how contextual factors can influence the mind in the interpretation of the meaning of utterances in a verbal interaction; and c) to examine how the potential relevance of new information determines the selection of knowledge used by interlocutors in an inference. The cervantine protagonist characterization and his communicative behavior enabled the proposed study, since his madness contradicts the criterion of language disordering to which many psychologists and psychiatrists use to diagnose a mental pathology. In the course of the data analysis, we were able to verify that Don Quijote utters statements in a clear and intelligible way, but in his inferential activities he constructs meanings that are circumscribed to the cavalry. Thus, we rely on the fact of the literary text allows the description of an aspect of the language using that is limited by the nature of the human mind: interpretation. For the analysis purposes, we also use the works of Wittgenstein (1953), Austin (1990), Searle (1990), Grice (1975), among other authors who contribute to the discussions established here.

Keywords: don Quixote; Pragmatics; Relevance Theory; Communication; Interpretation;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 CONSOLIDAÇÃO DA PRAGMÁTICA.....	17
1.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	17
1.2 OS JOGOS DE LINGUAGEM DE WITTGENSTEIN.....	18
1.3 A TEORIA DOS ATOS DE FALA: QUANDO DIZER É FAZER.....	20
1.4 ATOS DE FALA, SIGNIFICADO E INTENCIONALIDADE EM SEARLE.....	22
1.5 A TEORIA CONVERSACIONAL DE GRICE.....	23
1.5.1 O dito e o implicado.....	24
1.5.2 O Princípio de Cooperação.....	28
1.5.3 A comunicação ostensiva-inferencial.....	33
1.6 COMUNICAÇÃO: A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO DA PRAGMÁTICA.....	34
1.7 A QUESTÃO DO CONTEXTO.....	36
2 A TEORIA DA RELEVÂNCIA.....	40
2.1 A COMUNICAÇÃO VERBAL NUMA PERSPECTIVA RELEVANTISTA.....	41
2.2 O QUE É A OSTENSÃO?.....	47
2.3 INFERÊNCIAS E PROCESSOS MENTAIS.....	49
2.4 RELEVÂNCIA.....	55
3 UM FLERTE COM A LOUCURA.....	62
3.1 SOBRE O AUTOR E “SUA ESPANHA”.....	63
3.2 SOBRE O QUIJOTE: A LOUCURA COMO CRÍTICA SOCIAL.....	67
4 QUIJOTE E A MENTE HUMANA.....	72
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	79
5.1 A CARACTERIZAÇÃO PSICO-COMUNICATIVA DE DON QUIJOTE DE LA MANCHA.....	81
5.2 AS SUPOSIÇÕES E A FORMAÇÃO DOS CONTEXTOS.....	86
5.3 A COMUNICAÇÃO OSTENSIVA-INFERENCIAL.....	95
5.3.1 A ostensão: ação por meio da linguagem.....	96
5.3.2 A inferência.....	107
6 A RELEVÂNCIA CONVERSACIONAL EM DON QUIJOTE DE LA MANCHA.....	118

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS.....	128

INTRODUÇÃO

As últimas décadas foram marcadas por um aumento exponencial dos estudos sobre o funcionamento da mente humana. O tema parece ter despertado, de forma gradativa, o interesse de diversas áreas do conhecimento, motivando a expansão das disciplinas que integram o rol das ciências cognitivas, como a psicologia e a filosofia da mente (DASCAL, 1982). Descrever e explicar os mecanismos desse funcionamento são os objetivos das várias especulações teóricas acerca do assunto, seja no âmbito das chamadas ciências formais ou mesmo das hipóteses elaboradas pelo senso comum.

Contudo, uma breve leitura dos estudos acerca da cognição humana e os processos de significação sugere que as discussões relacionadas ao tema são bastante tardias no âmbito dos estudos linguísticos. Essa restrição e a sua quase inexistência no domínio dos estudos sobre a linguagem até o século XX não é gratuita. Por muito tempo, a dimensão exterior à estrutura linguística foi esquecida pelos linguistas (ARMENGAUD, 1995) que se limitavam a deslindar as relações sintáticas e semânticas implicadas na comunicação, deixando de lado a influência de fatores contextuais nos processos de interpretação do significado em uma situação comunicativa.

A evolução da linguística e o avanço dos estudos pragmáticos trouxeram à baila a relevância de fatores contextuais nos processos de interpretação do significado realizados pelos interlocutores durante a comunicação, nos quais o conceito de contexto passa a ser fundamental (WEEDWOOD, 2002). O estabelecimento da pragmática como disciplina responsável pelo estudo da linguagem vinculada ao contexto provocou, entre seus estudiosos, uma série de questionamentos sobre o conceito de contexto (VIDAL, 2002) e como ele pode influenciar a interpretação do significado em um ato comunicativo. Aspectos como crenças, valores, expectativas e o conhecimento de mundo dos interlocutores passaram a ser considerados fatores determinantes para a interpretação do significado, ampliando o conceito de contexto que até então era entendido apenas como uma relação tempo e espaço (SANTOS, 2013).

Concomitantemente, no âmbito dos estudos literários, o avanço da pragmática permitiu novas perspectivas de análise do texto (JOUVE, 2002). A ideia de linguagem como forma de ação (ARMENGAUD, 1995) fez com que a comunicação passasse a

ser concebida não como uma troca de informações entre emissor e receptor, mas como uma mútua tentativa de influência dos interlocutores e, segundo Jouve (2002), se a intenção primeira da linguagem é agir e não informar, esse fenômeno seria mais evidente numa obra literária, na qual a organização de cada termo não se dá por acaso. Logo o texto literário seria o meio pelo qual o autor age sobre seu leitor, tentando convencê-lo. A configuração da narrativa, a caracterização dos personagens, seus diálogos, e os demais elementos ficcionais são apresentados de forma a levar os leitores a acreditarem nos fatos narrados (JOUVE, 2002), portanto, a tentativa de convencimento está disposta em toda a obra literária.

Sob a égide dos estudos pragmáticos, a necessidade de descrever como os aspectos contextuais relacionam-se à cognição humana nos processos de significação motivou a exploração de um campo de estudos pragmáticos tenro: a pragmática cognitiva, que tem como um de seus expoentes a Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 2001). A Teoria da Relevância discorre sobre a relevância de fatores linguísticos e contextuais para a interpretação do significado dos enunciados durante a comunicação e discute essencialmente os processos cognitivos envolvidos nessa atividade.

A Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 2001) representa a possibilidade de se abordar os processos cognitivos envolvidos na interpretação do significado através de uma perspectiva linguística sem, contudo, desprezar os estudos provenientes de outras áreas do conhecimento. Trata-se de uma abordagem pragmática que se utiliza de conhecimentos de áreas distintas, como a filosofia e a psicologia, para explicar os processos de interpretação do significado que ocorrem na mente ouvinte durante a comunicação (WILSON, 2001).

Diante dessas considerações, é possível afirmar que as análises que buscam esclarecer a influência de fatores contextuais no processamento de novas informações e na interpretação do significado em um ato comunicativo são tão recentes no campo dos estudos linguísticos quanto a própria pragmática. Nesse sentido, estudos sobre o tema tornam-se cada vez mais pertinentes, já que contribuem com um campo potencial de estudos sobre a linguagem pouco explorado. Assim, tomando como perspectiva teórica a Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 2001), neste trabalho, buscamos descrever, a partir da obra “El Ingenioso Hidalgo Don

Quijote de la Mancha”¹, de Miguel de Cervantes, como a mente humana processa novas informações e como a interpretação do significado ocorre numa interação verbal.

O romance cervantino nos apresenta don Quijote, seu protagonista, um fidalgo de cinquenta anos que desenvolve uma patologia mental provocada pela intensa leitura das novelas de cavalaria. O fidalgo louco passa a crer que é possível restituir a cavalaria tal como era praticada pelos personagens das novelas que leu. Assim, o protagonista decide tornar-se um cavaleiro andante e concebe a realidade conforme as representações mentais construídas a partir da leitura das novelas de cavalaria.

A modificação do ambiente cognitivo de don Quijote por meio de suas intensas leituras afeta diretamente a forma como o personagem assimila a realidade. Todas as novas informações por ele processadas, após a mudança de seu comportamento mental, são interpretadas de acordo com a ficção das novelas de cavalaria. A interpretação dos enunciados que lhe são dirigidos, ao comunicar-se com os demais personagens, é realizada a partir dos conhecimentos obtidos nessas leituras. Porém, analisar todos os diálogos presentes no romance faz-se inviável diante de sua extensão e de sua diversidade de personagens, por isso, almejando evitar uma discussão superficial sobre os aspectos supracitados, optamos por restringir a análise aos diálogos dos capítulos I, IV, VIII, XVIII, XXI e XXII.

“El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha” já foi analisado sob diversos pontos de vista teórico-metodológicos, uma rápida pesquisa em meios digitais nos reporta à uma infinidade de trabalhos acadêmicos dedicados ao seu contexto histórico, à estrutura do enredo, à construção da verossimilhança na narrativa, entre outros aspectos associados à obra e incansavelmente debatidos por estudiosos cervantistas. No entanto, nenhuma das análises encontradas estabelecem, a partir do romance, uma discussão sobre a relação entre comunicação, cognição e relevância.

Nessa conjuntura, a análise que desenvolvemos revela-se inédita, tanto no âmbito dos estudos cervantistas como no âmbito dos estudos pragmáticos de orientação cognitiva. Todas as afirmações constantes na análise desenvolvida acerca do comportamento comunicativo do protagonista cervantino são feitas com um risco, visto que, partem de um ponto de vista pragmático cognitivista que busca descrever o processamento da linguagem na mente humana, e aqui mais precisamente numa

¹ O título do romance cervantino será grafado em espanhol no decorrer do trabalho devido analisarmos a obra em sua língua de origem.

mente patológica construída num texto literário, relação raramente estabelecida nos estudos pragmáticos.

Partimos da hipótese de que a caracterização psico-comunicativa do protagonista cervantino, evidenciada pelo narrador já nos primeiros capítulos da obra, ilustra o contexto mental de interlocutores reais e nos proporciona um panorama do funcionamento cognitivo humano possível de ser analisado, uma vez que, de acordo com a Teoria da Relevância, numa situação real de comunicação seria impossível ter acesso ao contexto mental exato dos interlocutores. Ademais, a obra ilustra episódios de interação verbal que demonstram a relevância do contexto nos processos de interpretação do significado realizados pelos interlocutores em um ato comunicativo.

Apesar de seu caráter paródico, os aspectos ressaltados ilustram questões bastante pertinentes aos estudos da linguagem e da comunicação humana, em especial àqueles pertencentes ao campo da pragmática cognitiva, o que nos levou às seguintes indagações: a) Que mecanismos cognitivos possibilitam os interlocutores de uma interação verbal interpretar o que lhes é dito? b) Que propriedades cognitivas são responsáveis pela seleção dos conhecimentos mobilizados no fenômeno da interpretação e por que determinados conhecimentos são mais mobilizados que outros? c) Como fatores contextuais, crenças, expectativas e conhecimento de mundo dos interlocutores interferem no processamento de novas informações e na interpretação do significado dos enunciados numa interação verbal?

Essas questões compõem as perguntas de pesquisa que motivam o desenvolvimento deste trabalho e revelam a complexidade implicada na comunicação humana. Reconhecemos a importância de analisar a linguagem a partir das práticas linguísticas dos falantes, uma vez que, ao fazê-lo, estamos assumindo-a como “uma atividade de origem e natureza social” (ARMENGAUD, 1995, p. 45) e não somente como um sistema independente de seus usuários.

Tomamos como objetivo geral do trabalho:

- Analisar os diálogos dos capítulos I, IV, VIII, XVIII, XXI e XXII, de *“El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha”*, a partir da perspectiva da Teoria da Relevância.

Para tanto julgamos necessário o cumprimento de algumas ações que constituem os objetivos específicos da análise proposta:

- Revisitar os estudos pragmáticos de abordagem cognitiva; além de
- Descrever como fatores contextuais podem influenciar a mente na interpretação do significado dos enunciados numa interação verbal; e
- Examinar como a potencial relevância de novas informações determina a seleção dos conhecimentos utilizados pelos interlocutores em uma inferência;

Com a finalidade de fundamentar nossa análise teoricamente, apresentamos, no capítulo 1, o processo de constituição da pragmática como disciplina responsável pelo estudo da linguagem em contexto (ARMENGAUD, 1995; SANTOS, 2013). Acompanhamos a expansão de suas investigações no domínio da linguística e a influência que recebeu da filosofia da linguagem, fazendo um apanhado geral das teorias pragmáticas responsáveis por seu delineamento. Na sequência problematizamos o conceito de contexto que sofreu inúmeras reformulações e que é objeto de discussão não só no âmbito da pragmática, mas também em teorias da análise do discurso, dentre outras disciplinas.

O capítulo 2 trata especificamente dos trabalhos de Grice (1975), interessa-nos particularmente a sua concepção ostensiva-inferencial sobre a comunicação e suas máximas conversacionais. Para Grice (1975), durante a comunicação humana, a mente do ouvinte processa simultaneamente o significado dos enunciados e a intenção comunicativa ostentada pelo falante, isto é, os interlocutores são capazes de processar o que é dito e o que se pretende fazer ao dizer (BASSO; OLIVEIRA, 2014). O filósofo também estabelece condições para o sucesso do ato comunicativo ao propor suas máximas da comunicação, aqui discutimos essencialmente a máxima da relevância, da qual origina-se a teoria que adotamos para fundamentar nossa análise.

No capítulo 3, apresentamos o modelo cognitivo oferecido pela Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 2001) e suas implicações nos estudos pragmáticos. Discutimos a reformulação dos conceitos de comunicação e contexto sob à luz da pragmática cognitiva, apontando os limites de sua abrangência na descrição das atividades realizadas pela mente humana no processamento de uma nova informação e mais especificamente na interpretação dos enunciados.

Posteriormente, no capítulo 5, estabelecemos um diálogo entre o contexto histórico em que Cervantes escreveu *Don Quixote* e as temáticas abordadas na obra. Também discutimos a influência das experiências de vida do autor na construção dos

componentes da narrativa, buscando relacionar a “loucura” enfaticamente presente no romance com os acontecimentos assistidos pela sociedade espanhola à época. Neste mesmo capítulo, observamos a forma como a mente humana é retratada em don Quijote e defendemos a tenacidade da linguagem nas mentes patológicas, aspecto que possibilita o aprofundamento das considerações feitas no capítulo 6.

O último tópico abordado neste trabalho é a relação entre a Teoria da Relevância e o romance cervantino. Explanamos a possibilidade de descrever os aspectos pragmáticos da comunicação humana a partir dos diálogos encontrados nos episódios em estudo e tratamos os processos inferenciais do cavaleiro andante ao se comunicar com os demais personagens, para então identificar como o seu conhecimento enciclopédico soma-se aos fatores contextuais aos quais o protagonista recorre para interpretar os enunciados.

1 CONSOLIDAÇÃO DA PRAGMÁTICA

A interdisciplinaridade que marca a ampliação do escopo teórico da linguística ao final do século XX possibilita afirmar que as novas tendências de análise desenvolvidas no âmbito dos estudos linguísticos alimentaram-se de conceitos pleiteados em ciências diversas (PARRET, 1988), sobretudo daqueles oriundos da filosofia da linguagem e da filosofia da mente. Desta maneira, as disciplinas que tiveram seu alicerçamento iniciado nesta fase multímoda dos estudos da linguagem têm em sua essência forte teor filosófico (ARMENGAUD, 1995), de modo a evidenciar a indissociabilidade entre linguística e filosofia como característica substancial das análises linguísticas contemporâneas.

Assim, abordar o processo de consolidação da pragmática implica retomar uma série de análises filosóficas a fim de construir uma visão holística sobre a pragmática enquanto disciplina responsável pelo estudo da linguagem na relação com seus usuários. No entanto, não cabe aqui, mesmo que sucinta, uma revisão histórica da filosofia da linguagem ou da filosofia da mente, pois uma pluralidade de contemplações, muitas vezes contraditórias, têm se acomodado sob o título de filosofia da linguagem (MARTINS, 2007) e muitas especulações infundamentadas, ainda restritas ao senso comum, confundem-se ao se autodenominarem como filosofia da mente. Dessa forma, abordamos aqui os pensamentos filosóficos que mais contribuíram com o processo de consolidação da pragmática e com a delimitação de seu objeto de estudo.

1.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Conforme Rajagopalan (2010), ordinariamente houve certa inclinação, por parte dos linguistas, a “empurrar com a barriga” a tarefa de definir os aspectos linguísticos que pertencem ao domínio da pragmática. Para Bar-Hillel (1982), a pragmática sempre fora considerada a lata de lixo da linguística e constituíra-se, ao princípio, como uma disciplina absolutamente residual (PARRET, 1988), todos os problemas linguísticos dos quais a sintaxe e a semântica não pudessem mediar, seriam o objeto de estudo da pragmática (DASCAL, 2006).

Não obstante, ao rever as origens da pragmática, avançamos sobre uma confluência de disciplinas que encontram na semiótica de Peirce e Morris o

direcionamento para a delimitação das fronteiras entre sintaxe, semântica e pragmática. Segundo Dascal (2006), Peirce definiu a semiótica como ciência responsável pelo estudo dos signos, a ela cabe fornecer os fundamentos teóricos necessários às análises das disciplinas especializadas nesse ou naquele tipo de signo (ARMENGAUD, 1995). À definição de Peirce, Morris acrescentou a divisão tripartite na qual cada relação semiótica seria analisada pela sintaxe, pela semântica ou pela pragmática. De acordo com Morris, à sintaxe caberia a análise das relações existentes entre os próprios signos; à semântica a relação dos signos e seus *designatum*; e à pragmática a relação estabelecida entre os signos e seus usuários (DUTRA, 2014).

Como disciplina semiótica, a linguística enquadra-se como ciência dos signos verbais, isto é, seu objeto é a linguagem verbal, logo, no âmbito dos estudos linguísticos, a sintaxe debruça-se sobre a relação entre as palavras que compõem um enunciado, enquanto a semântica ocupa-se da relação entre as palavras e seu significado e enfim, à pragmática atribui-se a análise do uso linguístico por parte dos falantes e das condições que governam esse uso em contextos específicos (FIORIN, 2010).

Outorga-se a Peirce e Morris, portanto, a primeira tentativa de delimitar o objeto de estudo da pragmática (ARMENGAUD, 1995). Sem embargo, é com a filosofia analítica da linguagem que observamos o seu fortalecimento. Na filosofia da linguagem de Wittgenstein (1953) e posteriormente de Austin (1990), Searle (1990), e mais recentemente de Grice (1975) encontramos as primeiras abordagens pragmáticas da linguagem com vistas à construção de uma teoria linguística capaz de explicar as singularidades do uso linguístico dos falantes.

1.2 OS JOGOS DE LINGUAGEM DE WITTGENSTEIN²

Wittgenstein (1953) é o primeiro filósofo a reconhecer o caráter operante da linguagem ao compará-la a um jogo. Embora chamemos diferentes atividades recreativas ou competitivas de jogo, cada uma delas traz em si uma série de

² As discussões filosóficas de Wittgenstein são divididas em duas grandes fases: a primeira é marcada por seu *Tractatus Logico-Philosophicus*, no qual se ocupa com os aspectos lógicos da linguagem. Na segunda fase, o autor faz uma profunda revisão de sua própria teoria e, em suas *Investigações Filosóficas*, inaugura na filosofia da linguagem a noção de linguagem como forma de ação. Assim sendo, é comum encontrarmos referências ao primeiro e o segundo Wittgenstein, como alusão aos diferentes pontos de vistas sob os quais a linguagem fora analisada nas duas fases de sua atividade intelectual. As considerações feitas em nosso estudo pautam-se nas concepções apresentadas na segunda fase de sua teoria.

particularidades que não nos permitem aplicar em sua realização as mesmas ações. A essência recreativa ou competitiva daquilo que chamamos de jogo não anula o fato de que diferentes jogos exigem diferentes regras, habilidades e estratégias, e para Wittgenstein (1953), essas mesmas considerações são, por sua vez, aplicáveis ao uso linguístico.

A essência da linguagem é a sua finalidade interativa, e como em diferentes jogos, cada interação requer múltiplas capacidades de seus participantes. Se num diálogo sou capaz de utilizar um mesmo enunciado para veicular intenções muitas vezes contraditórias, espero que meu interlocutor disponha das habilidades e estratégias comunicativas necessárias para reconhecer que ao proferir um mesmo enunciado posso estar evidenciando distintas intencionalidades. Posso, por exemplo, num dia frio de inverno, ao dizer “está frio”, ter a intenção de sugerir ao meu interlocutor que gostaria de beber algo quente, mas também posso, com esse mesmo enunciado, fazer um pedido para que ele feche a janela, caso ela esteja aberta, dessa forma, “na prática do uso da língua, uma das partes chama as palavras, a outra age de acordo com elas” (WITTGENSTEIN, 1953, p. 11).

Nesse sentido, para Wittgenstein (1953) ao invés de tentar estabelecer algo que seja comum a tudo aquilo que chamamos de linguagem, devemos aceitar que nossas manifestações linguísticas nada têm em comum, ainda que apresentem semelhanças semânticas e estruturais:

E essa multiplicidade não é nada fixa, dada de uma vez por todas; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, poderíamos dizer, passam a existir, e outros envelhecem e são esquecidos [...] A expressão “jogo de linguagem” deve enfatizar aqui que o falar de uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida. Ponha diante de si a multiplicidade de jogos de linguagem por estes e outros exemplos: Dar ordens e agir segundo ordens – Descrever um objeto segundo a aparência ou por medição – Produzir um objeto segundo uma descrição (desenho) – Informar um acontecimento – Fazer conjecturas sobre um acontecimento – Propor uma hipótese e prová-la – Apresentar os resultados de um experimento mediante tabelas e diagramas – [...] (WITTGENSTEIN, 1953, p. 22).

Ao afirmar que em cada jogo de linguagem temos a finalidade de agir sobre nosso interlocutor e não apenas comunicar, Wittgenstein (1953) destaca os atributos dinâmicos da linguagem e faz com que nossa atenção se volte à intencionalidade dos falantes ao utilizá-la. Quando, portanto, proferimos o enunciado “está frio”, durante o inverno, num local onde as janelas estão abertas, não esperamos apenas constatar que a temperatura está baixa, o que soaria redundante aos nossos interlocutores,

almejamos que alguém que esteja mais próximo às janelas possa fechá-las. Assim, não temos a intenção de comunicar que está frio, mas tencionamos fazer com que fechem as janelas.

A teoria pragmática de Wittgenstein (1953) introduz na filosofia da linguagem a noção de intencionalidade como uma alternativa às infrutíferas discussões sobre a origem do significado na linguagem, pleiteadas nos estudos linguísticos desde as tradições greco-romanas e ampliadas no escopo dos estudos semânticos. Para o filósofo, o “significado de uma palavra é o seu uso na língua” (WITTGENSTEIN, 1953, p. 38), isto é, o significado de um enunciado é determinado por seu uso em diferentes interações linguísticas.

Suas considerações suscitaram uma revolução no modo como a linguagem vinha sendo analisada tanto no âmbito da filosofia da linguagem quanto nas investigações que se desenhavam na linguística na segunda metade do século XX e levaram outros filósofos a aprofundarem a noção de que a linguagem é uma forma de agir. Ao elaborar a sua teoria dos atos de fala, Austin (1990) demonstra ter sido um dos adeptos aos princípios de Wittgenstein (1953) e contribui energicamente com esse novo olhar à linguagem ao tornar pública a sua tese de que dizer é fazer.

1.3 A TEORIA DOS ATOS DE FALA: QUANDO DIZER É FAZER

Elaborada por Austin (1990) e desenvolvida posteriormente por Searle (1990), a teoria dos atos de fala reconhece na linguagem uma pluralidade de ações que realizamos quando proferimos determinados enunciados. Segundo Souza Filho (in AUSTIN, 1990) o pilar da teoria de Austin (1990) e a sua maior contribuição à filosofia da linguagem é o fato de a linguagem ser tratada como forma de ação e não de representação da realidade. A tese de Austin (1990) é a de que dizer é fazer, em outras palavras, ao dizer algo estamos simultaneamente realizando uma ação, um proferimento é uma ação, um ato de fala, e que o significado do que dizemos não pode ser precisado numa relação de representação, mas encontra-se acima de tudo naquilo que fazemos quando usamos a linguagem.

Austin (1990) avança nas discussões sobre o significado na linguagem, na esteira de Wittgenstein (1953), defende que o significado de um enunciado não pode ser estabelecido através dos termos que a compõem. O próprio conceito de significado, para autor, torna-se resoluto e dá lugar a “um complexo que envolve

elementos do contexto, convenções de uso e intenções dos falantes” (SOUZA FILHO in AUSTIN, 1990). A teoria do significado tão debatida nos estudos linguísticos sede, portanto, espaço para uma teoria da ação, pois:

[...] a visão de Austin é sempre orientada pela consideração da linguagem a partir de seu uso [...] Uma das principais consequências desta nova concepção de linguagem consiste no fato de a análise da sentença dar lugar à análise do ato de fala, do uso da linguagem em um determinado contexto, com uma determinada finalidade e de acordo com certas normas e convenções. O que se analisa agora não é mais a estrutura da sentença com seus elementos constitutivos [...] mas as condições sob as quais o uso de determinadas expressões linguísticas produzem certos efeitos e consequências em uma dada situação (SOUZA FILHO in AUSTIN, 1990, p. 11).

O projeto filosófico de Austin (1990) nos convida a observar a linguagem não pela sua estrutura, mas pelo uso que os falantes fazem dela. Dessa forma, o significado daquilo que dizemos não será avaliado estruturalmente, mas sim pela intenção que temos ao proferir um enunciado e a identificação dessa intenção só é possível por meio da análise do contexto, das condições de proferimento e dos efeitos e consequências de nossos atos de fala.

Austin (1990) dedica grande parte de seu trabalho a uma espécie de classificação dos atos de fala. Ele introduz uma terminologia técnica para distinguir os três aspectos de uma ação realizada com um proferimento, porém, cabe aqui apenas a distinção entre ato locutório, ato elocutório e ato perlocutório. No sentido mais comum, diz Austin (1990), o ato de um falante dizer alguma coisa é o que ele denomina ato locutório (DUTRA, 2014) e ao realizarmos um ato locutório também realizamos o que ele denomina de ato elocutório, fazemos uma pergunta, uma afirmação, damos ordens, e ainda provocamos efeitos na situação em que fazemos um proferimento, a esses efeitos Austin (1990) denomina ato perlocutório.

Logo, ao proferir o enunciado “está frio”, numa noite de inverno, num lugar onde as janelas estão abertas, realizamos um ato locutório. Esse enunciado afirma que está frio, nosso ato elocutório, e ao efeito e a consequência de alguém mais próximo à janela virar-se para fechá-la chamamos ato perlocutório. Tais classificações reforçam a ideia de que ao proferir um enunciado fazemos muito além do que apenas dizer algo, evidenciamos uma série aspectos que nos levam a questionar as teorias que defendem o significado na linguagem como uma questão puramente referencial.

A teoria dos atos de fala ratifica à pragmática uma concepção de linguagem que enceta o processo de delimitação de seu objeto de estudos, que terá sua continuidade nos trabalhos de Searle (1990). Em Searle (1990) temos o alargamento das perspectivas de análise pragmática que foram empreendidas sob a égide dos estudos de Austin (1990) que se preocupava, até então, com a dinamicidade da linguagem e seu caráter operante.

1.4 ATOS DE FALA, SIGNIFICADO E INTENCIONALIDADE EM SEARLE

É bastante recorrente na linguística a afirmação de que os trabalhos de Searle (1990) no âmbito da filosofia da linguagem são uma mera continuidade da teoria dos atos de fala elaborada por Austin (1990). Não obstante, Searle (1990) é responsável pelo aprofundamento de muitos aspectos relativamente mal desenvolvidos por Austin (1990) e pela introdução de vários conceitos que servirão à melhor delimitação do objeto de estudo da pragmática.

Suscitado pela concepção de linguagem como ação, Searle (1990) busca explicar como é possível agir por meio da linguagem e como nós podemos construir significados, que são fenômenos mentais, a partir da fala, um fenômeno físico. Dentre tantas outras colaborações teóricas, a maior delas é, talvez, a relação que ele estabelece entre mente e significado:

Como chegar até o tipo de ato ilocucionário a partir do som? [...] E a resposta a essa pergunta nos dará uma análise do conceito de significado que podemos usar para explicar como a linguagem se relaciona com a realidade. A linguagem se relaciona à realidade em virtude do significado, mas o significado é a propriedade que transforma meros proferimentos em atos ilocucionários. Os atos ilocucionários são significativos em um sentido muito especial da palavra, e é esse tipo de significado que permite à linguagem se relacionar com a realidade. Portanto, no fundo, entendidas de maneira apropriada, as três perguntas – ‘O que é significado?’, ‘Como a linguagem se relaciona com a realidade?’ e ‘Qual a natureza do ato ilocucionário?’ - são a mesma pergunta. Como veremos, as três perguntas estão relacionadas com a maneira como a mente impõe intencionalidade a sons e marcas, conferindo-lhes, assim, significados e, ao fazer isso, relacionando-os à realidade (SEARLE, 1990, p. 73).

Searle (1990) insere no escopo das discussões pragmáticas uma nova perspectiva de análise do significado. À frente de Austin (1990), ele volta-se não ao binômio significado-intenção, mas à maneira como significamos. Seu interesse recai na relação entre ato de fala, significado e ação, e o significado é tratado como uma

construção individual. Existe, para Searle (1990, p. 73), um significado determinado pela linguagem e outro próprio do falante:

[...] Mesmo que a linguagem limite o significado do falante, o significado do falante ainda é a forma primária de significado linguístico, porque o significado linguístico das frases funciona de maneira a permitir que as pessoas que falam aquela língua usem frases para querer dizer alguma coisa com seus proferimentos. O significado do proferimento do falante é a noção primária de significado para nosso objetivo de análise das funções da linguagem [...] o significado é uma forma de intencionalidade derivada.

A partir do binômio significado-intenção Searle (1990) explica que o significado construído pelo falante deve ter primazia sobre aquele limitado pela linguagem, uma vez que usamos a linguagem para evidenciar nossas intenções e não para comunicar significados estritamente linguísticos. Sua mais notável premissa é a de que:

A intencionalidade original ou intrínseca do pensamento do falante é transferida para palavras, frases, marcas, símbolos e assim por diante. Se pronunciadas de forma significativa, essas palavras, frases, marcas e símbolos passam a ter uma intencionalidade derivada dos pensamentos do falante. Elas não têm apenas um significado linguístico convencional, mas também um significado desejado pelo falante. A intencionalidade convencional das palavras e frases de uma língua pode ser usada por um falante para realizar um ato de fala. Quando um falante realiza um ato de fala, ele impõe sua intencionalidade àqueles símbolos (SEARLE, 1990, p. 74).

Verificamos na obra de Searle (1990) o detalhamento da relação existente entre um ato de fala, significado do falante e intencionalidade, abordada laconicamente por Austin (1990) que se dedicou com maior afinco à classificação dos atos de fala. Searle (1990) instaura na pragmática a importância de considerar o falante na precisão do que convencionamos chamar significado, atenta-se, por conseguinte, à forma como mente e significado estão relacionados.

1.5 A TEORIA CONVERSACIONAL DE GRICE

Atribui-se a Grice (1975) a inauguração da pragmática moderna. As contribuições do filósofo avançaram em direção à delimitação do objeto dos estudos pragmáticos, o que coloca seu nome entre os precursores das análises que ampliaram o escopo teórico dos estudos linguísticos ao final do século XX. Os trabalhos de Grice (1975) permitiram a expansão de diversas disciplinas que se ocupavam com os meandros da relação entre a linguagem e seus usuários.

Por originarem-se no âmbito dos estudos filosóficos, as objeções do autor não eram de cunho essencialmente linguístico, centravam-se, sobretudo, na comunicação, no uso que os falantes fazem da linguagem. As investigações de Grice (1975) integram o rol das teorias que, de forma essencial, colaboraram com o desenvolvimento da pragmática e com a disseminação do conceito de linguagem como ação.

Sua maior contribuição é encontrada no texto “Lógica Conversacional”, escrito em 1967 e publicado somente em 1975. O texto de Grice (1975) preconiza as noções de ostensão e inferência (BASSO; OLIVEIRA, 2014) que posteriormente instigam o desenvolvimento da obra “Relevância, Comunicação e Cognição” (SPERBER; WILSON, 2001), conhecida como Teoria da Relevância (TR). Por esse motivo, neste capítulo comentamos os principais pontos da Teoria Conversacional de Grice (1975) com o objetivo de recuperarmos os conceitos que alçaram o desenvolvimento da TR, principal respaldo teórico da análise apresentada neste trabalho. Tratamos especificamente das implicaturas, do Princípio de Cooperação e do conceito de comunicação ostensiva-inferencial.

1.5.1 O dito e o implicado

No título de seu texto, “Lógica Conversacional”, Grice (1975) parece indicar seu posicionamento teórico em relação aos pontos de vista pelos quais a comunicação humana era analisada à época. Ao sugerir uma lógica da conversação, defende que as análises da interação humana não podem ser reduzidas às querelas existentes entre as tradições formalistas e conversacionalistas da linguagem (BASSO; OLIVEIRA, 2014). Segundo Basso e Oliveira (2014):

Muito *grosso modo*, os conversacionalistas radicais são aqueles que acreditam que as línguas naturais, aquelas que adquirimos desde o berço, têm um funcionamento próprio; são sistemas de inferências que não podem ser apreendidos pelo cálculo formal, a lógica. Os formalistas radicais, por sua vez, acreditam que basta o cálculo formal para apreendermos certos aspectos do funcionamento da linguagem humana e as diferenças entre o que temos nas línguas naturais e o que temos no cálculo podem ser de alguma forma contornadas. [...] Grice qualifica de erro supor que há uma divergência entre essas posições – a dos formalistas e a dos conversacionalistas. De fato, ele afirma que essas duas posições são complementares, e que os conflitos, contradições e divergências entre elas são apenas aparentes. Quando conversamos **dizemos** ao mesmo tempo que **implicamos** (BASSO; OLIVEIRA, 2014, p 18-19).

Para ele não faz sentido separar essas duas visões como antagônicas (BASSO; OLIVEIRA, 2014), já que, no processamento da linguagem, durante a comunicação, estão envolvidos tanto cálculos formais quanto o reconhecimento de intenções dos interlocutores. A hipótese de Grice (1975) fundamenta-se na ideia de que durante a comunicação, processamos simultaneamente o dito e o implicado. Para o autor, aquilo que dizemos está estritamente relacionado ao significado convencional do enunciado e é compreendido pelo ouvinte por meio de raciocínios lógicos formais, ao passo que o implicado seria o significado que deve ser inferido pelo ouvinte.

Consideremos os enunciados abaixo:

- a) Ele é pouco sociável, pois é muito inteligente.
- b) Maria estudou muito para passar no vestibular.

Ao analisar “a” sem qualquer dado da situação em que foi proferida, compreendemos que as características de pouco sociável e muito inteligente são atribuídas a um indivíduo do gênero masculino, isso é o que o enunciado nos diz, no sentido em que Grice (1975) utiliza o verbo dizer. No entanto, assim como em todos os enunciados, podemos identificar uma informação implícita: que a baixa sociabilidade do indivíduo de quem se fala é consequência do fato de esse indivíduo ser inteligente.

Em “b” temos a informação de que Maria, uma pessoa do gênero feminino foi aprovada no vestibular porque estudou muito para isso, é o que o enunciado nos diz convencionalmente. Inferimos posteriormente que Maria só logrou sua aprovação porque se dedicou intensamente aos estudos, isto é, os estudos precederam a sua aprovação. O significado de “b” também é independente da situação em que foi proferida, é possível identificar aquilo que o enunciado diz e aquilo que ela implica apenas pela observação dos termos nela relacionados.

Assim, podemos constatar que as implicaturas de “a” e “b” são decorrentes dos termos que compõem os enunciados. A esse tipo de implicatura Grice (1975) chamou convencional, já que resulta do sentido convencional do que é dito. Segundo Dascal (1982), a implicatura convencional pode ser associada ao conteúdo ou proposição veiculados pelo enunciado, é o que dizemos semanticamente e seu significado está sujeito à atribuição de valores de verdade, sendo, portanto, objeto de análise da semântica.

Deste modo, em “a” é possível chegar ao significado do enunciado verificando se o mesmo é verdadeiro ou falso e o enunciado será verdadeiro se e somente se as qualidades pouco sociável e muito inteligente puderem ser verificadas no indivíduo a quem são atribuídas e se a primeira for decorrente da segunda. Em “b”, o valor de verdade está sujeito à verificação da aprovação de Maria e se isso ocorreu depois de ela ter estudado muito. Basso e Oliveira (2014, p. 20) afirmam que esse primeiro tipo de informação veiculada pelas implicaturas convencionais “é a informação gramatical, semântica, que é chamada de significado da sentença [...]. Ela pode ser entendida através de mecanismos da lógica e tem certas propriedades importantes, como a impossibilidade de ser cancelada”.

Não obstante, Grice (1975) salienta que há, na comunicação humana, um segundo tipo de implicatura no qual a significação convencional das palavras não é suficiente para determinar o que é implicado, necessitando-se, portanto, reconhecer as intenções comunicativas do falante e recorrer ao contexto comunicativo no qual o enunciado foi proferido para inferir o seu significado. Consideremos o seguinte diálogo ocorrido durante uma palestra no qual determinado autor fala de sua obra:

c) (Y) - Você gosta deste autor?

(X)- Estou quase dormindo!

A resposta dada por X à pergunta de Y aparenta não ser coerente com o assunto da conversa, no entanto, é possível concluir que a proposição do enunciado proferido por X não é o significado que X, o falante, espera ser inferido por Y, seu ouvinte. Isto é, a intenção de X não era dizer a Y que sentia muito sono e por isso estava quase dormindo, mas que não gostava do autor e de sua obra e ainda que o assunto sobre o qual discorria não lhe despertava nenhum interesse. Deste modo, há em “c” um tipo de implicatura para a qual o sentido convencional dos termos do enunciado seria insuficiente para determinar o que é implicado, a esse tipo de implicatura Grice (1975) chamou de conversacional.

As implicaturas conversacionais consistem na informação que deve ser inferida pelo ouvinte por meio do reconhecimento das intenções do falante e do contexto comunicativo. Em “c” observamos que Y deve buscar, por meio do contexto e das intenções comunicativas de X, o significado do que foi implicado. Não há necessidade de qualquer explicação por parte de X sobre sua resposta a Y.

Parece-nos claro tudo o que X implica ao responder Y, embora o enunciado proferido não dê qualquer sugestão sobre o que Y deve inferir, a inferência ocorre majoritariamente pelo reconhecimento das intenções do falante durante a conversa, daí o conceito de implicatura conversacional. Para Basso e Oliveira (2014, p. 20, grifo dos autores), a implicatura conversacional: “É a informação pragmática, que é chamada de significado do falante ou implicatura, essa informação é *implicada* ou *inferida* pelo ouvinte a partir da interpretação semântica de *um certo proferimento numa certa situação de fala*”.

De acordo com os autores, a distinção entre implicaturas convencionais e implicaturas conversacionais residem na relação que ambas estabelecem com o contexto:

As implicaturas conversacionais são dependentes do contexto, por isso podemos usar diferentes proferimentos para veicular a mesma implicatura, e é também devido a essa dependência do contexto que esse tipo de implicatura não é convencional. Lembre-se de que as implicaturas convencionais não dependem do contexto de proferimento; elas sempre disparam a mesma inferência por estarem ligadas ao item lexical (BASSO; OLIVEIRA, 2014, p. 43).

Conclui-se que as implicaturas convencionais estão relacionadas a fenômenos puramente semânticos da linguagem, enquanto as implicaturas conversacionais são fenômenos pragmáticos e só devem ser analisadas dentro de seus contextos de proferimento.

Ao distinguir as implicaturas convencionais das implicaturas conversacionais, Grice (1975) delimita as fronteiras entre semântica e pragmática. Quando atribui às implicaturas conversacionais a necessidade do contexto para sua significação, o filósofo reserva à pragmática o estudo da linguagem em contexto e principalmente na relação estabelecida entre ela e seus usuários. A ideia de que comunicamos muito além do que dizemos também é ilustrada nessa mesma distinção. Grice (1975) nos direciona ao entendimento de que ao proferir um enunciado é possível comunicar algo muito diferente daquilo que o sentido convencional de seus termos veicula, isto é, dizemos ao mesmo tempo que implicamos, e que isso é algo comum a todos os participantes de uma conversa.

1.5.2 O Princípio de Cooperação

De acordo com a teoria conversacional de Grice (1975), no decorrer de uma interação verbal processamos aquilo que o falante diz e o que ele faz ao dizer (BASSO; OLIVEIRA, 2014). Por esse motivo, para ele, a comunicação verbal é uma atividade imprevisível e exclusiva aos seres humanos, apenas uma mente como a nossa seria capaz de executar processos racionais tão complexos com a linguagem numa habitual troca de informações (BASSO; OLIVEIRA, 2014), ademais, conforme Grice (1975, p. 86), tal fenômeno só seria possível porque:

Nossos diálogos, normalmente, não consistem em uma sucessão de observações desconectadas, e não seria racional se assim fossem. Fundamentalmente, eles são, pelo menos até um certo ponto, esforços cooperativos, e cada participante reconhece neles, em alguma medida, um propósito comum ou um conjunto de propósitos, ou, no mínimo, uma direção mutuamente aceita (GRICE, 1975, p. 86).

Essa aceitação mútua se daria por meio de contribuições, nas quais os falantes, ao proferirem um enunciado, deixariam em evidência pistas sobre sua intenção comunicativa e essas pistas deveriam ser reconhecidas pelo ouvinte que infere o que o falante quis dizer a partir dos dados fornecidos pelo contexto comunicativo. Grice (1975) parte do princípio de que, durante a comunicação, os interlocutores têm um propósito comunicativo em comum, todos almejam um diálogo bem-sucedido. Ao fazerem uma contribuição informativa pressupõem que os demais participantes da conversa sejam capazes de reconhecer suas intenções comunicativas e inferi-las de modo a maximizar seu significado.

Para o sucesso de tal propósito, o autor sugere que todos os interlocutores devem seguir o “Princípio de Cooperação”: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (GRICE, 1975, p. 86). Ao seguirmos o Princípio de Cooperação para dar nossas contribuições conversacionais, estaríamos reduzindo o risco de mal-entendidos, mas não necessariamente eliminando-os por completo, já que a interação, nessa concepção, requer também a orientação de quatro categorias conversacionais, a saber, as categorias de quantidade, qualidade, relação e modo.

O atendimento ao Princípio de Cooperação implica o respeito às categorias conversacionais griceanas e às suas máximas e submáximas. A primeira categoria

comentada por Grice (1975) é a de “quantidade” e está relacionada à quantidade de informações que devem ser fornecidas pelos falantes ao contribuírem com uma conversa, suas máximas sugerem que cada contribuição conversacional dada pelos participantes de uma interação seja tão informativa quanto requerida e que ela não informe mais do que o necessário.

A categoria da quantidade determina que as pistas sobre aquilo que se tenciona comunicar devem ser fornecidas na quantidade exata requisitada pela interação. No seguinte diálogo:

P: Precisamos ir à casa de X, você sabe seu endereço?

Q: Ele mora num bairro perto do centro da cidade.

Observamos que a resposta de Q não contém todas as informações requeridas por P, pois P não pergunta apenas se X mora perto ou longe do centro da cidade, mas quer saber seu endereço completo para poder chegar até sua casa. Dessa forma, a quantidade de informações dada por Q ao responder P é insuficiente para afirmarmos que sua contribuição foi satisfatória, já que não atende ao que foi requerido na conversa. Q viola a categoria da quantidade e não coopera com P como esperado.

Mas, segundo Grice (1975), dar mais informações do que requerido não é necessariamente uma violação da categoria de quantidade. Caso a resposta de Q a P fosse: “X mora no bairro San Germain, na Rua das Flores, no número 1130, numa casa azul de 300m², face norte, com um lindo jardim”, ainda haveria conformidade com a quantidade de informações requeridas por P, e poderíamos considerar que Q não violou o Princípio de Cooperação:

[...] pode-se dizer que ser super-informativo não é uma transgressão do Princípio da Cooperação, mas meramente uma perda de tempo. [...] Tal super-informatividade pode causar confusão na medida em que é capaz de gerar questões secundárias; e pode haver também um efeito indireto, na medida em que os ouvintes podem ser levados ao engano, ao inferir que há algum objetivo particular no fornecimento do excesso de informações. (GRICE, 1975, p. 87).

Nessa situação, ao ser super-informativo, Q não viola a categoria de quantidade, mas pode fazer com que P entenda que ele quis implicar algo fornecendo mais informações do que ele havia requerido, isto é, a super-informatividade pode resultar num mal-entendido. Logo, a categoria da quantidade nos direciona a dar uma

contribuição conversacional que possua o número exato de informações requerido por nosso interlocutor.

A categoria de “qualidade” está relacionada à veracidade da informação fornecida, suas máximas determinam que devemos dizer apenas aquilo sobre o que podemos fornecer evidências adequadas, não devendo dizer aquilo que acreditamos ser falso. A veracidade depende da verificação do valor verdade das informações dadas, consideremos o seguinte diálogo, após A perceber que a rua está molhada:

A: A rua está molhada, será que choveu?

B: Não, acredito que tenha sido um caminhão pipa.

Se a rua mencionada por A realmente tiver sido molhada por um caminhão pipa, então a contribuição de B é verdadeira, mas se a hipótese de A sobre a chuva estiver correta ou se a rua estiver molhada por qualquer outro motivo que não seja a chuva e nem um caminhão pipa, a resposta de B é falsa, não há como fornecer evidências de que um caminhão pipa tenha passado deixando a rua molhada, não há veracidade na informação dada por B, portanto, a categoria da qualidade foi violada.

A terceira categoria conversacional comentada por Grice (1975) é a da “relação”, sua única máxima é por ele definida como: seja relevante. A relevância de uma informação é dependente da sua coerência com o assunto e o contexto da interação verbal. Ser relevante, nesse sentido, é dar uma contribuição conversacional que vá ao encontro do interesse e das expectativas dos demais participantes da conversa. Se, em uma aula de química, o professor pede a seus alunos exemplos de fatores poluentes atmosféricos, e seus alunos dão exemplos de classificações sintáticas, certamente estes não deram contribuições relevantes aos demais participantes da interação e muito menos atenderam às expectativas e interesses do professor.

Para Grice (1975, p. 91),

O falante irrelevante ou obscuro desaponta não só a sua audiência, mas a si próprio [...] pode-se esperar que quem quer que se preocupe com os objetivos que são centrais na conversação/comunicação (por exemplo, dar ou receber informações, influenciar ou ser influenciado por outros), tenha interesse, dadas as circunstâncias apropriadas, em participar de conversações proveitosas, somente supondo que elas são conduzidas de acordo com o Princípio de Cooperação e as máximas. Não sei se tal conclusão pode ser obtida, mas estou seguro de que não posso obtê-la até saber muito mais

claramente qual a natureza da relevância e das circunstâncias em que ela é obtida.(GRICE, 1975, p. 91).

É normal que, durante a interação verbal, construamos expectativas sobre a continuidade da conversa e sobre as contribuições de nossos pares, partimos do pressuposto de que nossos ouvintes estão aptos para inferir nossas intenções comunicativas e também a reconhecer nossos interesses conversacionais, de modo a satisfazê-los, dando respostas relevantes às nossas indagações ou afirmações.

Não obstante, Grice (1975) assume que a categoria da relação e sua única máxima, seja relevante, são demasiadamente concisas e ocultam vários problemas. Primeiro porque não apresentam parâmetros para se definir o que é relevante e segundo porque esses parâmetros podem ser dinâmicos, sofrendo transformações no decorrer da conversa. O próprio autor afirma que o tratamento de tais questões é considerado excessivamente difícil, a reformulação desta categoria lhe preocupa porque não foi possível precisar: “Que tipos de foco de relevância podem existir, como se modificam no curso da conversação, como dar conta do fato de que os assuntos da conversação são legitimamente mudados e assim por diante” (GRICE,1975, p. 87).

Embora Grice (1975) não tenha dado continuidade às discussões sobre as máximas conversacionais, sua (in)suficiência e a possibilidade de existência de outras máximas, a categoria de relação e sua máxima ensejaram investigações dedicadas a explorar o conceito de relevância conversacional, formando um campo de investigação potencial no âmbito dos estudos pragmáticos, reconhecido, mais tarde como a Teoria da Relevância (TR).

A TR apresenta uma abordagem racional acerca da interação humana e analisa principalmente as atividades cognitivas envolvidas no reconhecimento e no processamento de intenções durante uma situação comunicativa, considerando a relevância o fator de maior influência nessas atividades. Dentre as investigações mais notáveis da pragmática cognitiva, está a obra de Sperber e Wilson (2011), “Relevância: comunicação e cognição”, tema central do próximo capítulo deste trabalho e principal referencial teórico da análise aqui desenvolvida. Por esse motivo não nos prolongaremos na discussão sobre a relevância conversacional neste capítulo, nos atendo a concluir o tratamento das máximas de Grice (1975).

A quarta e última categoria griceana está relacionada à clareza das informações fornecidas, ao modo como as informações são ditas. Suas máximas

consistem em evitar a obscuridade na expressão, evitar ambiguidades, sendo breve e ordenado. A clareza no fornecimento de informações objetiva garantir o sucesso da interação verbal, tornando as contribuições comunicativas as mais claras possíveis dentro de um menor tempo. A categoria de “modo” objetiva evitar a prolixidade na conversação e nos orienta a evitar contribuições rebuscadas e ainda administrar o tempo que levamos para dar nossas contribuições comunicativas, procurando apresentar as informações de forma a facilitar o seu processamento por parte de nossos ouvintes.

Segundo Grice (1975), durante a comunicação, a violação de umas dessas máximas teria como consequência uma implicatura. De acordo com o autor, são majoritariamente as implicaturas que requerem o reconhecimento das pistas sobre a intenção comunicativa do falante e uma inferência por parte do ouvinte. Como já referido, tais atividades dão à comunicação um caráter de risco, pois é possível que o falante não seja suficientemente claro ao evidenciar seu propósito comunicativo e o ouvinte pode não reconhecer no contexto as informações que podem ajudá-lo a inferir o significado do que lhe foi dito, comprometendo, portanto, o processo comunicativo.

Todavia, conforme Basso e Oliveira (2014), a violação de uma categoria conversacional e suas máximas pode ser apenas aparente ou até mesmo proposital, o que não caracterizaria violação do Princípio de Cooperação, mas sim a exploração do princípio ou da máxima aparentemente violada.

Ao aparentemente violarmos o princípio, nosso interlocutor entende que se trata de uma violação apenas aparente e busca maximizar a interpretação do que dissemos para os propósitos imediatos da conversação, tentando adivinhar por que o princípio foi aparentemente violado e assim “resgatar” nossa cooperação interpretando além do significado da sentença; buscando chegar finalmente à implicatura, ou seja, àquilo que o falante quis dizer. Em resumo, a ideia é que é só aparentemente que abandonamos o princípio, mas na verdade tiramos proveito dele porque acreditamos que nosso intérprete consegue fazer certos raciocínios (BASSO; OLIVEIRA, 2014, p. 32).

Assim, ao violarmos aparentemente uma máxima, exploramos nossa capacidade de ostentar uma intenção comunicativa por meio do uso criativo da linguagem e a capacidade do ouvinte para inferir o significado do que implicamos por meio do contexto em que ocorre a conversação. Nessa perspectiva, o modelo de comunicação oferecido por Grice (1975) ancora-se nas atividades de ostensão e inferência.

1.5.3 A comunicação ostensiva-inferencial

O modelo ostensivo-inferencial de comunicação proposto por Grice (1975) pauta-se na ideia de que durante a comunicação o falante, além de proferir enunciados, ostenta suas intenções comunicativas que devem ser inferidas pelo ouvinte a partir de pistas fornecidas pelo contexto que envolve a interação verbal. Ao evidenciar suas intenções informativas, o falante acredita que seu ouvinte possui condições de inferi-las e o processo de inferência exige que o ouvinte seja capaz de operar com dados distintos:

(1) o significado convencional das palavras usadas, juntamente com a identidade de quaisquer referentes pertinentes; (2) o Princípio de Cooperação e suas máximas; (3) o contexto, linguístico ou extralinguístico, da enunciação; (4) outros itens de seu conhecimento anterior (background); e (5) o fato (ou fato suposto) de que todos os itens relevantes cobertos por (1)-(4) são acessíveis a ambos os participantes, e ambos sabem ou supõem que isto ocorra (GRICE, 1975, p. 93).

A observação do significado convencional das palavras de um enunciado no contexto em que ela é produzida permite que o ouvinte perceba se a intenção informativa ostentada pelo falante se restringe àquilo que o enunciado nos diz ou se há algo que o falante tenha implicado. Caso o ouvinte reconheça a existência de uma implicatura, ele deve acatar o Princípio de Cooperação e suas máximas e, por meio da operação dos dados fornecidos pelo contexto, maximizar o significado do enunciado do falante enriquecendo-o com informações contextuais. O processo inferencial seria então, um processo de contextualização no qual o ouvinte constrói o significado.

Para Grice (1975), a comunicação é ostensiva-inferencial: ostensiva porque parte do pressuposto de que os falantes ostentam pistas sobre aquilo que pretendem comunicar e inferencial porque os ouvintes devem inferir o significado dos enunciados que lhe são dirigidos com o auxílio das informações fornecidas pelo contexto que envolve a situação comunicativa. Dessa forma, a inferência seria o processo cognitivo de busca pelo significado e a ostensão a evidência da intenção comunicativa a ser inferida.

Nessa perspectiva, a comunicação pode ser entendida como uma mútua tentativa dos interlocutores de mobilizarem em seus pares os conhecimentos e capacidades necessárias à realização de um processo inferencial, almejando que as

intenções comunicativas evidenciadas sejam acolhidas e as implicaturas inferidas de acordo com a direção aceita e reestabelecida por todos os participantes da interação verbal a cada troca de informações. Logo, a comunicação humana caracteriza-se como uma atividade intencional, pois através de uma única intenção direta evidenciada “pode-se transmitir um leque de informações muito mais largo do que se pode transmitir pela produção de uma evidência direta da própria informação básica” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 113).

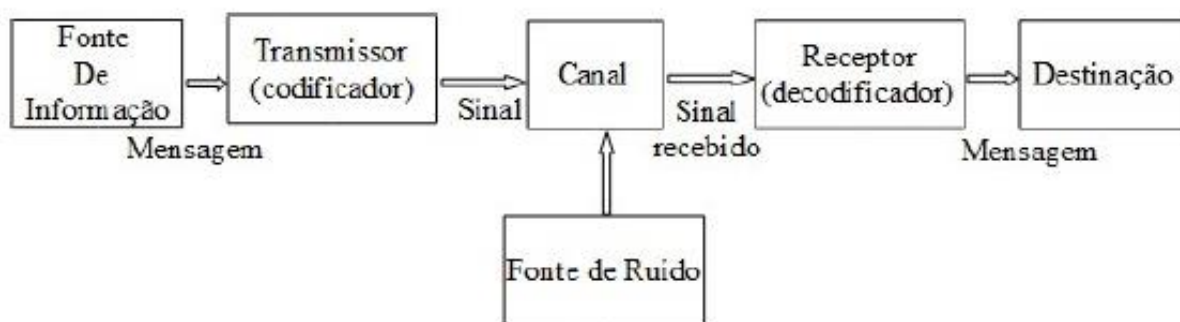
Dessa maneira, a Teoria Conversacional de Grice (1975) se enseja na concepção de linguagem como forma de ação, entendendo a comunicação como uma mútua tentativa de influência dos interlocutores. O autor assume que sua teoria contém aspectos que poderiam ser desenvolvidos com mais precisão a fim de aclarar a sua ocorrência em contextos de comunicação reais, de interação espontânea, mas suas preconizações apontam um modelo de comunicação mais palpável em relação à vagueza linguística anterior ao desenvolvimento dessas novas teorias pragmáticas.

1.6 COMUNICAÇÃO: A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO DA PRAGMÁTICA

Apesar de discutirem diferentes fenômenos da linguagem, tanto Wittgenstein (1953) quanto Austin (1990), Searle (1990) e Grice (1975) reconhecem no uso linguístico o único caminho viável para a construção de uma abordagem teórica capaz de abranger os aspectos pragmáticos de uma interação verbal. Suas teorias se pautam numa concepção de linguagem interacional e eminentemente intencional, definindo como objeto de estudo da pragmática as propriedades da linguagem que são inerentes ao seu uso.

Logo, os estudos pragmáticos estão centrados sobretudo nas ações realizadas pelos falantes por meio da linguagem e na interpretação dessas ações por parte do ouvinte. Segundo Jouve (2002), a própria etimologia da palavra pragmática nos remete ao interesse pela ação, no grego, *pragmatiko* seria aquilo que concerne à ação. Por estar relacionada à intencionalidade dos falantes, a comunicação e seus processos de informação e interpretação não podem mais serem consideradas atividades simétricas, nas quais um falante codifica uma mensagem em um sinal, a partir do qual um ouvinte decodifica (PARRET, 1988), tal qual propõe o modelo semiótico da comunicação:

Figura 1: MODELO SEMIÓTICO DA COMUNICAÇÃO



Fonte: Modelo semiótico da comunicação. Adaptado de Shanon e Weaver (1975).

A imagem acima traz a figura clássica utilizada para representar o modelo semiótico da comunicação, predominante nas teorias semióticas que antecedem a consolidação da pragmática. Nele o fluxo de informações trocadas por falante e ouvinte pode ser explicado da seguinte forma:

No falante: O significado do falante (intensão pragmática do falante) → estrutura profunda sintático-semântica (significado da sentença) → estrutura superficial → sinal acústico; No ouvinte: Fones (compreensão 1) → estrutura superficial através do processador do léxico (compreensão 2) → estrutura profunda sintático-semântica (significado da sentença = compreensão 3) → significado do falante (intenção pragmática do F; compreensão 4) [...] Produção e compreensão envolvem os mesmos procedimentos só que em ordem oposta (PARRET, 1988, p. 206).

Todavia, é consenso entre as teorias linguísticas contemporâneas que o modelo semiótico da comunicação e seus processos de informação e interpretação são uma representação ingênua da interação humana. O uso da linguagem é bastante complexo, o que torna impossível representar adequadamente, em apenas um esquema, o processamento paralelo e simultâneo, em diferentes níveis, para falante e ouvinte. Para Parret (1988), o maior problema do modelo semiótico da comunicação encontra-se no fato de produção e interpretação serem processos considerados inteiramente simétricos. Nele a interpretação é uma mera inversão da atividade de produção, hipótese, como já discutido, refutada pelas teorias pragmáticas que ilustram os processos de produção e interpretação como absolutamente distintos.

No modelo pragmático da comunicação, a intenção é a propriedade que permite duas ou mais pessoas se comunicarem e a comunicação é bem-sucedida quando os falantes conseguem explicitar suas intenções de forma clara e os ouvintes conseguem inferi-la (SANTOS, 2009). As intenções não podem ser codificadas ou decodificadas, mas inferidas, e um processo de inferência prática não se restringe à

decodificação, pois envolve habilidades psicocognitivas (VIDAL, 2002) que estão intimamente relacionadas ao contexto em que ocorre a interação verbal.

É nesse sentido que a comunicação inclui em seu estágio mais elementar as atividades de codificação e decodificação, mas se baseia, em sua maior parte, na evidencia de intenções e na inferência dessas intenções pelo ouvinte, assim como defende Grice (1975), ao propor o seu modelo de comunicação ostensiva-inferencial. Todos esses processos dependem estritamente do contexto que se coaduna a uma multiplicidade de processos cognitivos para garantir o sucesso da interação verbal.

É por esse motivo que a pragmática tem se consolidado como o estudo da linguagem em contexto (VIDAL, 2002). No entanto, ainda são poucas as teorias pragmáticas que se dedicam a descrever como exatamente o contexto pode contribuir para o sucesso da explicitação das intenções do falante e a inferência dessas intenções pelo ouvinte. Há, na conclusão dessa tarefa, uma questão fundamental que foi deixada de lado tanto pelos linguistas quanto pelos filósofos da linguagem em todo o percurso dos estudos da linguagem: a questão do contexto (SANTOS, 2013).

1.7 A QUESTÃO DO CONTEXTO

A necessidade do contexto para o sucesso da comunicação motivou uma série de indagações a respeito do que seria o contexto e como ele poderia auxiliar os participantes de uma interação verbal a interpretar o significado dos enunciados. Dessa forma, o contexto teve sua importância reconhecida e passou a ser um aspecto inerente aos estudos sobre a interação humana e sobre a interpretação do significado (SANTOS, 2013).

Segundo Santos (2013, p. 701), o contexto geralmente é definido “como um conjunto de elementos e fatores circunstanciais, mais ou menos fixos, circundantes aos participantes de uma interação verbal”, entendido como um complexo de informações (com)partilhadas pelos interlocutores durante a comunicação e às quais eles recorrem para produzir e interpretar enunciados. No entanto, para o autor, tal definição parece não ser suficiente para delimitarmos os componentes dessa unidade e a forma como eles contribuem para os processos de interpretação, já que o que comumente chamamos de contexto restringe-se ao tempo e ao espaço que envolvem uma situação comunicativa.

O conceito de contexto restrito à relação espaço-temporal parece evocar um problema perene na história da pragmática, que é a sua fronteira com a semântica. Estabelecer uma distinção criteriosa entre semântica e pragmática não seria conveniente a este trabalho, primeiro porque ela em nada colabora para o sucesso ou insucesso das análises pragmáticas; segundo porque autores como Armengaud (1995), Dascal (1982), Vidal (2002), entre tantos outros, parecem já ter realizado essa tarefa com magnificência. Todavia, ignorar essa controvérsia pode dar a impressão de uma falha teórica, o que nos obriga a apontar certas semelhanças e dessemelhanças entre as duas ciências.

Uma parcela significativa dos estudos linguísticos e filosóficos considera o contexto como a fronteira que separa a semântica e a pragmática, à semântica caberia o estudo do significado de um enunciado menos o contexto e a pragmática estudaria o significado mais o contexto (SANTOS, 2013). Essa distinção não nos parece suficiente, já que a semântica também se vale do contexto para verificar o valor de verdade das proposições expressas pelos enunciados (BASSO; OLIVEIRA, 2014; SANTOS, 2013; FIORIN, 2010). O enunciado “é inverno aqui e está muito frio”, por exemplo, só será verdadeira se quem a proferiu realmente estiver num lugar onde é inverno e está muito frio, e para verificar se esse enunciado é ou não verdadeiro é necessário que observemos o contexto no qual o falante a proferiu.

Destarte, constatamos que na semântica o uso do contexto para a determinação do valor de verdade dos enunciados é puramente referencial, se é possível encontrar no contexto a referência para a proposição expressa então o enunciado é verdadeiro, caso contrário ele será falso. O contexto como referência espaço-temporal, resumidos ao estado das coisas no mundo, pode ser entendido, dessa forma, como uma herança da predominância dos estudos semânticos na história da linguística e da filosofia, que tiveram início ainda nos estudos greco-romanos, bem antes da divisão tripartite da semiótica proposta por Peirce e Morris.

A concepção de contexto, reduzida a fatores físicos e espaço-temporais, evidencia uma ideia demasiadamente ampla do que é o contexto e parece não contribuir para o entendimento de sua função na interpretação pragmática (SANTOS, 2009). Nesse sentido, Basso e Oliveira (2014) afirmam que o contexto é responsável pelo enriquecimento do significado dos enunciados e, portanto, a interpretação pragmática poderia ser entendida como a interpretação semântica enriquecida por informações contextuais. Isto é, enquanto a interpretação semântica depende

somente de elementos linguísticos e referenciais, a interpretação pragmática também se utiliza de elementos extralinguísticos que não estão evidentes no espaço e no tempo do proferimento.

Para Dutra (2014, p. 16), esse fato se deve precipuamente pela linguagem ser:

Um conjunto de fenômenos de comunicação, o que envolve compreensão e implica, portanto, determinada estruturação e certas convenções sem as quais não pode haver comunicação [...] Basicamente, o que interessa não apenas ao filósofo, mas também aos outros estudiosos da linguagem, é o fato de que nós nos comunicamos por meio de línguas naturais e linguagens artificiais, e que tal comunicação pressupõe uma série de condições e talvez algumas características essenciais, entre elas, possivelmente, nossas capacidades intelectivas. Mas além disso, a linguagem também é uma série de instituições socialmente construídas e mantidas, instituições que merecem estudo e compreensão, e que têm estado, contudo, além das capacidades do que podemos denominar semântica [...]. (DUTRA, 2014, p. 16).

Dascal (2011) defende que o contexto contribui com o enriquecimento do significado dos enunciados por meio do fornecimento de pistas que auxiliam os interlocutores no preenchimento de lacunas próprias da comunicação. Essas pistas não se reduzem a informações espaço-temporais, mas se estendem, sobretudo, às expectativas dos indivíduos, às suas crenças, seu conhecimento de mundo, entre outros aspectos idiossincráticos que fogem dos domínios da semântica. Dessa forma, para Dascal (2011), o contexto também envolve aspectos mentais dos interlocutores, uma vez que, inclui conceitos armazenados em nosso ambiente cognitivo.

A ideia de contexto apresentada por Dascal (2011) nos insere nos domínios da pragmática cognitiva e nos permite ir ao encontro das concepções trazidas pela TR (SPERBER; WILSON, 2001). Para a TR, além dos aspectos físicos e espaço-temporais comuns aos interlocutores numa situação comunicativa, o contexto utilizado na interpretação envolve o conhecimento adquirido pelo indivíduo e os enunciados imediatamente anteriores a cada novo enunciado.

Logo, para fins da análise desenvolvida nesse trabalho entendemos que o contexto:

É um catalisador de informações circunstanciais que não se limita a fatores situacionais apenas, uma vez que agrega elementos próprios da interação conversacional, tais como intenções e desejos dos interlocutores [...].
[...] O contexto é o ambiente abstrato, dinâmico, vivo, comum, mas não idêntico, a dois ou mais participantes de um intercâmbio conversacional, que de acordo com as contingências circunstanciais, orienta, restringe ou amplia

a tomada de decisões dos interlocutores, enriquecendo ou saturando a linguagem humana com informações linguísticas e não linguísticas relevantes à produção e à interpretação de significados comunicados e inferidos conversacionalmente (SANTOS, 2013, 707-708).

Desse modo, a imprecisão do contexto entendido apenas como um conjunto de elementos que circundam os interlocutores numa situação comunicativa, e a indeterminação da forma como ele pode contribuir com os processos de significação de enunciados são aspectos da comunicação verbal passaram a integrar o objeto de estudo da pragmática. Sob à luz das discussões pragmáticas, o conceito de contexto é ampliado e passa a ser descrito de acordo com as funções exercidas em cada interação.

Parret (1988) e Vidal (2002) salientam que o conceito de pragmática tem sido usado de forma bastante abrangente. Distintas orientações teórico-metodológicas, muitas vezes incompatíveis, têm sido tomadas como pragmáticas, não à toa encontramos diversas nomenclaturas como pragmática do direito, pragmática filosófica, sóciopragmática, entre outras denominações. A diversidade pode ser em partes justificada pela confluência de disciplinas sob a qual se alicerça a pragmática (PARRET, 1988), e o modo mais fácil de classificar os tipos de pragmática dos quais tratamos é identificando as funções que o contexto pode assumir em suas análises:

A pragmática do texto (ou linguística do texto onde o assim chamado co-texto serve principalmente de contexto), pragmática lógica (contexto existencial), pragmática orientada sociologicamente (contexto situacional, teoria dos atos de fala (contexto acional, e pragmática orientada psicologicamente (contexto psicológico) (PARRET, 1988, p. 21).

Na análise apresentada neste trabalho, recorreremos à pragmática de orientação psicológica ou cognitiva, também chamada de psicopragmática (DASCAL, 2006). Por uma questão de coerência textual adotamos no decorrer de nossas discussões o termo “pragmática cognitiva” e o contexto sobre o qual nos referimos é o que envolve as intenções, crenças, expectativas e desejos dos interlocutores de uma interação verbal. Voltamos a análise à interpretação linguística, sem, contudo, deixar de recorrer a conceitos oriundos de outras áreas do conhecimento. O próximo capítulo apresenta uma discussão sobre a Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 2001) e a reformulação que diversos conceitos dos estudos pragmáticos sofreram após o advento da pragmática cognitiva.

2 A TEORIA DA RELEVÂNCIA

Apesar de inaugurar as bases da pragmática moderna e apontar novas perspectivas de análise da interação humana, o modelo ostensivo-inferencial da comunicação, proposto por Grice (1975), nos deixa muitas indagações sem resposta, tanto em relação ao Princípio de Cooperação quanto em relação às suas máximas conversacionais (SPERBER; WILSON, 2001).

Segundo Sperber e Wilson (2001), algumas das questões ainda sem resposta referem-se às origens das máximas conversacionais, à sua possível universalidade e à existência de outras máximas que possam ter sido ignoradas pelo autor. No entanto, uma breve leitura do trabalho de Grice (1975) nos permite constatar que ele próprio reconhece a imprecisão de suas definições, precipuamente ao que concerne à vagueza da descrição de uma de suas máximas: a da relação.

Ao estabelecer somente uma submáxima para a categoria de relação, “seja relevante”, Grice (1975) afirma que essa definição está relativamente mal desenvolvida. Sua definição não fornece precisão sobre prováveis parâmetros de relevância e segundo porque admite que as condições de relevância estão relacionadas ao contexto dinâmico que circunda a interação; o que implica dizer que essas condições podem se alterar no decorrer da conversa.

Considerando a influência do trabalho de Grice (1975) e a necessidade do desenvolvimento de suas ideias preliminares, Sperber e Wilson (2001) elaboram, em “Relevância: Comunicação e Cognição”, um modelo teórico sobre a operacionalidade da mente humana em processos comunicativos e mais especificamente sobre as atividades cognitivas associadas à interpretação do significado. Na TR, o processamento de novas informações durante uma situação comunicativa inferencial real é determinado pela relevância das novas informações em consonância com o conhecimento enciclopédico proveniente das experiências individuais (SANTOS, 2014), o que contraria, como já referido, a ideia de uma comunicação baseada em processos de codificação e decodificação, tal qual propõe o modelo semiótico apresentado por Shannon e Weaver (1975).

O modelo conhecido como a Teoria da Relevância (TR) representa uma ampliação do escopo teórico dos estudos pragmáticos e oferece novas possibilidades de análise do funcionamento da mente humana durante a comunicação. À vista disso, neste capítulo versamos sobre a TR e seus principais conceitos. Abordamos

inicialmente a sua descrição da comunicação verbal para, em seguida, tratarmos dos aspectos ostensivos e inferenciais nela implicados. Ao final do capítulo, exploramos o Princípio de Relevância conversacional, objetivando sua interface com os diálogos encontrados nos capítulos I, IV, VIII, XVIII, XXI e XXII da primeira parte da obra “El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha”.

2.1 A COMUNICAÇÃO VERBAL NUMA PERSPECTIVA RELEVANTISTA

É consenso entre psicólogos, filósofos e linguistas que a interação humana pode ocorrer de diversas maneiras, por meio de diferentes recursos. Entretanto, muitos dos seus efeitos só são possíveis graças à complexidade da linguagem verbal, pois “a linguagem é um instrumento essencial para o processamento e a memorização das informações” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 262). Assim sendo, no que tange à comunicação humana, é comum encararmos linguagem e comunicação como os dois lados de uma mesma moeda (SPERBER; WILSON, 2001).

Por conseguinte, embora habitual, a afirmação de que a linguagem é uma mera facilitadora dos processos de memorização das informações não parece dizer muito sobre a real função por ela desempenhada na comunicação. Muitos aspectos intrínsecos à mente humana, como as intenções, não podem ser codificados linguisticamente pelo falante para posteriormente serem decodificados pelo ouvinte (DASCAL, 2006). Nessa circunstância, a TR descreve a comunicação humana não apenas como um processo de codificação e decodificação, mas sobretudo como um processo ostensivo-inferencial, o que implica dizer que, numa perspectiva relevantista, a interpretação é inteiramente dependente do contexto.

Todavia, a definição vulgar de contexto, limitada ao ambiente físico e/ou até mesmo aos enunciados imediatamente anteriores não é a que parece satisfazer as condições necessárias à interpretação. Nela não encontramos qualquer sugestão de como o contexto relaciona-se com o conhecimento do qual o ouvinte já dispõe para interpretar os enunciados que lhe são dirigidos com as proposições expressas pelo falante. Assim, a TR sugere que o contexto:

É uma construção psicológica formada por um subconjunto de suposições que o ouvinte tem do mundo. São estas, com certeza, as que afectam a interpretação de uma elocução, e não o estado real do mundo. Neste sentido, um contexto não está limitado nem às informações imediatamente anteriores; também poderão ter um papel na interpretação todas as expectativas do

futuro, as hipóteses científicas ou crenças religiosas, o anedotário, as suposições culturais gerais, e as opiniões sobre o estado mental da pessoa falante [...] (SPERBER; WILSON, 2001, p. 45-46).

Logo, não é o real estado de coisas no mundo que determina a interpretação do significado das novas informações que processamos diariamente em nossas interações, mas as suposições que formamos a partir dos acontecimentos. As propriedades que abstraímos de determinados fatos e que nos permitem construir nossas crenças, hipóteses culturais, científicas e as próprias expectativas que temos em relação ao conhecimento de nossos interlocutores é que são relevantes para os processos cognitivos que realizamos para interpretar os enunciados que nos são dirigidos.

Dado o contexto como uma construção psicológica, não é coerente conceber que, durante a comunicação, haja um compartilhamento mútuo de conhecimentos para o qual uma interpretação baseada unicamente em processos de codificação e decodificação fosse suficiente. Ainda que todos os interlocutores injetem esforços para tornar determinadas informações mutuamente conhecidas, tendem a ser altamente idiossincráticos, possuem ambientes cognitivos únicos.

Todos os seres humanos vivem dentro do mesmo mundo físico. Encontramo-nos todos envolvidos num empreendimento de uma vida inteira a derivarmos informações desse ambiente comum e a construirmos sobre ele as melhores representações mentais possíveis. Não construímos todos a mesma representação; por um lado, devido às diferenças dos nossos ambientes físicos mais reduzidos e, por outro, devido às nossas capacidades cognitivas. [...] Por isso, nem que todos partilhassem o mesmo estreito ambiente físico, aquilo a que propomos chamar os seus ambientes cognitivos seria assim diferente (SPERBER; WILSON, 2001, p. 79).

Um ambiente cognitivo é formado pelas suposições que o indivíduo considera verdadeiras, isso significa que cada indivíduo constrói representações de mundo extremamente particulares. Não seria possível que diferentes indivíduos mobilizassem as mesmas suposições durante a comunicação, a ponto de o significado evidenciado pelo falante ser exatamente igual àquele inferido pelo ouvinte.

Para Hayakawa (1977, p. 70), é evidente que: “Se dois contextos nunca são exatamente os mesmos, dois significados nunca serão exatamente iguais”. Logo, se o significado muda de contexto para contexto, ele também mudará de falante para ouvinte, o que reforça a ideia de que a interpretação pragmática se dá com um risco

e que é necessário que ela se baseie na totalidade dos contextos para que não incorra em desentendimentos (HAYAKAWA, 1977).

No modelo semiótico da comunicação verbal, o êxito da comunicação é inteiramente dependente do conhecimento mútuo, assim ele não seria apenas uma hipótese, mas um pré-requisito:

Para que o ouvinte tenha a certeza de fazer a recuperação da interpretação correta, aquela que a pessoa falante pretendia, cada pormenor da informação contextual utilizado na interpretação da elocução tem de ser não só conhecido pela pessoa falante e pelo ouvinte, mas também conhecido mutuamente [...] Se a única maneira de comunicar uma mensagem é através da sua codificação e decodificação [...] então o contexto em que é compreendida uma elocução qualquer tem de estar estritamente limitado ao conhecimento mútuo; de outro modo, a inferência não pode funcionar como aspecto efectivo da decodificação [...] Uma pessoa que vá adoptar essa hipótese estará assim inevitavelmente forçada à conclusão de que quando os seres humanos tentam comunicar uns com os outros, estão a pretender atingir algo que nunca, de facto, podem atingir (SPERBER; WILSON, 2001, p. 49).

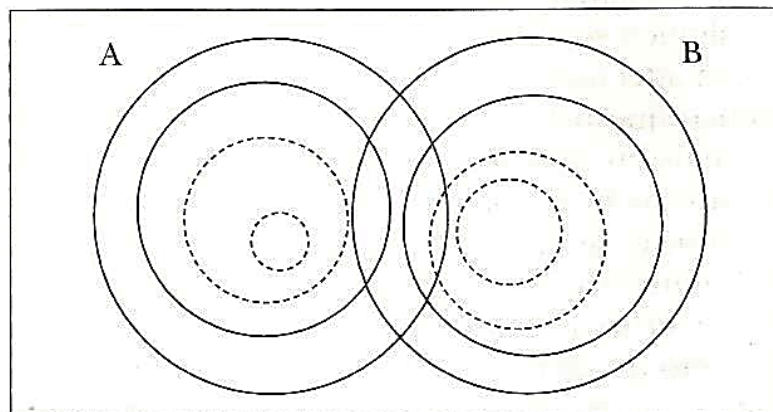
Na realização da comunicação, dentro dos parâmetros semióticos, o conhecimento mútuo seria então um ideal a ser alcançado, o que impõe ao modelo uma série de limitações, já que, numa situação comunicativa real, muito daquilo que comunicamos não poderia ser traduzido em códigos linguísticos e as suposições que formam os contextos que utilizamos na interpretação não poderiam ser igualmente partilhadas a fim de falante e ouvinte construírem significados idênticos.

Parret (1988) também defende que a comunicação não deve ser considerada um processo de (de)codificação e nem tão somente um processo psicológico no qual estão associadas todas as nossas crenças e aspectos idiossincráticos. Para o autor, na comunicação verbal temos a evidência de intenções e a habilidade prática de interpretação de contextos, e essa habilidade não implica um compartilhamento de conhecimentos entre interlocutores, embora requeira um conhecimento comum:

O que se exige para a comunicação não é um conhecimento mútuo, mas um conhecimento comum. O conhecimento comum é um conhecimento que é compartilhado, ao passo que o conhecimento mútuo é um conhecimento não só compartilhado, mas que se sabe ser compartilhado, e que se sabe ser compartilhado, e assim por diante. Portanto, a exigência de conhecimento mútuo nos leva a já conhecida regressão ao infinito ('sei que você sabe que eu sei etc.'). Todavia, para compreender, a significância de fragmentos de língua não é preciso compartilhar estratégias comuns – seu caráter comum não implica nem em abertura, nem em conhecimento mútuo (PARRET, 1988, p. 59).

Bordería (2004) afirma que é mais coerente tratarmos esse conhecimento comum como uma intersecção de ambientes cognitivos e ilustra tal fenômeno da seguinte forma:

Figura 2 - INTERSECCIÓN DE LOS ENTORNOS COGNITIVOS.



Fonte: Intersección de los entornos cognitivos³. Bordería (2004, p. 20).

Para Bordería (2004):

Quando duas personas se comunican, cada una intenta entender a la otra desde su entorno cognitivo y ambas crean un espacio común en el que existen ideas poseídas por ambos. [...] Cada uno de nosotros posee un entorno cognitivo propio, la coincidencia entre ambos entornos cognitivos nunca es, por definición, total, lo que da pie a los problemas de la comunicación [...] No se trata, como en el modelo del código, de un sistema perfecto tenga algunos fallos de diseño, sino que los errores forman parte del sistema mismo (BORDERÍA, 2004, p. 20).⁴

Essa constatação evidencia que, ao se comunicarem, os interlocutores realizam a tentativa de ampliar a mutualidade de seus ambientes cognitivos, no entanto, o total compartilhamento de conhecimento é inviável. Segundo Santos (2014, p. 151): “Os indivíduos nunca compartilham totalmente os mesmos conhecimentos de mundo, nem os processam da mesma forma, porque não têm armazenado as mesmas informações, nem as mesmas crenças, nem as mesmas convicções sobre as coisas do mundo”. Conclui-se, portanto, que a finalidade da comunicação não é a duplicação

³ Interseção de ambientes cognitivos (BORDERÍA, 2004, p. 20, tradução nossa).

⁴ Quando duas pessoas se comunicam, cada uma tenta entender a outra a partir de seu ambiente cognitivo e ambas constroem um espaço comum que contém ideias compartilhadas. Cada um de nós possui um ambiente cognitivo próprio, a coincidência entre esses ambientes nunca é total, o que resulta em problemas comunicativos. Não se trata de um sistema perfeito, assim como no modelo de códigos, pois os erros fazem parte de seu funcionamento (BORDERÍA, 2004, p. 20, tradução nossa).

dos pensamentos, mas a tentativa de tornar determinados conhecimentos mútuos ou manifestos (SPERBER; WILSON, 2001).

Sendo o contexto um conjunto de conhecimentos adquiridos conceitual e empiricamente, a meta da cognição humana durante a comunicação, na ótica relevantista, é o alargamento dos contextos mentais, isto é, ampliação do conhecimento de mundo. Hayakawa (1977, p. 71) corrobora com essa asserção ao afirmar que: “A interpretação [...] deve basear-se na totalidade dos contextos” pois se assim não fosse, não seríamos capazes de explicar porque mesmo quando nos faltam as palavras, em certas ocasiões, as pessoas nos entendem.

Tem-se, nesse aspecto, a maior debilidade teórica do modelo semiótico descrito com pormenores no capítulo 3, ela nos força a considerar que, na comunicação, a codificação e a decodificação encontram-se num nível mais elementar dos enunciados que direcionamos aos nossos ouvintes. Sperber e Wilson (1995) consideram:

A comunicação verbal como envolvendo dois tipos de processo comunicativo: um baseado na codificação e decodificação, o outro, na ostensão e inferência. O processo da comunicação codificada não é autônomo: está sujeito ao processo inferencial. O processo inferencial é autônomo: funciona essencialmente do mesmo modo [...] a comunicação inferencial envolve a aplicação, não das regras da decodificação de finalidade especial, mas das regras inferenciais de finalidade geral que se aplicam a quaisquer informações representadas conceptualmente (SPERBER; WILSON, 2001, p. 266).

Assim, temos também um tipo de comunicação baseado especificamente na ostensão e na inferência. Segundo Sperber e Wilson (2001), a maior parte da comunicação ocorre por processos ostensivo-inferenciais e não pela codificação e decodificação. Ao dirigirmos um enunciado ao nosso ouvinte, estamos dando a ele apenas uma evidência daquilo que pretendemos tornar manifesto e ao mesmo tempo acreditamos que o ouvinte já disponha de conhecimento suficiente para interpretar as novas informações evidenciadas.

A interação verbal, nessa concepção, consiste numa troca de intenções, das quais fornecemos apenas pedaços de evidência. Em consequência, no modelo ostensivo-inferencial da comunicação, o significado de um enunciado é a intenção ostentada pelo falante, a ser inferida pelo ouvinte de acordo com o contexto formado pelas representações mentais construídas a partir de suas experiências ou do acesso

conceitual. As representações mentais são conjuntos de suposições factuais⁵ e estas, por sua vez, podem ser caracterizadas como os pensamentos que abstraímos a partir dos acontecimentos.

Segundo Hayakawa (1977, p. 97-98):

Muito antes de desenvolver a linguagem como hoje a conhecemos, articulamos, provavelmente, a exemplo dos animais inferiores, toda série de gritos para exprimir a fome, o medo, a solidão, o desejo sexual e o triunfo [...] Expandindo-se o conhecimento, esses ruídos foram, gradativamente, tornando-se mais e mais distinguíveis. Grunhidos e algaravias transformaram-se em linguagem. Então, embora tivéssemos desenvolvido um meio de comunicação pelo qual transmitimos relatos exatos, tendemos, quase em termos universais, a expressar primeiramente as condições internas, e só depois, quando necessário, emitir um enunciado. (HAYAKAWA, 1977, p. 97-98).

Tais elucubrações nos levam a considerar que são claramente não verbais a maioria das ocorrências de comunicação ostensiva-inferencial. O que se deve à preexistência desse tipo de comunicação em relação à comunicação verbal, considerada um aperfeiçoamento humano das atividades de ostensão e inferência (SPERBER; WILSON, 2001). Assim sendo, para a TR a comunicação verbal está pautada tanto em processos de codificação e decodificação quanto pelos processos de ostensão e inferência, sendo estes dominantes na interação humana devido à sua evolução. Na comunicação ostensiva-inferencial verbal, temos, portanto, as atividades de ostensão e inferência como os processos cognitivos desempenhados mais recorrentemente.

A ostensão é atitude de tornar evidente a intenção informativa enquanto a inferência é a atividade de busca pelo significado num processo de construção e eliminação de premissas, como esboçaremos ao abordar os processos inferenciais. O sucesso da comunicação depende estritamente da clareza na realização da ostensão das intenções por parte do falante e o devido reconhecimento das intenções por parte do ouvinte que deve mobilizar em seu contexto mental as suposições que lhe permitam inferir o significado pretendido.

⁵ Hayakawa (1977) nos chama a atenção para a importância das suposições, de acordo com o autor, elas não são meras participantes passivas da interpretação, mas também podem determinar as ações que realizamos por meio da linguagem, pois funcionam como correlacionantes entre nossa mente, a linguagem e a realidade, o que explica parcialmente as loucuras às quais vários indivíduos incorrem para tentar alinhar suas expectativas à realidade social e vice-versa.

Uma questão crucial para a TR é a forma como a mente do ouvinte seleciona, dentre as várias suposições existentes no contexto mental, aquelas que lhe serão úteis para a interpretação do significado das informações que estão sendo processadas. A TR prevê que tanto a atividade de ostensão quanto a atividade de inferência são orientadas pelo Princípio de Relevância, segundo o qual a mente humana trabalha numa relação “custo-benefício” de informações. As suposições que formam o contexto que servirá de pano de fundo para a interpretação são mobilizadas de acordo com a probabilidade de efeitos cognitivos a baixo custo de processamento.

Para o Princípio de Relevância, uma informação só valerá a pena ser processada se provocar um grande número de efeitos cognitivos com um esforço de processamento mínimo. Assim, as suposições utilizadas para o processamento de uma nova informação serão aquelas que estão mais acessíveis na mente do ouvinte. Dessa forma, o falante deve conjecturar quais são essas suposições e procurar tornar a sua intenção a mais relevante possível, fazendo com que o ouvinte consiga inferir um significado minimamente alinhado com suas expectativas, o que fará da comunicação bem-sucedida.

A fim de melhor explicar o funcionamento da ostensão e da inferência e ainda explorar o Princípio de Relevância, dedicamos os três próximos capítulos à descrição desses conceitos, posteriormente associarmos os pressupostos da TR às situações comunicativas estabelecidas em “El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha”.

2.2 O QUE É A OSTENSÃO?

Por que comunicamos? E o que comunicamos? Essas são as questões encontradas no cerne dos estudos pragmáticos desenvolvidos tanto no âmbito da filosofia quanto da linguística. No decorrer deste trabalho, ambas as questões já foram parcialmente respondidas e a conclusão à qual chegamos é que nos comunicamos porque almejamos ampliar nosso conhecimento de mundo e, ao fazê-lo, estamos comunicando a nossos interlocutores pedaços de evidência de nossas intenções.

Uma intenção pode ser caracterizada como um estado mental no qual temos representado num pensamento o conteúdo que pretendemos informar a nossos interlocutores com o objetivo de torná-lo mutuamente manifesto (SANTOS, 2014). Na TR, Sperber e Wilson (1995) postulam que nossas intenções se distinguem entre intenções informativas e intenções comunicativas:

Na perspectiva relevantista, a intenção informativa pode ser explicada da seguinte maneira: o falante tem uma representação (um pensamento) em mente e tenciona torna-la manifesta ao ouvinte, isto é, o falante quer informar alguma coisa nova ao ouvinte. A intenção comunicativa, por sua vez, está amparada na hipótese de o falante comunicar ao ouvinte a sua intenção informativa. Para que a intenção comunicativa se efetive, o ouvinte deve ser capaz de reconhecer a intenção informativa do falante (SANTOS, 2014, p. 121).

Dessarte, a ação de informar pode alterar o ambiente cognitivo tanto do falante quanto do ouvinte, construindo-se assim um ambiente cognitivo mútuo entre os interlocutores (SOUZA, 2005). A nível cognitivo essa mutualidade não é de grande importância, mas possui um papel social relevante. Uma modificação no ambiente cognitivo mútuo de duas pessoas tende a transformar as suas possibilidades de interação a longo prazo (DASCAL, 2011), já que permite que os interlocutores tenham um conhecimento comum que torne a comunicação possível.

Ao evidenciar nossas intenções aos nossos ouvintes, estamos indicando a eles que pretendemos informar um conjunto de suposições que podem ampliar seus conhecimentos e essa evidência é um direcionamento da atenção do ouvinte para o significado que esperamos que ele interprete. Em suma, a comunicação é uma tentativa de modificar o ambiente cognitivo dos interlocutores tornando-lhes manifestas novas suposições que lhes auxiliem no reconhecimento das intenções do falante, ampliando seu conhecimento de mundo e capacidade de interação e interpretação. Nesse sentido, a ostensão é necessária porque a apresentação direta de uma suposição aos ouvintes é inviável. Não há, como salientado por Bordería (2004), a factibilidade de o falante compartilhar um pensamento com seu ouvinte, a manifestação mútua de uma suposição só é possível por meio de estímulos:

A única coisa que uma pessoa falante ou qualquer outro tipo de comunicador poderá fazer é apresentar um estímulo com a esperança de que a percepção desse estímulo pelos seus receptores vá conduzir a uma modificação dos seus ambientes cognitivos e a provocar alguns processos cognitivos (SPERBER; WILSON, 2001, p. 232).

Definimos, então, a ostensão como um comportamento no qual o falante busca provocar efeitos cognitivos em seu ouvinte. Nessa circunstância, o comportamento ostensivo tem a função de fazer com que a atenção do ouvinte incida sobre as

intenções do falante. A ostensão é um pedido de atenção para as suposições que o falante quer tornar manifestas ou mais manifestas.

A importância do comportamento ostensivo se dá precipuamente pelo fato da mente humana realizar uma espécie de filtragem automática de estímulos ostensivos no intuito de maximizar o rendimento das atividades cognitivas (DASCAL, 2011). A chamada de atenção do ouvinte é crucial quando almejamos que, dentre os diversos estímulos aos quais somos expostos diariamente, ele se volte para -e processe- àqueles que se referem exatamente às nossas intenções. Para Santos (2009, p. 80):

A comunicação inferencial e a ostensão são exatamente um único e mesmo processo, mas visto de dois pontos de vista distintos: o do falante, que está envolvido na ostensão, e o do ouvinte, que está envolvido na inferência. A comunicação ostensiva-inferencial consiste em tornar manifesto a um ouvinte a intenção de se tornar manifesto um nível básico de informações.

Diante dessas considerações, é possível afirmar que, na comunicação ostensiva-inferencial, a atenção do ouvinte é o primeiro estágio das atividades cognitivas necessárias à interpretação e, conforme a TR, para obter a atenção do ouvinte é preciso que o falante faça com que o estímulo por ele apresentado pareça suficientemente relevante em relação aos demais estímulos que o cercam.

Trataremos da relevância conversacional mais adiante, mas é válido antecipar que, quando comunicamos algo a alguém, presumimos que os estímulos que provocamos sejam relevantes, dignos de atenção e que valham a pena ser processados, o que significa que, enquanto falantes, criamos expectativas sobre as capacidades de inferência de nossos ouvintes e isso faz com que, numa interação verbal, cada enunciado carregue uma presunção de relevância (SERBER; WILSON, 2001).

2.3 INFERÊNCIAS E PROCESSOS MENTAIS

A inferência é o conjunto das atividades cognitivas envolvidas na interpretação do significado das novas informações processadas pela mente humana durante a comunicação e que permitem que o ouvinte forme novas suposições acerca das coisas do mundo. Descrever as atividades inferenciais realizadas por um indivíduo consiste precipuamente em explicar como um novo estímulo é percebido pelo ouvinte

e como a nova informação por ele recebida é contextualizada em sua mente, junto às demais suposições que ela já comporta.

Flores (2017) destaca que há certa relutância nos estudos linguísticos em conceituar a inferência, seja pela escassez de trabalhos sobre o assunto, seja pela descontinuidade dos trabalhos que se propuseram a discuti-lo. Autores como Yecovich (1990), Silva (2009), Corsetti (2009) e Coscarelli (2002) definem a inferência como uma atividade cognitiva realizada quando buscamos interpretar uma informação. Hayakawa (1977, p. 46) define a inferência como “uma asserção sobre o desconhecido, feita com base do que já é conhecido”:

Podemos fazer inferências com grande ou nenhuma cautela. Podemos fazê-las com grande lastro de experiência anterior, ou sem nenhuma experiência do assunto. Por exemplo, as inferências a que um bom mecânico é capaz de chegar, sobre a condição interna de motor, apenas por escutar seu ruído, resultam às vezes, espantosamente exatas, enquanto as inferências feitas por um amador (desde que tente fazer algumas), podem ser completamente erradas. Mas a característica comum às inferências é o fato de constituírem asserções a respeito de matéria não conhecida, e tendo a observação como base (HAYAKAWA, 1977, p. 46-47).

Para Hayakawa (1977), a capacidade inferencial é inconsciente, à medida que está relacionada à nossa capacidade de sobrevivência e vivência em sociedade, suas afirmações caracterizam a inferência como uma mobilização do conhecimento do indivíduo para interpretar novas ocorrências sociais sejam elas empíricas ou verbais.

Ancorando-se nos estudos de Charaudeau (2004), Flores (2017) sugere que a inferência é um processo interpretativo no qual estabelecemos uma relação entre o que nos foi dito explicitamente com outra coisa que possa estar além desse dito, para ele uma inferência é, ao mesmo tempo: “Uma construção sócio-cognitiva; o resultado de um cálculo proposicional; e uma asserção ligadora com base no conhecido para gerar informação nova” (FLORES, 2017, p. 117).

Nessa conjuntura, uma inferência não poderia ser reduzida a uma operação puramente lógica da qual se espera o resultado de um cálculo proposicional e nem mesmo um processo cognitivo independente de nossas interações sociais. Ramos (2003, p. 184-185) reitera essa multiplicidade de fatores implicados na inferência, para o autor:

La inferencia es una operación mental por la que los participantes en una conversación evalúan las intenciones de los demás y en las que basan sus respuestas. Esta operación mental se ve afectada por una gran cantidad de

factores contextuales, incluida la idiosincrasia socio-cultural de la comunidad de habla a la que pertenecen los participantes en la conversación.⁶(RAMOS, 2003, p. 184-185).

A afirmação de Ramos (2003) pauta-se no pressuposto de que a inferência só é possível devido aos interlocutores partilharem um conjunto de suposições que, mesmo diante da idiosincrasia de cada indivíduo, tornam-se indicadoras das intenções que evidenciam ao se comunicar e que esperam que seus pares sejam capazes de reconhecer por meio de fatores contextuais disponíveis no momento da interação verbal. Logo, para Ramos (2003) e para Flores (2017), a inferência é uma operação cognitiva dependente de fatores sociais e contextuais construídos simultaneamente pelos indivíduos antes, durante e depois da interação verbal.

Marcuschi (2008) considera a noção de inferência como uma das noções centrais numa teoria da interpretação e a descreve como um processo complexo subsidiado por elementos sociossemânticos, cognitivos situacionais, históricos e linguísticos que funcionam como hipóteses coesivas e operam integradamente no provimento de contextos que promovem a combinação de informações novas e antigas. A definição de inferência apresentada por Marcuschi (2008) tem o contexto como fator preponderante na possibilidade de relacionar as novas informações processadas com aquelas já contidas na mente do ouvinte.

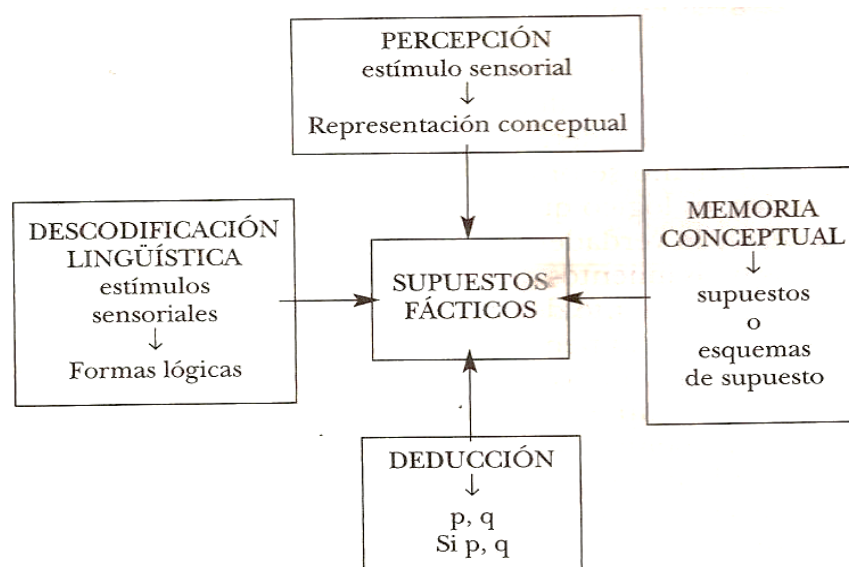
Para Sperber e Wilson (2001), uma inferência é um processo mental de consolidação daquilo que aceitamos como verdadeiro. Toda vez que uma informação é considerada verdadeira, de acordo com nosso conhecimento de mundo, memorizamos-la por meio de um processo inferencial. Nessa situação, a veracidade de uma informação é um pré-requisito para que a mente a processe.

Conforme a TR, uma inferência é iniciada toda vez que nossos sistemas mentais registram uma entrada de dados (*input*) e termina assim que esses dados são processados por nosso sistema mental central. Ao final desse processo, os dados são integrados às suposições já existentes em nossa memória enciclopédica, onde nossos conhecimentos prévios estão armazenados.

6 A inferência é uma operação mental por meio da qual os participantes de uma interação verbal avaliam as intenções de seus interlocutores e embasam suas respostas. Essa operação mental é afetada por uma grande quantidade de fatores contextuais, como a idiosincrasia sociocultural da comunidade de fala a que pertencem os participantes da interação (RAMOS, 2003, p. 184-185, tradução nossa).

As atividades inferenciais têm como resultado (*output*) uma série de efeitos contextuais que modificam nosso ambiente cognitivo e possibilitam a interpretação do significado das novas suposições acrescentadas. Bordería (2004, p. 32) apresenta o seguinte esquema para possíveis entradas de dados através de nossos sistemas perceptuais ou periféricos:

Figura 3 - FUENTES PARA LA ADQUISICIÓN DE SUPUESTOS FÁCTICOS.



Fonte: Fuentes para la adquisición de supuestos fáticos. Bordería (2004, p. 32).

De acordo com Bordería (2004), o *input* pode ocorrer a partir de quatro modos identificáveis: estímulos sensoriais, decodificação linguística, da própria memória conceitual e também por meio da dedução. Não há consenso sobre como cada um desses sistemas de percepção viabiliza a integração dos *inputs* dentro da mente. Mas segundo Sperber e Wilson (2001), é bastante provável que cada um deles tenha um método próprio de representação e computação. Os estímulos verbais, visuais ou auditivos seriam processados distintamente dos *inputs* olfativos, por exemplo. Por questões de delimitação teórica, aqui nos ocuparemos apenas com os estímulos ostensivos provenientes da comunicação verbal.

Assim que um enunciado é dirigido ao ouvinte, ele recebe um estímulo relativo à intenção informativa do falante. A interpretação dessa intenção, conforme Ramos (2003), segue um curso lógico no qual o ouvinte analisa, num primeiro momento, a forma literal do enunciado, desconsiderando seu contexto e identificando sua forma preposicional. Quando essa análise preliminar não satisfaz as expectativas sobre a

interação e o significado literal do enunciado não é suficiente para que seja constatado o acréscimo de novas suposições ao ambiente cognitivo do ouvinte, a ponto de seu conhecimento de mundo ser ampliado, sua mente passa a abordar essa nova informação inferencialmente (RAMOS, 2003), recuperando informações contextuais que enriqueçam o significado desse enunciado.

Essa busca pela significação de uma informação por meio do contexto segue diferentes percursos que se utilizam da construção e eliminação de premissas (HARDY-VALÉE, 2013). Hardy-Valée (2013, p. 102) define a inferência como: “Transições de uma ideia ou de uma representação para outra segundo determinada regra”, a saber dedução, abdução e indução. O autor salienta que a dedução é um processo menos complexo que os demais tipos de inferência, pois nela o indivíduo aplica seu conhecimento prévio a uma situação para chegar a determinada conclusão em que não há, necessariamente, modificação de seu conhecimento.

Imputa-se à dedução um *modus ponens*, regra lógica na qual se chega a uma conclusão pelo raciocínio “se *P* então *Q*”. se chego à porta de um restaurante numa segunda-feira e ele está fechado, e há um aviso afirmando que ele não abre às segundas-feiras, concluo que: se (*P*) o restaurante não abre às segundas, e hoje é segunda, (então *Q*) é por esse motivo que as portas estão fechadas.

Já no raciocínio abdutivo, é possível chegar a uma conclusão ancorando-se em experiências adquiridas em situações comuns:

A abdução é uma inferência que, a partir de um caso, encontra uma regra [...] um fato surpreendente *C*, é observado; se *A* fosse verdadeiro, *C* seria óbvio, então existe razões para suspeitar que *A* é verdadeiro. Essa regra também foi chamada de retrodução [...] porque é o inverso da dedução: enquanto numa dedução se infere ($P \rightarrow Q, P \rightarrow P$), numa abdução se infere ($Q, P \rightarrow Q \rightarrow P$). O encadeamento não é formalmente válido, mas o sujeito considera que tem boas razões para concluir que *P* (HARDY-VALÉE, 2013, p. 102-103).

Segundo Basso e Oliveira (2014), a abdução é um raciocínio arriscado, pois pode estar equivocado ou ainda ser facilmente cancelável. No exemplo dado pelos autores, temos uma situação hipotética na qual uma chuva se prepara e um falante diz “vai chover”. O ouvinte rapidamente se recorda de que deixou muitas roupas no varal e infere, portanto, que a afirmação *vai chover* seja um pedido para que se recolha a roupa do varal, ao invés de apenas uma constatação sobre o mau tempo. No entanto, ao ser acompanhada por uma segunda afirmação: “já recolhi as roupas do

varal”, a inferência abdutiva do ouvinte, de que as roupas deveriam ser recolhidas, é cancelada e tem-se, então, apenas a constatação de que choverá.

A inferência indutiva, por sua vez, ocorre quando o ouvinte generaliza um conhecimento prévio (HARDY-VALÉE, 2013) adquirido em uma situação particular e o aplica em outras situações que julga serem semelhantes àquela situação que vivenciou. Se vemos, por exemplo, várias casas com janelas, logo sou induzido a concluir que todas as casas devem possuir janelas, já que minha representação conceitual construída é a de uma casa com janelas. Hardy-Valée (2013) cita exemplo de um indivíduo que, após ver vários automóveis com quatro rodas, conclui que todos os automóveis possuem quatro rodas.

Ainda que distintas, as regras inferenciais de dedução, abdução e indução, comentadas por Hardy-Valée (2013), fundamentam-se substancialmente na mobilização de conhecimentos prévios para contextualizar uma nova informação. Assim sendo, na inferência o indivíduo tem o seu conhecimento de mundo estimulado pela entrada de uma nova informação. A cada *input*, a mente do ouvinte tem uma reorganização das suposições que ele construiu acerca do estado das coisas que o cercam, para que, se relevante, a nova informação processada possa ser consolidada dentre aquelas que compõem sua memória enciclopédica, onde estão armazenadas as representações conceituais que formam seu conhecimento de mundo total.

É nessa circunstância que a inferência é caracterizada como uma operação cognitiva determinada por fatores sociais. Porém, há nas teorias sobre a inferência uma questão que encontra certo grau de complexidade para ser descrita. Ao tratar a inferência como a mobilização do conhecimento prévio do indivíduo, não nos fica claro como se dá a seleção das suposições que participam da interpretação do significado de um dado enunciado, já que é bastante improvável, de acordo com a TR, que o processamento de uma nova informação estimule esse conhecimento de mundo em sua totalidade. Em outras palavras, no processamento de uma nova informação há a escolha de um número finito de suposições que formam uma espécie de pano de fundo no qual a inferência se realiza.

Na impossibilidade de o ouvinte ter a totalidade de seu conhecimento de mundo mobilizada no processamento de uma nova informação, por questões de eficiência cognitiva é viável a hipótese de que a mente seleciona certas suposições em detrimento de outras para participar das atividades interpretativas que ocorrem em sua mente. Para a TR, essa seleção das suposições que participam da interpretação

do significado de uma nova informação é realizada de acordo com o Princípio de Relevância que determina se ela vale a pena ser processada ou descartada por nosso ambiente cognitivo.

O parâmetro de relevância de uma nova informação é medido pelo número de efeitos cognitivos que ela pode provocar ao ser integrada às suposições que se encontram na mente do ouvinte. O Princípio de Relevância é a noção central da teoria pragmática de orientação cognitiva que adotamos como fundamentação teórico-metodológica para a análise desenvolvida neste trabalho, por esse motivo, a seguir tecemos uma discussão dedicada à observação da aplicação desse Princípio às particularidades da interpretação.

2.4 RELEVÂNCIA

O barulho da chuva, as vozes do público, risadas espalhafatosas, carros de som, sirenes de ambulância, o apito do vendedor de sorvetes. Diariamente todos somos expostos a uma pluralidade de estímulos verbais e não verbais que, muitas vezes, sequer são percebidos e quando o são, não recebem nossa atenção, e os significados por eles veiculados são logo descartados por nossa mente ao invés de serem processados para se integrarem ao nosso conhecimento de mundo.

Conforme Dascal (2006), uma das origens desse fenômeno encontra-se na existência de um filtro cognitivo cuja função é atuar sobre nossa percepção, selecionando inconscientemente os estímulos que veiculam significados que valham a pena serem integrados ao nosso conhecimento de mundo. A finalidade é a maximização da eficiência dos mecanismos de processamento de novas informações em nossa mente, já que o processamento de todos esses estímulos poderia sobrecarregar nossas atividades cognitivas.

Não obstante, os estímulos que passam por nosso filtro cognitivo e nos quais recaem parte ou a totalidade de nossa atenção não têm ainda a garantia de que serão de fato processados. Segundo Sperber e Wilson (2001), nossa cognição tende a processar aquilo que nos é relevante. Para Santos (2009), a relevância é uma propriedade psicológica que faz com que uma nova informação valha a pena ser processada e os parâmetros de relevância de uma nova informação são determinados pelo número de efeitos cognitivos resultante do esforço empregado em seu processamento.

Os efeitos cognitivos ou contextuais se referem ao nível de reorganização e modificação das suposições disponíveis em nossa mente (RAMOS, 2003), mas embora tratemos de um número de efeitos, a relevância é medida qualitativamente e não quantitativamente:

A relevância é o produto da avaliação da produtividade: equilíbrio entre o rendimento (saída) e um investimento (entrada) de informações, ou seja, equilíbrio entre os efeitos contextuais e o esforço de processamento. É uma noção comparativa (relativizada). No entanto, se os benefícios de se conseguir um efeito contextual não forem suficientes para equilibrar o custo do esforço de processamento necessário para os implementar, então nunca se poderia conseguir um grau positivo de relevância, porque não valeria a pena o esforço do processamento (SANTOS, 2009, p. 106).

Os efeitos contextuais podem dar-se por meio do fortalecimento, da contradição e combinação das suposições conceituais já existentes na mente do ouvinte. Logo, uma informação mais relevante será aquela que valha a pena ser processada porque alcança um maior número de efeitos cognitivos com um menor esforço – assim a mente humana trabalha numa relação “custo-benefício” de informações. Quando uma nova informação fortalece uma suposição antiga, enfatizando a sua veracidade, ao mesmo tempo em que enfraquece uma outra suposição provando sua menor confiabilidade e ainda combina outras suposições, fazendo com que o ambiente cognitivo do ouvinte seja modificado e ele possa construir novas suposições acerca das coisas do mundo, com base nessa nova informação, poderemos dizer que essa lhe foi relevante.

Mas a relevância não é importante apenas por determinar se uma informação deve ou não ser processada, mas sobretudo com base em quais de nossos conhecimentos esse processamento irá ocorrer. Na noção de contexto discutida no âmbito da pragmática cognitiva e já apresentada neste trabalho, pudemos constatar que o contexto entendido como o real estado das coisas do mundo não exerce predominância na interpretação de um enunciado, pois o contexto considerado na atividade interpretativa é composto majoritariamente pelas representações conceituais que construímos sobre o mundo.

Imaginemos uma situação comunicativa X, onde P, ao chegar em casa, encontra Q pronto para sair, com um pacote de presente nas mãos e procurando as chaves do carro. Então P pergunta a Q: - Vai sair?, e Q responde: - Estava te esperando, o aniversário do João é hoje, lembra? E P diz: Ok, logo fico pronto. A

indagação de P sobre a possibilidade de Q estar saindo, nessa situação comunicativa, parece fornecer evidências de que a contribuição conversacional por ele requerida exige não apenas uma afirmação positiva ou negativa sobre o fato de Q estar saindo, uma vez que, P já percebeu que Q está se preparando para sair. Dessa forma, a indagação de P evidencia o requerimento de outras contribuições de Q, como, por exemplo, para onde Q está indo e porque carrega um pacote de presente.

Ao contestar P, Q demonstra ter reconhecido suas intenções comunicativas, ao dizer “estava te esperando, o aniversário do João é hoje, lembra?”, Q informa a P não só onde vai, o que vai fazer e o porquê está indo àquela hora e ainda sugere que P havia esquecido da comemoração e que deve se preparar para acompanhá-lo. Da mesma forma, P reconhece as intenções informativas de Q e responde que logo estará pronto, mas a informação sugere não só o fato de P preparar-se com rapidez para sair, mas também que irá acompanhar Q no aniversário de João.

Essa situação comunicativa ilustra como a ostensão e a inferência, abordadas nos capítulos anteriores, podem ocorrer numa interação verbal real. Contudo, ainda é insuficiente para entendermos como a mente humana opera na realização dessas atividades e na seleção dos conhecimentos que permitem aos interlocutores interpretar um significado alinhado ao do falante e não outros, paralelos à situação comunicativa. Como P e Q conseguem entender-se se os enunciados que trocam entre si não exprimem claramente a proposição que pretendem comunicar um ao outro? Como Q reconhece a intenção de P e infere que as informações por ele requeridas estão além de uma resposta óbvia?

Os enunciados veiculam significados que devem ser inferidos pelo ouvinte por meio de seu conhecimento enciclopédico, que é determinante para a relevância das informações que ele processa. Isto é, a entrada de uma nova informação (*input*) estimula seu conhecimento, mobiliza as suposições fatuais necessárias ao seu processamento:

À medida que um discurso segue, o ouvinte recupera ou reconstrói e depois processa um certo número de suposições. Essas formam um pano de fundo que vai se transformando gradualmente e perante o qual são processadas as informações novas. Na interpretação de uma elocução existe mais do que uma simples identificação da suposição explicitamente expressa nela: está nela crucialmente envolvida a resolução das consequências do acrescentamento dessa suposição a um conjunto de suposições que foram já elas próprias processadas (SPERBER; WILSON, 2001, p. 189).

Não obstante, a forma como as suposições que participam da interpretação do significado de uma nova informação são selecionadas ainda permanece pouco clara na maioria das teorias pragmáticas. Todavia, para Sperber e Wilson (2001) essa seleção é determinada, sobretudo, pelo Princípio de Relevância.

Segundo a TR, uma informação relevante é aquela que modifica e aperfeiçoa a representação total do mundo do ouvinte. Nessa situação, uma das características de uma informação relevante é a sua novidade, já que uma informação antiga não representaria uma modificação e nem mesmo um aperfeiçoamento cognitivo. Assim, a primeira atividade cognitiva de uma interpretação é a verificação da novidade da entrada de dados. Se o significado do estímulo percebido já se encontra na mente do ouvinte ele é descartado, mas se sua novidade é constatada, inicia-se em seu ambiente cognitivo uma busca pelas suposições que adequarão o contexto no qual os novos dados obterão uma maior quantidade de efeitos.

Nessa busca são mobilizadas as suposições consideradas mais fortes pelo ouvinte ou mais provavelmente verdadeiras. A força de uma suposição é resultado da forma como foi processada, suposições formadas a partir de experiências tendem a ser mais fortes do que aquelas formadas conceitualmente:

Quando das nossas suposições, as que nos inspiram mais confiança são as que, de fato, são mais provavelmente verdadeiras, temos a tendência de fazer as escolhas certas das suposições e dos caminhos de acção a seguir [...] a adequação da nossa representação de mundo depende não só de quais são as suposições que temos em nosso poder, mas também do grau de confiança que temos nelas: uma representação adequada é uma representação em que existe boa correspondência entre as suposições que consideramos bem confirmadas e aquelas que são realmente bem confirmadas. Os aperfeiçoamentos que fazemos da nossa representação do mundo podem ser conseguidos não só através do acrescentamento justificado de novas suposições, mas também através do aumento ou do decréscimo apropriado de nosso grau de confiança nestas, o grau de confirmação em que as temos (SPERBER; WILSON, 2001, p. 130).

Logo, uma suposição já fixada também pode ser reforçada sempre que uma nova suposição confirma a sua veracidade, o que inclusive a torna mais acessível na memória e aumenta a probabilidade da sua participação nas inferências. Essa confirmação depende, em sua maior parte, da correspondência entre as expectativas do ouvinte e demais elementos contextuais que atuam na interpretação dos enunciados numa dada interação.

Há ainda, envolvida nessa seleção, a disposição do indivíduo em aceitar ou não uma suposição como verdadeira. A relevância é um fator variável entre os indivíduos, tal qual o conhecimento de mundo, o que faz com que uma informação possa mais ou menos relevante para diferentes ouvintes. Em geral, alguns indivíduos são mais atentos que outros, o que interfere no grau de relevância das informações. Para um indivíduo mais atento, mesmo as informações menos relevantes podem causar um número considerável de efeitos contextuais, enquanto que para indivíduos menos atentos o esforço de processamento pode ser maior e a relevância da informação reduzida.

Mas essas considerações ainda dizem pouco sobre a seleção do contexto na interpretação. A descrição da contextualização de uma nova suposição na mente do ouvinte ao final da inferência não é um fenômeno bilateral e não se pode falar na formação de um único contexto, a recuperação das suposições não se dá em blocos ou módulos de representações conceituais.

Conforme a TR, no processo inferencial tem-se, com um *input*, a formação de um leque de contextos nos quais há a possibilidade de uma suposição ser encaixada. A escolha do contexto é então feita de acordo com a relação de “custo-benefício” sob a qual trabalha a cognição humana, isto é, o contexto escolhido para o processamento da nova informação será aquele que exija um menor esforço para sua integração e ofereça um maior número de efeitos contextuais com vistas ao aperfeiçoamento do conhecimento do indivíduo.

O contexto selecionado é aquele em que a informação será otimamente relevante. O conceito de relevância ótima ou Princípio Comunicativo de Relevância pauta-se na ideia de que, na comunicação espontânea os interlocutores criam expectativas de relevância, isto é, o ouvinte espera que o falante ofereça-lhe uma informação que valha a pena ser processada e que a informação oferecida seja a mais relevante possível de acordo com as suas expectativas e capacidades inferenciais (SANTOS, 2009). Desse modo, para Sperber e Wilson (2001), todo enunciado carrega consigo uma presunção de relevância ótima.

Para Dascal (2006, p. 140):

Quanto mais fácil for identificar a informação dada na sentença e localizar na memória o que pode ser relacionado a ela, mais fácil se torna o processamento do enunciado. Portanto, espera-se que um falante que queira ser compreendido usará uma sintaxe límpida, além de outros mecanismos, a fim de diferenciar claramente a informação dada da informação nova, e fará

uso da informação identificada como dada para se referir àquilo que ele assume ser facilmente acessível na memória do ouvinte. (DASCAL, 2006, p. 140).

No entanto, é comum numa interação verbal espontânea nos abstermos da clareza sintática e proposicional dos enunciados, a interação de P e Q evidencia como essa abstenção ocorre hodiernamente. Para a TR, na ausência dessa clareza e diretividade o interlocutor recorre ao Princípio de Relevância e seguindo o caminho de esforço mínimo, após decodificar o significado linguisticamente o enriquecerá por meio do contexto mais acessível, “até que a interpretação resultante se coadune com sua expectativa de relevância” (SANTOS, 2009, p. 68).

Na situação comunicativa apresentada, quando Q responde à indagação de P, ele informa a P que está saindo porque é o aniversário de João. P infere sua intenção comunicativa buscando em suas suposições fatuais quem é João, o que é um aniversário e porque deve acompanhar Q nessa comemoração. Essas informações mobilizadas por P na interpretação do que diz Q são suposições fatuais que formam seu conhecimento de mundo, seu conhecimento enciclopédico e são mobilizadas para formar um pano de fundo subserviente ao processamento das contribuições de Q.

As suposições mobilizadas pela cognição de P e Q para formar os contextos em que o significado dos enunciados de sua interação seriam processados são selecionadas porque apresentam um maior grau de confiabilidade e posteriormente à formação de um leque de contextos possíveis em sua mente. Há a escolha de um contexto de acordo com o Princípio de Relevância, que prima pelo melhoramento do conhecimento de mundo do indivíduo por meio de um esforço de processamento mínimo, isto é, a maximização da relevância.

Desse modo, na situação analisada verificamos que P recupera o número de suposições necessárias à interpretação do que diz Q, formando o pano de fundo sobre o qual a nova informação será processada, mas P não apenas identifica as suposições requeridas na interpretação do que diz Q, mobiliza seu conhecimento de mundo a partir dos efeitos cognitivos causados pela entrada das novas informações, que são processadas de acordo com a sua relevância, ou seja, por causarem um maior número de efeitos cognitivos com um menor esforço de processamento.

É nesse sentido que defendemos que o uso da linguagem revela muito mais o que é operativo na mente humana (DASCAL, 2006) do que nossos pensamentos.

Dessa forma, é possível concluir que a comunicação é uma mútua tentativa de causar efeitos cognitivos uns sobre os outros. O modelo de cognição elaborado por Sperber e Wilson (2001) para explicar e descrever a operacionalidade da mente humana no processamento de novas informações parece ser ingênuo, no entanto, apresenta uma descrição mais plausível do funcionamento de nossa mente durante a interpretação.

Feitas as observações sobre o aporte teórico que ampara a análise das interações encontradas em de “El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha”, nos próximos capítulos abordamos os aspectos da obra que nos permitem estabelecer uma interface entre a pragmática e a narrativa cervantina, a partir de uma perspectiva relevantista.

3 UM FLERTE COM A LOUCURA

Desde a edição dos primeiros exemplares da primeira parte de “El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha”, em 1605, Miguel de Cervantes Saavedra esteve submetido a ferrenhas críticas de seus contemporâneos, que lhe projetaram estranha inveja e devota admiração (CANAL, 2018). Houve quem passasse meses esperando pela chegada dos escritos que contariam as bizarras aventuras de um fidalgo louco e seu fiel escudeiro, assim como houve aqueles que, num átimo de cobiça, lançaram-se à fracassada tentativa de usurpar a autoria da narrativa que viria a ser a maior obra da literatura universal (VIEIRA, 1998).⁷

Apesar do sucesso obtido com a publicação do *Quijote*⁸, de acordo com Canal (2018), pouco sabemos sobre a vida de Cervantes. Muitas passagens de sua biografia continuam sendo uma incógnita a historiadores e estudiosos de literatura, primeiro devido à escassez de dados sobre a formação da civilização espanhola e segundo em virtude da pouca valorização da história intelectual do país. Não obstante, “seria conveniente acrescentar que não é possível conhecer a obra cervantina sem considerar alguns aspectos da vida de Cervantes integrados na Espanha do chamado Século de Ouro, por mais universal que seja sua criação” (VIEIRA, 1998, p. 18).

Deste modo, neste capítulo tecemos alguns comentários sobre a vida de Miguel de Cervantes Saavedra com o objetivo de melhor contextualizar a obra aqui analisada. Não pretendemos construir uma biografia pormenorizada do autor, no entanto, consideramos que determinados dados históricos sobre a Espanha em que viveu Cervantes e certas experiências por ele vivenciadas nos permitem um olhar mais preciso à caracterização psico-comunicativa de seus personagens.

Assim, os próximos parágrafos deste capítulo são dedicados à vida de Cervantes e ao momento histórico em que o escritor construiu o seu maior romance. Atentamo-nos também à temática da loucura, enfaticamente presente no *Quijote*, para, no capítulo posterior, tratarmos o estado mental patológico de seu protagonista com mais acuidade, uma vez que, o seu comportamento reforça a possibilidade de

⁷ Como o bem conhecido caso de Avellaneda que, além de plagiá-lo, roubou-lhe sua obra, publicando-a em 1614 como se fosse de sua própria criação (VIEIRA, 1998).

⁸ Com o objetivo de não tornar a leitura de nosso texto exaustiva, a partir deste capítulo, evitamos repetir o título extenso da obra analisada e nos referimos a ela como *Quijote*. Ao seu protagonista reservamos a alcunha de *don Quijote*, entre outros substitutivos.

uma análise pragmática das interações que ocorrem entre ele e os demais personagens.

3.1 SOBRE O AUTOR E “SUA ESPANHA”

Nascido em 1547, Cervantes viveu numa Espanha em constante mudança. Nessa época o país passava por uma grande expansão territorial e chegava ao seu apogeu político. Misturavam-se ali diversos povos de diferentes culturas, o que nos impele a pensar que seria mais condizente tratar “das Espanhas” que conviviam, a princípio pacificamente, num mesmo espaço (CASTRO, 1972).

A desordenada expansão geográfica demandava cada vez mais o policiamento dos indivíduos, sobretudo no que se refere à religião. Após a expulsão dos muçulmanos e a reconquista da Península Ibérica havia uma grande preocupação, por parte da coroa, em recuperar a hegemonia do cristianismo, com isso, a vigilância da fé cristã tornava-se cada vez mais austera e as rédeas da inquisição mais curtas (VALDEÓN, 2015), o que criava um clima de contínua tensão entre os cidadãos espanhóis.

A configuração social da época não dava muitas perspectivas profissionais aos indivíduos. Conforme Vieira (1998, p. 19), as opções que a Espanha inquisitorial oferecia eram basicamente: “*Iglesia*, que supunha uma atividade de caráter mais intelectual vinculada às letras; *mar*, que deixava implícita a vinda para as Índias e a vinculação com o comércio; e *casa real*, que presumia a adesão à carreira militar”. Cervantes escolheu a carreira militar, o que lhe rendeu uma vida marcada pela errância e por diversos infortúnios.

De origem humilde, Cervantes fora condenado a uma vida nômade. Seus pais sempre tiveram muitas dificuldades financeiras e por isso mudavam-se frequentemente de cidade em busca de melhores condições de vida. As circunstâncias fizeram com que o jovem, aos seus vinte e dois anos, já tivesse convivido em lugares diversificados, em ambientes caracteristicamente pícaros (VIEIRA, 1998) nos quais conheceu pessoas das mais diversas procedências.

Não há muitas informações sobre a formação intelectual de Cervantes, mas conforme Riquer (2004), ao que tudo indica, em sua adolescência o escritor estudou no colégio dos Jesuítas em Córdoba e depois foi transferido para o *Estudio de la Villa*, onde se prepararia para o ingresso na universidade. O jovem guardava certa

semelhança com o seu mais conhecido personagem: era um ávido leitor. Suas leituras não estavam limitadas às novelas de cavalaria e é consenso entre os críticos de sua obra que o autor veio a revelar magnífico conhecimento na construção de suas narrativas. Todavia, ao contrário do que possamos imaginar, o autor não chegou a ingressar na academia, não foi um homem de carreira intelectual e sequer se dedicou às letras.

Cervantes teve sua tentativa de ingresso na carreira acadêmica frustrada aos seus vinte e dois anos quando, ao se envolver numa briga, feriu um senhor mestre de obras, encarregado pelas construções de obras reais. Por esse motivo foi condenado à amputação de sua mão esquerda e, para se livrar da punição, ao invés de ingressar na universidade fugiu para a Itália, acomodando-se em Roma, onde viveu por mais de dez anos (RIQUER, 2004). Não se sabe exatamente como Cervantes conseguiu driblar a justiça, mas o ocorrido parece ter colaborado com a deterioração de sua reputação e com sua desventura acadêmica.

Ao retornar à Espanha em 1572, Cervantes adere à carreira militar oficialmente, passando a servir ao reinado de Fernando II. À época as armas eram uma escolha promissora e o soldado integra a Santa Liga, exército formado por cerca de oitenta mil homens encarregados de lutar na Batalha de Lepanto. De acordo com Vieira (1998), apesar de ter sido acometido pela malária e sofrido um grave ferimento que lhe fez perder o movimento da mão esquerda, sua atuação como soldado foi exemplar, motivo que lhe deu muito orgulho.

Ao término da Batalha de Lepanto, Cervantes encontrava-se debilitado e acaba hospitalizado, tendo uma recuperação bastante lenta. Durante sua internação, o soldado tem seus esforços militares reconhecidos e recebe recompensas por sua enérgica atuação. Depois de recuperado volta a lutar na Batalha de Navarino, na qual obtém o mesmo louvor.

Após a Batalha de Navarino, ao voltar à Espanha, a embarcação onde estava Cervantes é assaltada por corsários argelinos e, junto a outros soldados, ele é levado como cativo para Argel (RIQUER, 2004). Para Castro (1972), é nesse momento que o autor dá início a sua empreitada literária, para distrair a si e seus companheiros, o escritor escreve poesias, de qualidade ainda incipiente, mas que revelam o germe do talento que viria a público em 1605, com a publicação da primeira parte do *Quijote*.

O cativo realizou várias tentativas de fuga malsucedidas que acabaram em punições severas, sua família não dispunha de condições financeiras para pagar por

sua liberdade e Cervantes é obrigado a cumprir a pena. Os anos no cárcere: “Foram muito importantes em sua vida, pois teve a oportunidade de conhecer o mundo muçulmano no seu interior e também suas relações com os cristãos. Mais que isso, teve a chance de observar a fundo uma civilização diferente da sua” (VIEIRA, 1998, p. 28). Depois de doze anos, sua família consegue ajuda de um religioso que paga por sua liberdade e finalmente Cervantes consegue retornar à Espanha.

O país já não vivia mais os momentos gloriosos de outrora e passava por uma lamentável decadência, o ex-soldado não se demora em sua terra e parte para Portugal em busca de oportunidades, não tendo êxito em sua procura. Enquanto não encontra uma atividade profissional à altura de seu desempenho nas batalhas de Lepanto e Navarino, Cervantes continua escrevendo. Influenciado pelas novelas pastoris da época, escreve *La Galatea* e, embora o teatro ainda seja o gênero preferido por seu público, sua obra obteve satisfatória recepção (VIEIRA, 1998). Não há precisão na classificação cronológica da produção literária cervantina, principalmente no que tange à criação dramática, mas é nesse momento de sua vida que o autor se dedica à escrita de *Los Tratos de Angel e Numancia*, e também publicou suas *Ocho comédias y Ocho entremeses*.

A convivência do autor no meio teatral não se restringia à escrita. De acordo com Castro (1972), seu envolvimento com o teatro lhe proporcionou um relacionamento amoroso efêmero com Ana Franca, no qual teve uma filha, Isabel Saavedra. No mesmo ano em que nasce Isabel, Cervantes se casa com Catalina Salazar. Ainda conforme Castro (1972), é na família de sua esposa que Cervantes encontra Alonso Quijada, um monge e grande leitor das novelas de cavalaria que teria lhe inspirado a criar seu personagem don Quijote de la Mancha.

Contudo, as inspirações encontradas na família de Catalina não foram suficientes para segurar Cervantes na rotina pacata do matrimônio e da vida doméstica (VIEIRA, 1998). Em 1587, após três anos de casamento, ele se separa de Catalina e segue uma vida errante durante aproximadamente 15 anos:

Vida que sem dúvida lhe proporcionou uma experiência notável, colecionando, entre outras coisas, os inúmeros traços de um mundo tão diversificado como o que aparece no Quixote. Teve contato com pessoas das mais diferentes procedências sociais, passou por estalagens que reuniam viajantes com muitas histórias e com ocupações e intenções variadas [...] (VIEIRA, 1998, p. 32).

É nessa mesma época que Cervantes vai para Sevilha e começa a trabalhar como “comissário de bastos”. Suas atividades profissionais consistiam em percorrer Andaluzia e forçar agricultores a venderem sua produção para a coroa por preços irrisórios, o trabalho era mal visto, já que, muitas vezes, era necessário reprimir aqueles que se negassem a entregar o que haviam produzido (VIEIRA, 1998). Toda a arrecadação era destinada a prover a subsistência da *Armada Invencible*. Para um soldado exemplar como foi Cervantes na batalha de Lepanto e Navarino, o ofício não era um dos mais dignos e logo muitos problemas vieram à tona (CASTRO, 1972).

Com a crescente dificuldade no exercício de suas funções, Cervantes passa a atuar como cobrador de impostos. No entanto, em certa ocasião perde os valores arrecadados e acaba indo parar na prisão. No cárcere, dividido com cerca de dois mil presos, novamente Cervantes tem a oportunidade de conviver com uma variedade de pessoas em condições bastante adversas, estranhamente é nesse contexto de confinamento e criminalidade da *Cárcel Real de Sevilla* que Cervantes começa a escrever o *Quijote*.

A Espanha passava por um período histórico difícil, o país vivenciava o fim de uma era gloriosa e um contínuo empobrecimento, a baixa demográfica decorrente das pestes e da emigração, juntamente com o aumento dos preços e juros culminavam numa profunda crise econômica (VALDEÓN, 2015). Em 1598, a crise é agravada com a morte de Fernando II, e a sociedade espanhola presencia a abertura de um abismo entre classe dominante e as classes de menor poder aquisitivo, o que permite a instalação de um desagradável mal-estar social.

Cervantes permanece na prisão por três meses, ao retomar sua liberdade volta a sua vida errante e após sete anos apresenta ao público a primeira parte de “El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha”. Surpreendentemente, o público que, durante anos divertiu-se com o prosaísmo das novelas pastoris e com as andanças de Amadis de Gaula, demonstra calorosa recepção com as loucuras do fidalgo rural e seu fiel escudeiro, tendo um recorde de vendas já em sua primeira edição.

Contudo, mesmo com o reconhecimento de seu público e o sucesso do *Quijote*, Cervantes volta a ter problemas com a justiça e logo é inocentado. Sua família muda-se para Madrid, onde se instalara a corte de Fernando III. O escritor e suas irmãs passam a dedicar-se a vida religiosa (VIEIRA, 1998). Em 1613 são publicadas suas *Novelas Exemplares*, cujo prólogo também anuncia *Los Trabajos de Pérsiles y Sigismunda*, além de *Semana del Jardín* e a segunda parte do *Quijote*. Em 1614,

Alonso de Avellaneda publica o *falso Quijote*, no qual usurpa os protagonistas da narrativa de Cervantes e lhe dirige uma série de provocações que, ao invés de abalarem sua criatividade, lhe servem como matéria prima para a construção da segunda parte do romance, publicada um ano depois, em 1615 (CANAL, 2018).

Quando Cervantes publica a segunda parte do *Quijote*, seu talento já se encontra bastante reconhecido pelo público, não apenas na Espanha, mas em toda a Europa (VIEIRA, 1998). Ainda em 1615 publica suas *Ocho Comedias y Ocho Entremeses Nuevos Nunca Representados* e escreve o prólogo de *Los Trabajos de Pérsiles y Sigismunda*. Segue com sua criação literária que ganha notabilidade nos últimos anos de sua vida, os quais passou ao lado de sua família numa rotina pacata, até falecer em 1616.

3.2 SOBRE O QUIJOTE: LOUCURA COMO CRÍTICA SOCIAL

A biografia de Cervantes não se reduz a história de sua obra mestra, mas ambas aparentam confundir-se no decorrer do caminho que levam seus nomes à universalidade literária. O fato é que tratar do *Quijote* quando tudo parece já ter sido escrito sobre ele torna-se uma atividade redundante (CANAL, 2018). Assim, aqui procuramos fazer apenas as considerações que melhor amparam nossa análise e contribuem para a contextualização do tema sobre o qual versamos neste trabalho: a relação entre comunicação, cognição e relevância.

A revisão da biografia de Cervantes apresentada anteriormente nos permite constatar que contraditoriamente àquilo que possamos imaginar, as condições sobre as quais o primeiro romance moderno da literatura universal fora construído não foram as mais propícias para afigurar todo o talento que dele emerge (BUSATTO, 2015). Em geral, o Século de Ouro foi um momento de grande expansão artística na cultura espanhola, contudo, também foi o momento em que o país atravessou um período crítico, pois deixava seu status de grande império para viver uma realidade de baixa produção, desemprego, fome e miséria (VIEIRA, 1998).

Aqueles que viam a glória de seu povo representada pelas façanhas dos heróis das novelas de cavalaria vivenciavam agora um momento de esfacelamento. A falta de alternativas para a crise social que se delineava se revelava como uma grande repressão (VALDEÓN, 2015). A criação artística e literária dividia-se entre aqueles que tentavam, por meio de suas obras, recuperar os ideais de uma Espanha

tradicional e aqueles que lhe lançavam um olhar oblíquo (VIEIRA, 1998), criticando a sua dura realidade, o que é o caso de Cervantes.

De acordo com Busatto (2015, p. 9), Cervantes se vale de inúmeros recursos literários para criticar ironicamente a sociedade da época, o governo e a igreja. Sua narrativa é acima de tudo crítica e não apenas cômica como foi identificada apressadamente por seus estudiosos: “Um de seus focos foi trabalhar questões de ordem ética” (ibidem, p. 9) e filosófica. Assim, distancia-se de uma visão romântica sobre seu país e reúne em sua obra descrições bastante realistas sobre seu contexto social, para contar “a história de um fidalgo que, embora fictício, atravessa a Espanha com características reais do século XVII, em busca de aventuras [...]” (ibidem, p. 26).

Busatto (2015) define como realista a modalidade de obras que se contrapõem à literatura fantástica e comenta que, no *Quijote*, apesar de termos uma história ficcional, ela é contada de forma verossímil. Por isso a obra deve ser caracterizada como realista, já que descreve verossimilmente comportamentos e hábitos de seus personagens, paisagens e costumes da Espanha. Mesmo sendo uma ficção, a narrativa provoca reflexões e constitui sentidos sobre assuntos político-sociais e, sobretudo, humanos (BUSATTO, 2015). Para Ortega y Gasset (1995, p. 24), o *Quijote* é um livro profundo: “Lleno de alusiones al sentido universal de la vida, um libro el cual se há realizado com máxima intensidad esse modo de ser humano [...]”⁹. Canal (2018) reitera a opinião de Ortega y Gasset (1995) ao afirmar que, no *Quijote*, Cervantes cria a ilusão de mover figuras humanas espontâneas e voluntariosas.

É o que fica evidente quando o autor constrói em seu romance um protagonista louco que sai pelos campos da Mancha reverberando seu descontentamento com a realidade em que vive. O fidalgo que perdeu o juízo devido às ávidas leituras das novelas de cavalaria busca reaver os ideais do mundo ficcional num país em plena decadência. Sua loucura está fundamentada em grandes valores humanitários como os princípios de justiça, verdade, fidelidade e solidariedade (VIEIRA, 2012). A patologia se fundamenta em valores que, a princípio são característicos de um ser humano racional, neste intento, é possível considerar a “loucura” de don Quijote como uma crítica social.

⁹ Cheio de alusões ao sentido universal da vida, um livro no qual fora narrado com máxima intensidade o modo de ser humano (ORTEGA y GASSET, 1995, p 24, tradução nossa).

Ao inserir um personagem louco em sua narrativa, Cervantes pode tecer críticas de ordem ética e moral sem sofrer represálias, uma vez que a loucura, em sua época, estava relacionada à comicidade:

Não reconhecer a loucura quixotesca, sem dúvida, significa distanciar-se do próprio conceito que, nos tempos de Cervantes, se atribuía à loucura. Ao longo do século XV e até meados do XVII, a loucura ainda estava integrada na vida social e, desde que não muita exagerada, ela continha boa dose de divertimento. A partir daí, no entanto, ela passa a ser excluída da sociedade, e os loucos, ao lado de outros indivíduos considerados diferentes são afastados, por meio do internamento, condenando a loucura ao silêncio (VIEIRA, 2012, p. 31).

A exclusão e o silenciamento do indivíduo julgado louco tiravam toda e qualquer legitimidade de seu discurso. Nesse contexto, as reclamações de don Quijote perdem valor diante do poder de polícia que pairava sobre os cidadãos espanhóis. Somente um leitor crítico poderia entender a loucura intencional do protagonista e seus devaneios como uma crítica social, o que nos impele a constatar que, ao construir sua narrativa, Cervantes também contava com a capacidade de seus possíveis leitores para reconhecer suas contestações, ainda que a loucura pudesse induzir ao riso (BUSATTO, 2015). A interpretação de suas reivindicações éticas e morais não era impossível naquela época, pois, de acordo com Foucault (1972), já no começo do século XVII a loucura ocupa um lugar intermediário entre o devaneio e a sanidade:

A loucura torna-se uma forma relativa à razão ou, melhor, loucura e razão entram numa relação eternamente reversível que faz com que toda loucura tenha sua razão que julga e controla, e toda a razão sua loucura na qual ela encontra sua verdade irrisória. Cada uma é a medida da outra, e nesse movimento de referência recíproca elas se recusam, mas uma fundamenta a outra (FOUCAULT, 1972, p. 30).

Neste sentido, a loucura estava, neste momento histórico, amparada pela razão, não era concebida como um estado mental irreversível e totalmente alienante, o que serve à estratégia literária de Cervantes para criticar o comportamento dos indivíduos que o cercavam. González (2005, p. 166) defende que:

Aunque ha sido frecuente tildar de loco a don Quijote, su locura quizás sea aparente. Si don Quijote hubiera sido un loco, tal vez ya habría sido olvidado [...] No hay dudas de que, a pesar de su aparente locura, don Quijote da

muestras de rasgos evidentes de que su patología trasciende los modelos de la psiquiatría y es fingida, intencional y no fundamentalmente médica.¹⁰

Na construção de seu personagem, Cervantes apenas flerta com a loucura. Dessa maneira, podemos afirmar que a patologia do fidalgo não se ancora na falta de juízo, mas no excesso de razão, somente um indivíduo plenamente consciente poderia se sensibilizar com os problemas sociais da época e, na impossibilidade de resolvê-los, optar por viver uma realidade paralela. Don Quijote volta-se para a ficção das novelas de cavalaria que lhe apresentavam um mundo alinhado aos ideais de justiça, fidelidade e humanidade na tentativa de desvencilhar-se do sentimento de culpa e impotência que sente diante dos fatos.

Por meio de um protagonista louco, Cervantes consegue expressar sua sensibilidade com as mais diversas formas de experiência humana, e aqui identificamos a relação entre seu conhecimento de mundo resultante de sua jornada errante pela Europa do Século de Ouro e principalmente de sua convivência com diferentes pessoas e culturas em condições, na maioria das vezes, adversas ou desumanas. Tais experiências lhe serviram como matéria prima para a criação literária, a descrição das paisagens espanholas, a construção de seus personagens e das histórias por eles contadas no decorrer do romance.

Conforme Hayakawa (1977, p. 145-146), a sensibilidade pode mover a criatividade, já que:

As incontáveis diferenças de sentimentos, face às experiências sofridas, são demasiado sutis para serem comunicadas: devem ser expressas [...] Os sentimentos a serem expressos são, a miúdo, tão sutis ou complexos que para exprimi-los não bastam algumas poucas linhas em prosa ou verso. Às vezes se torna necessário que os autores escrevam livros inteiros, conduzindo os leitores através de numerosas cenas, situações e aventuras, atraindo a simpatia ora numa direção, ora noutra; despertando, alternadamente, o espírito combativo, a ternura, o senso de tragédia, o riso, a superstição, a avareza, a sensualidade e a piedade. Há ocasiões em que é só através desses recursos que o leitor recria os reais sentimentos do autor. Este é, então, o motivo pelo qual existem romances, poemas, dramas, contos, alegorias e parábolas; para transmitir-nos asserções como 'Avida é trágica, ou 'Susana é linda', afirmações não meramente gratuitas, mas que nos levam a uma série de experiências, e nos fazem sentir a vida, ou a personagem 'Susana', como o autor as sugere. *A Literatura é a expressão mais exata dos sentimentos.*

¹⁰ Ainda que seja frequente chamar don Quijote de louco, sua loucura talvez seja aparente. Se don Quijote tivesse sido um louco, talvez já teria sido esquecido [...] Não há dúvidas de que, apesar de sua loucura aparente, don Quijote dá indícios de que sua patologia transcende os modelos psiquiátricos e é fingida, intencional e não fundamentalmente médica (GONZÁLEZ, 2005, p 166, tradução nossa).

A sensibilidade do autor para retratar os meneios sociais em sua obra e a escolha de um protagonista louco que se aventura pelos cenários espanhóis do Século de Ouro, com seu escudeiro, vulgar colocam em evidência um aspecto humano pouco tratado no âmbito literário: a mente humana e suas várias faces. Julgando a importância de melhor discorrer sobre como o tema pode nos possibilitar uma análise pragmática da interação que ocorre entre seus personagens, no capítulo que segue apresentamos uma discussão sobre os traços da narrativa cervantina que nos permitem estabelecer uma relação entre comunicação, cognição e relevância.

4 QUIJOTE E A MENTE HUMANA

Apesar da idade e das circunstâncias em que viveu, Cervantes foi inovador na escolha das temáticas que compõe seu romance e conseqüentemente precursor de muitas delas (BUSATTO, 2015). A escolha de um personagem que se vê louco devido à ávida leitura de obras de ficção coloca em evidência a relação, muitas vezes conflitante, entre a nossa mente e a realidade que nos cerca, e ainda põe em jogo a capacidade de autocrítica de seus leitores para reconhecer no comportamento dos personagens os meandros da mente humana.

Ao observar a manifestação da loucura de don Quijote desde um ponto de vista pragmático, é possível identificar na narrativa um sutil sarcasmo no que diz respeito à convicção humana sobre a veracidade das representações mentais que construímos a partir daquilo que ouvimos e experimentamos no mundo. À medida que nossa leitura segue, uma multiplicidade de narradores nos orienta a julgar o protagonista como louco e, por eles convencidos, deixamos de raciocinar sobre nosso próprio comportamento que recorrentemente se assemelha àquilo que, apreciado no texto cervantino, tomamos como patológico.

A falta de autocrítica diante da narrativa, decorre, de acordo com Hayakawa (1977, p. 37) porque:

Algumas loucuras em que incorremos, mercê dos falsos mapas mentais, são tão comuns que não mais nos chamam a atenção. Pessoas há que se protegem contra acidentes carregando no bolso uma pata de coelho. Outras se recusam a dormir no décimo terceiro andar nas capitais de cultura superior, omitem o treze, ao enumerar os andares. Algumas pessoas decidem viver à base de predições astrológicas. Outras, baseadas em livros explicativos dos sonhos, arriscam-se em jogadas absurdas. Outras, ainda, esperam tornar os dentes mais claros pelo fato de mudarem a marca do dentifrício que usam habitualmente (HAYAKAWA, 1977, p. 37).

Muitas das suposições que formamos, seja a partir de inferências indutivas, abduativas ou dedutivas, aproximam-se daquilo que convenciamos ser patológico e as representações mentais que construímos com base nessas suposições podem permanecer inalteradas durante toda nossa existência. Há casos em que tais suposições estão profundamente arraigadas culturalmente e são partilhadas por todos os membros de uma sociedade, como a crença religiosa e opiniões políticas que ignoram fundamentos científicos para se ampararem por projeções utópicas.

Dessa maneira, Hayakawa (1977) nos leva a concluir que, os pensamentos de don Quijote sobre inimigos imaginários, a sua tentativa de recuperar, na realidade, os princípios cavaleirescos que existem apenas na ficção, além do abandono de seus compromissos e responsabilidades em prol das aventuras de cavaleiro andante, possam ser aspectos intrínsecos à natureza humana e não uma patologia clínica, como julgamos precocemente. Caso contrário, estaríamos forçados a admitir que todos os indivíduos desfrutavam de uma mente patológica, ou para usar um adágio popular: “de louco todo mundo tem um pouco”.

À conclusão semelhante chega Leader (2013) em sua obra, “O que é a loucura? Delírio e sanidade na vida cotidiana”. Ao investigar os motivos que levaram diversos indivíduos a serem diagnosticados como loucos considera que:

Quanto mais exploramos cada caso individual, mais descobrimos que a pessoa aparentemente “saudável” pode ter crenças delirantes ou sintomas que não geram conflito em sua vida, e por isso não despertam atenção. Cada um de nós enfrenta problemas com os quais lida à sua maneira singular, e aquilo que é rotulado de doença mental, na realidade, como veremos, pode ser um esforço para reagir a essas dificuldades e elaborá-las (LEADER, 2013, p. 12).

Leader (2013) problematiza o conceito de loucura e, na esteira de Hayakawa (1977), convida-nos a questionar se aquilo que chamamos de loucura não poderia ser somente mais uma forma de contornar a nossa limitada capacidade racional e emocional de lidar com as dificuldades de maiores proporções.

A tese central de sua discussão está na hipótese de que todos nós temos pensamentos delirantes que fogem dos parâmetros de normalidade, mas que geralmente não afetam o convívio social, seja porque não interferem em nossas atividades diárias mais simples ou até mesmo porque são partilhados e aceitos como verdadeiros por outros indivíduos com os quais interagimos mais frequentemente. No entanto, quando esses pensamentos delirantes afetam nosso comportamento em relação ao meio em que vivemos, temos então um diagnóstico: uma mente patológica, e não há ressalvas ao nos chamarem de loucos.

Nesse sentido, Leader (2013, p. 16) argumenta que a estigmatização da loucura nos impediu de reconhecer: “Que as pessoas podem ser loucas sem ficarem loucas, e levarem vidas perfeitamente normais”, isto é, concentramos nossos julgamentos naqueles indivíduos que estão em surto psicótico, sem sequer considerar

que os casos mais graves de patologia mental não chegam à psicose. Ocorre que, segundo Leader (2013, p. 18):

É exatamente com essas formas de psicose que podemos aprender: estudando-as, podemos tentar compreender os mecanismos que permitiram à pessoa ser louca – em silêncio – sem ficar louca. Visto que, hoje em dia, é muito comum definir-se a saúde mental como a ausência de conflito com o mundo que nos cerca, esse tipo de psicose simplesmente sai do alcance do radar: desaparece. (LEADER, 2013, p. 18).

Dascal (2006) também argumenta que estados mentais patológicos evidentes costumam receber mais atenção porque permitem estabelecer parâmetros de normalidade para a avaliação do comportamento dos indivíduos, enquanto os comportamentos considerados normais apenas por não afetarem a rotina diária acabam passando despercebidos pelo crivo dos diagnósticos.

Nessa perspectiva, o sintoma determinante e mais recorrente para o diagnóstico de uma patologia mental seria o indício de conflito do indivíduo com o mundo, o que nos reporta mais uma vez à patologização da natureza humana, já que, de certo modo, todos nós experimentamos algum tipo de conflito com o mundo no decorrer de nossas vidas. Segundo Leader (2013), o único fator variante entre os indivíduos é o maior ou menor desenvolvimento de sua capacidade emocional e racional para administrar esses conflitos, o que explica a pluralidade de reações excêntricas ou trágicas que presenciamos ao observar o comportamento das pessoas em situações vexatórias ou que lhe imprimam sensação de impotência.

Uma alternativa à patologização dessas reações excêntricas, trágicas e por vezes ridículas seria considerar que todos os indivíduos vivem num mundo binário que nos permite construir significados inferidos por meio de dois amplos contextos: o mundo extensional e o mundo verbal (HAYAKAWA, 1977). Para Hayakawa, o mundo extensional está relacionado aos acontecimentos que presenciamos diretamente, é constituído por aquilo que podemos ver, ouvir e sentir, a existência de seus aspectos está relacionada às nossas experiências. Se, por exemplo, não conhecemos Dinamarca ou Afeganistão, serão apenas dois nomes, já que não tivemos experiências que nos permitissem construir representações conceituais mais acuradas sobre estes países, por isso o mundo extensional trata-se de um mundo absolutamente reduzido, limitado por aquilo que temos a oportunidade de experienciar.

Já o mundo verbal é formado por tudo aquilo que nos chega através das palavras e não pode ser experimentado. É o caso de eventos históricos que não presenciamos, mas dos quais tomamos consciência através de relatos, é um mundo construído por meio da linguagem. De acordo com Hayakawa (1977), boa parte de nosso conhecimento é originado no mundo verbal, ele pode, por vezes, assumir a função de mapa de uma experiência, mas nunca a substituir. Se lemos ou ouvimos algo sobre a Dinamarca, por exemplo, teremos um vago conceito sobre o país, mas não poderemos dizer que o conhecemos.

O autor compara mundo extensional e verbal a um território e seu mapa. Para ele o mundo verbal pode representar o mundo extensional, assim como um mapa representa seu território. No entanto, não é plausível que um venha a ser tomado como o outro em razão daquelas características que não permitem uma representação fiel. Deste modo, tomar o mundo dos relatos, das crenças, das expectativas que construímos por meio da linguagem como parte concreta do mundo extensional no qual agimos, pode incorrer em equívocos, já que “mapas” não podem ser “territórios”.

No que tange à experiência humana, a confusão entre mapas e territórios, mundo verbal, que media a relação entre aquilo que é interno a nossa mente e aquilo que está em seu exterior, no mundo extensional, pode resultar num desajuste psicológico e não propriamente numa patologia mental irreversível:

Sabemos muito bem, atualmente, que quando as emoções são continuamente vividas, e nos permitimos acumulá-las, podem levar-nos a desajustamentos psicológicos mais ou menos graves. O ajustamento, considerado pela moderna Psicologia, não é uma condição estática de beatitude irrefletida, proveniente do desconhecimento e da indiferença em relação ao que existe de errado no mundo. É um processo dinâmico, de dia-a-dia, momento-a-momento, e envolve não só mudanças do meio a serviço da personalidade, mas adaptação dos sentimentos às condições existentes. Quanto maiores os recursos para a obtenção do ajustamento, tanto melhor sucedido será o processo (HAYAKAWA, 1977, p. 164).

A dinâmica da sanidade mental comentada por Hayakawa (1977) é ilustrada pelo comportamento de don Quijote. Em determinados momentos o personagem parece agir equilibradamente e em algumas situações, não sabendo contornar suas emoções, toma o mundo verbal, no qual estão todas as representações de aventuras cavaleirescas, como o mundo extensional, onde age e convive com outros indivíduos. Don Quijote considera mundo verbal e mundo extensional como se fossem uma

mesma dimensão de sua existência, tendo o mundo verbal como diretriz para suas ações no mundo extensional.

O ajuste mental do personagem é finalmente concretizado ao final de sua vida, quando o mesmo passa a criticar as novelas de cavalaria, julgando-as amaldiçoadas por terem provocado o estado no qual esteve durante suas aventuras. Logo, é possível observar que a patologia mental de don Quijote não é um estado mental definitivo, sua loucura não é um problema irreversível. Don Quijote não fora um louco irracional, ainda que com uma boa dose de riso, o personagem é capaz de nos fazer revisar nosso conceito de loucura para enfim encontrá-lo lado a lado com a razão.

Não há uma única interpretação para a loucura do protagonista cervantino. Ao mesmo tempo em que Cervantes flerta com uma mente patológica ao construir seu mais conhecido personagem, também dá indícios, como afirma Bussatto (2015), de que estamos diante de uma crítica social que projeta no texto as mais sutis fraquezas humanas, forçando-nos inconscientemente a rir de nossa própria natureza.

Essas afirmações acerca do personagem e de sua patologia são feitas com um risco, já que partem de um ponto de vista pragmático que busca compreender o processamento da linguagem na mente humana e aqui mais precisamente numa mente patológica construída num texto literário, relação raramente estabelecida nos estudos pragmáticos, mas de extrema importância.

Há ainda, uma ressalva em relação à patologização do comportamento de don Quijote, já convencionada nos estudos que se dedicaram a uma análise mais acurada sobre o assunto. Aqui defendemos que o que se convencionou chamar de loucura nada mais é do que a natureza da mente humana em suas faces mais inacessíveis. Entendemos que a patologização é decorrente da visão limitada à qual precisamos recorrer para precisar diagnósticos clínicos, todavia, embora psicólogos e psiquiatras não admitam a existência de classes isoladas de indivíduos equilibrados e desequilibrados (HAYAKAWA, 1977):

A sanidade mental é uma questão de intensidade, e todas as pessoas “equilibradas” podem aprimorar-se ou desequilibrar-se, de acordo com as experiências que lhes advêm, e a força e flexibilidade do aparelho interno com que as enfrentam. (HAYAKAWA, 1977).

Frequentemente associamos essa força e flexibilidade do aparato mental ao nível de desenvolvimento da linguagem e à forma como ela permite organizar e

reorganizar as suposições que construímos sobre o estado de coisas do mundo. A associação revela que a linguagem não serve apenas ao uso comunicativo, direto e transparente, mas possui também uma função indireta e essencial na medida que se relaciona com aquilo que ela espelha na mente (DASCAL, 2011). Isto é, a linguagem é parte constitutiva do pensamento e: “se por um lado a comunicação depende da capacidade do pensamento, o pensamento é constantemente posto em escrutínio pela mente, dada a premência de nossa vida social” (BENFATTI; GODOI, 2013, p. 221).

Nessa perspectiva, a intensidade da sanidade mental (HAYAKAWA, 1977) estaria subordinada à capacidade de manipulação da linguagem com vistas a ajustes cognitivos que nos permitam uma melhor compreensão dos fatos e consequentemente um comportamento mais alinhado às expectativas sociais:

Quer dizer, por mais que a linguagem e a racionalidade nos permitam falar sobre as coisas do mundo e avaliar o conhecimento de mundo, a linguagem teria antes evoluído para argumentarmos do que para avaliarmos o mundo. [...] Afinal, as coisas que fazemos no mundo estão intimamente associadas às coisas que sabemos do mundo. Conviver com outros indivíduos biologicamente programados ao engajamento cultural resulta no enriquecimento de nossos próprios conhecimentos, e, consequentemente, na ampliação do leque de possibilidades comportamentais (BENFATTI; GODOI, 2013, p. 222).

Assim sendo, o uso da linguagem não está implicado somente na mediação entre a mente e o mundo, mas na relação entre os pensamentos que temos sobre o mundo, o que nos reporta à proposição de Hayakawa (1977) quando afirma que o agravamento de discórdias e conflitos é originado no emprego da linguagem, seja em nível sócio-psico-pragmático, seja em seu nível ontopragmático¹¹. Leader (2013) reitera essa posição ao atestar que o primeiro fator de influência no diagnóstico da loucura é a falta de ordenação na linguagem e a dificuldade para expressar raciocínios simples. Dascal (2011) também salienta que estados mentais especiais tendem a se refletir na linguagem, que apresenta notáveis diferenças, no entanto:

A língua é estruturalmente a mesma, embora as suas formas de uso sejam diferentes entre si. A diferença, portanto, recairia sobre o componente pragmático. De fato, se considerarmos os objetivos, bastante distintos, para

¹¹ Dascal (2011) divide a face pragmática da linguagem em três aspectos: a *sóciopragmática*, que trata de seu uso para fins comunicativos; a *psicopragmática*, que abarca o processamento da linguagem durante a comunicação; e a face *ontopragmática*, o uso indireto da linguagem para a reorganização de nossos pensamentos e ampliação da capacidade cognitiva.

os quais a linguagem é usada em estados patológicos e em outros usos incomuns, não surpreende que as manifestações do comportamento linguístico sejam tão diferentes [...] (DASCAL, 2011, p. 104-105).

No âmbito da pragmática cognitiva, entende-se que, mesmo num estado mental patológico, o processamento da linguagem segue os mesmos caminhos que em estados normais. A alteração não estaria na influência que a linguagem exerce sobre a cognição, mas em como a cognição afeta a linguagem, criando vieses interpretativos capazes de alterar o estado mental do indivíduo e reorientar seus focos de relevância, determinando de forma enérgica sobre quais pensamentos ele constrói a significação daquilo que ouve e vê.

Tanto Hayakawa (1977) quanto Leader (2013) e Dascal (2011) ratificam a asserção de Foucault (1972) de que a loucura é uma experiência vivida no e pelo discurso. No caso de don Quijote, ela não se caracteriza pela falta de ordenação da linguagem ou pela incapacidade de realizar raciocínios complexos, o que mais uma vez nos faz questionar o real estado mental do personagem. Avaliamos nos diálogos entre o fidalgo e os demais personagens, que não há mudança na forma como a linguagem é processada, todavia, é possível perceber que seu foco de relevância é orientado a viabilizar a significação com base nas suposições que ele formou na leitura das novelas de cavalaria.

As relações estabelecidas entre o *Quijote* e a mente humana neste capítulo possibilitam uma melhor compreensão da análise elaborada no capítulo a seguir. Passamos agora a analisar a caracterização psico-comunicativa de don Quijote, apresentada já no primeiro capítulo do romance e os diálogos que ocorrem nos capítulos I, IV, VIII, XVIII, XXI e XXII da primeira parte do romance cervantino.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Apresentamos neste capítulo a análise das situações comunicativas retiradas dos capítulos I, IV, VIII, XVIII, XXI e XXII da primeira parte do romance “El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha”, de Miguel de Cervantes. Os capítulos trazem os seguintes episódios:

I – Que trata de la condición y ejercicio del famoso y valiente Hidalgo don Quijote de la mancha;

IV – De lo que sucedió a nuestro caballero cuando salió de la venta;

VIII – Del buen suceso que el valeroso don Quijote tuvo en la espantable y jamás imaginada aventura de los molinos de viento, con otros sucesos dignos de felice recordación;

XVIII – Donde se cuentan las razones que pasó Sancho Panza con su señor don quijote, con otras aventuras dignas de serem contadas;

XXI – Que trata de la alta aventura y rica ganancia del yelmo de Mambrino, con otras cosas sucedidas a nuestro invencible caballero;

XXII – De la libertad que dio don Quijote a muchos desdichados que mal de su grado los llevaban don no quisieran ir.¹²

A análise tem como principal aporte teórico a TR, sobre a qual discorreremos no capítulo 5. Nessa perspectiva, a abordagem pragmática dos aspectos comunicativos da narrativa de cada capítulo parte de uma concepção inferencial da comunicação humana, que procura explorar os mecanismos mentais mobilizados pelos interlocutores para processar novas informações e construir o significado dos enunciados que lhes são dirigidos.

¹² I – Que trata da condição do famoso e valente fidalgo dom Quixote de la Mancha e de como a exercita;

IV - Do que aconteceu ao nosso cavaleiro quando saiu da estalagem;

VIII – Do grande êxito que o valente dom Quixote teve na espantosa e jamais imaginada aventura dos moinhos de vento;

XVIII – Onde se conta a conversa de Sancho Pança;

XXI – Que trata da grande aventura e preciosa conquista do elmo de mambrino, com outras coisas acontecidas ao nosso invencível cavaleiro;

XXII - Da liberdade que dom quixote deu a muitos desgraçados que eram levados contra a vontade aonde não queriam ir (CERVANTES, 2004, tradução de ERNANI SSÓ, 2013).

Analisar os processos inferenciais realizados por um ouvinte durante a comunicação pressupõe a exploração de seus conhecimentos prévios, representações conceituais acerca de determinados acontecimentos e objetos, dentre outras suposições que possam vir a ser mobilizadas por sua mente com o propósito de contextualizar as novas informações que estão sendo processadas e lhes atribuir um significado.

Contudo, de acordo com a TR, numa interação verbal real, é impossível ter acesso à mente dos interlocutores para se certificar de que os conhecimentos que estão sendo mobilizados em seu ambiente cognitivo são exatamente aqueles que os falantes presumem que seus ouvintes disponham para auxiliar a interpretação daquilo que está sendo enunciado. Diante dessa limitação interpretativa, a análise aqui desenvolvida parte de interações verbais representadas num texto literário que exhibe, como discutido nos capítulos anteriores, aspectos que nos permitem observar as atividades mentais atreladas à comunicação e à interpretação do significado de novas informações.

Direcionamos a análise ao comportamento comunicativo do protagonista devido a sua conduta patológica que evidencia com mais clareza as operações mentais realizadas para a interpretação de estímulos verbais e não verbais. Ainda que nosso estudo trate da comunicação verbal espontânea, os estímulos não verbais percebidos por don Quijote nos episódios analisados não serão de todo ignorados. Entendemos que os estímulos não verbais também contribuem com a construção dos contextos que servem como pano de fundo para a inferência dos enunciados que lhes são dirigidos, como descrito no próximo tópico deste capítulo, em que analisamos as suposições fatuais do fidalgo e a formação dos contextos aos quais ele recorre para interpretar o significado de novas informações.

Contemplar a caracterização psico-comunicativa do protagonista nos propicia inteirar-nos dos conhecimentos por ele mobilizados em suas inferências. Dessa maneira, começamos a análise das interações verbais encontradas no texto cervantino examinando a caracterização do fidalgo, apresentada no primeiro capítulo da obra juntamente à exposição das circunstâncias que provocaram a alteração de seu estado mental.

5.1 A CARACTERIZAÇÃO PSICO-COMUNICATIVA DE DON QUIJOTE DE LA MANCHA

Don Quijote nos é apresentado como um homem de aproximadamente cinquenta anos, vivia com uma jovem sobrinha, uma governanta e um empregado responsável por cuidar dos serviços braçais em suas propriedades. O ancião era membro da baixa nobreza, um fidalgo rural de poucas terras e uma vida sem extravagâncias, “gran madrugador y amigo de la caza”¹³ (CERVANTES, 2004, p. 28). Em seus dias de ócio dedicava-se à leitura de novelas de cavalaria:

Es pues de saber que este sobredicho hidalgo, los ratos que estaba ocioso (que eran los más del año) se daba a leer libros de caballerías con tanta afición y gusto, que olvidó casi de todo punto el ejercicio de la caza, y aun la administración de su hacienda; y llegó a tanto su curiosidad y desatino en esto, que vendió muchas hanegas de tierra de sembradura, para comprar libros de caballerías en que leer; y así llevó a su casa todos cuantos pudo haber dellos (CERVANTES, 2004, p. 28).¹⁴

Neste trecho, delineamos o início da mudança no comportamento de don Quijote, que amava a caça, mas agora dedica-se exclusivamente à leitura dos livros de cavalaria. Seu novo *hobby* torna-se uma obsessão e o faz vender parte de suas propriedades para poder comprar mais livros, até constituir-se um hábito nocivo:

En resolución, él se enfrascó tanto en su lectura, que se le pasaban las noches leyendo de claro en claro, y los días de turbio en turbio; y así del poco dormir y del mucho leer, se le seco el cerebro de manera que vino a perder el juicio. Llenósele la fantasía de todo aquello que leía en los libros, así de encantamientos, como de pendencias, batallas, desafíos, heridas, requiebros, amores, tormentas y disparates imposibles, y asentósele de tal modo en la imaginación que era verdad toda aquella máquina de aquellas soñadas invenciones que leía, que para él no había otra historia más cierta en el mundo (CERVANTES, 2004, p. 30-31).¹⁵

13 Grande madrugador e amigo da caça (CERVANTES, 2004, p. 28, tradução de ERNANI SSÓ, 2013).

14 Deve-se saber, então, que o aludido fidalgo, nos momentos em que estava ocioso — que constituíam a maior parte do ano —, deu para ler livros de cavalaria com tanta paixão e prazer que esqueceu quase por completo o exercício da caça, e até mesmo a administração de seus bens; e a tanto chegaram sua curiosidade e desatino que vendeu muitos pedaços de terra de plantio para comprar livros de cavalaria, levando assim para casa quantos havia deles (CERVANTES, 2004, p. 28, tradução de ERNANI SSÓ, 2013).

15 Enfim, ele se embrenhou tanto na leitura que passava as noites lendo até clarear e os dias até escurecer; e assim, por dormir pouco e ler muito, secou-lhe o cérebro de maneira que veio a perder o juízo. Sua imaginação se encheu de tudo aquilo que lia nos livros, tanto de encantamentos como de duelos, batalhas, desafios, feridas, galanteios, amores, tempestades e disparates impossíveis; e se assentou de tal modo em sua mente que todo aquele amontoado de invenções fantasiosas parecia verdadeiro: para ele não havia outra história mais certa no mundo (CERVANTES, 2004, p. 30-31, tradução de ERNANI SSÓ, 2013).

A contínua leitura das novelas de cavalaria faz com que don Quijote desenvolva uma patologia mental. Em seu desajuste psicológico, o fidalgo acredita que é possível e necessário restituir a cavalaria em seu tempo, como é praticada pelos personagens das novelas que leu. A alteração do estado mental do protagonista nos permite recobrar as asserções de Hayakawa (1977) sobre a realidade binária em que vivemos e a nossa recorrente dificuldade para respeitar seus limites. Don Quijote deixa de considerar as pessoas e os acontecimentos que o cercam no mundo extensional e, admitindo como verdade absoluta toda a ficção das narrativas cavaleirescas, passa a tomar o mundo verbal como diretriz de suas ações:

En efecto, rematado ya su juicio, vino a dar en el más extraño pensamiento que jamás dio loco en el mundo, y fue que le pareció conveniente y necesario, así para el aumento de su honra como para el servicio de su república, hacerse caballero andante e irse por todo el mundo con sus armas y caballo a buscar las aventuras y a ejercitarse en todo aquello que él había leído que los caballeros andantes se ejercitaban, deshaciendo todo género de agravio y poniéndose en ocasiones y peligros donde, acabándolos, cobrase eterno nombre y fama. Imaginábase el pobre ya coronado por el valor de su brazo [...] Y así con estos tan agradables pensamientos, llevado del extraño gusto que en ellos sentía, se dio prisa a poner en efecto lo que deseaba (CERVANTES, 2004, p. 31).¹⁶

Em seu estado mental patológico, don Quijote decide tornar-se cavaleiro andante. Todas as suas ações agora são orientadas pelos princípios apreendidos nas novelas de cavalaria, seu desejo de colocar em prática tudo aquilo que leu, as expectativas de viver perigosas aventuras, obtendo reconhecimento e fama de seus espectadores, são elementos que terão enorme influência no significado que ele infere ao processar novas informações durante suas interações com outros personagens.

As inferências que don Quijote realiza em suas leituras das novelas cavaleirescas mobilizam seu conhecimento, fazendo com que suas suposições acerca do estado de coisas do mundo sejam reavaliadas de acordo com os princípios da cavalaria. Conforme os pressupostos da TR, esse movimento reorganiza o ambiente cognitivo do protagonista. Após essa reorganização, as suposições fatuais que se

16 Enfim, acabado seu juízo, foi dar no mais estranho pensamento em que jamais caiu louco algum: pareceu-lhe conveniente e necessário, tanto para o engrandecimento de sua honra como para o proveito de sua pátria, se fazer cavaleiro andante e ir pelo mundo com suas armas e cavalo em busca de aventuras e para se exercitar em tudo aquilo que havia lido que os cavaleiros andantes se exercitavam, desfazendo todo tipo de afrontas e se pondo em situações e perigos pelos quais, superando-os, ganhasse nome eterno e fama. O pobre já se imaginava coroado pelo valor de seu braço com pelo menos o império de Trebizonda; e assim, com pensamentos tão agradáveis, levado pelo singular prazer que neles sentia, se apressou em realizar o que desejava (CERVANTES, 2004, p. 31, tradução de ERNANI SSÓ, 2013).

encontram mais salientes em sua mente e serão mobilizadas a cada processo inferencial são aquelas construídas em sua apreciação literária. Todos os estímulos verbais e não verbais por ele percebidos passarão pelo crivo de suas expectativas, desejos e representações conceituais formadas pela abstração da ficção das novelas de cavalaria.

Para o fidalgo louco, as informações relevantes são aquelas que se relacionam com os princípios apreendidos na ficção, pois são condizentes ao que ele acredita ser verdadeiro. A patologia mental de don Quijote acarreta um viés cognitivo que orienta seu foco de relevância às suposições fatuais formadas na admiração dos cavaleiros andantes. É o que fica evidente quando decide tornar-se cavaleiro e começa a caracterizar-se antes de sair pelos campos da Mancha em busca de aventuras:

Puesto nombre, y tan a su gusto, a su caballo, quiso ponerse a sí mismo, y en este pensamiento duró otros ocho días, y al cabo se vino a llamar <<don Quijote>>; de donde, como queda dicho, tomaron ocasión los autores de esta tan verdadera historia que sin duda se debía de llamar <<Quijada>>, y no <<Quesada>>, como otros quisieron decir. Pero recordándose que el valeroso Amadís no sólo se había contentado con llamarse <<Amadís>> a secas, sino que añadió al nombre de su reino y patria, por hacerla famosa, y se llamó <<Amadís de Gaula>>, así quiso, como buen caballero, añadir al suyo el nombre de la suya y llamarse <<don Quijote de la Mancha>>, con que a su parecer declaraba muy al vivo su linaje y patria, y la honraba con tomar el sobrenombre de ella (CERVANTES, 2004, p. 32).¹⁷

Para escolher o nome que adotaria na prática de cavaleiro andante e o nome do cavalo que levaria em suas aventuras, don Quijote recorre às representações conceituais que construiu sobre o personagem Amadís de Gaula. O fidalgo conclui que, se cavaleiros andantes complementam sua alcunha com o nome de seu lugar de origem para divulgá-lo, ele o deve fazer, para que a Mancha também seja reconhecida por todos, tal qual ele será reconhecido pelas suas grandes façanhas.

As elucubrações de don Quijote sobre sua caracterização como cavaleiro andante nos permitem averiguar que a linguagem que usamos em nossas interações verbais para informar e interpretar, também possibilita a reorganização de nossos

¹⁷ Batizado o cavalo com tanto acerto, quis dar um nome a si mesmo, e nesse pensamento gastou mais oito dias. No fim veio a se chamar “dom Quixote”, de onde, como foi dito, os autores desta história verídica puderam concluir que, sem dúvida, devia se chamar Queixada e não Queijada, como outros disseram. Mas, lembrando-se de que o corajoso Amadís não havia se contentado em se chamar apenas Amadís e acrescentara o nome de seu reino e pátria, para fazê-la famosa, chamando-se então Amadís de Gaula, quis assim, como bom cavaleiro, acrescentar ao seu o nome de sua pátria e se chamar “dom Quixote de la Mancha”, com o que, em sua opinião, declarava de forma viva sua linhagem e pátria, e a honrava ao tomar dela o sobrenome (CERVANTES, 2004, p. 32, tradução de ERNANI SSÓ, 2013).

pensamentos com entradas de dados provenientes de nossa memória conceitual, assim como defende Bordería (2004), ao afirmar que as suposições fatuais que construímos no decorrer de nossas vidas não se formam apenas nas inferências realizadas na comunicação, mas podem proceder de outros estímulos que não sejam trocas informativas.

Ao final do primeiro capítulo do romance, a mudança do estado mental de don Quijote já se encontra finalizada, e no início do capítulo II temos então sua primeira saída pelos campos da Mancha. Já caracterizado como o cavaleiro don Quijote de la Mancha, ainda sem escudeiro e encorajado pela ânsia de justiça, o fidalgo sai de casa sem ser percebido:

Hechas, pues, estas prevenciones, no quiso aguardar más tiempo a poner en efecto su pensamiento, apretándole a ello la falta que él pensaba que hacía en el mundo su tardanza, según eran los agravios que pensaba deshacer, tuertos que enderezar, sinrazones que enmendar y abusos que mejorar y deudas que satisfacer. Y así, sin dar parte a persona alguna de su intención y sin que nadie le viese, una mañana, antes del día, que era uno de los calurosos del mes de julio, se armó de todas sus armas, subió sobre Rocinante, puesta su mal compuesta celada, embrazó su adarga, tomó su lanza y por la puerta falsa de un corral salió al campo, con grandísimo contento y alborozo de ver con cuánta facilidad había dado principio a su buen deseo (CERVANTES, 2004, p. 34).¹⁸

Nesta citação, podemos constatar que as ações do mais novo cavaleiro andante do Século de Ouro são motivadas pelos desejos e expectativas de desfazer injustiças, o que demonstra conflito com a realidade que o cerca, e que ele acredita poder transformar com a prática da cavalaria. Com a sua saída, don Quijote dá início ao seu ofício de cavaleiro andante, percorrendo os campos da Mancha em busca de aventuras. A partir daí o protagonista estabelece várias interações verbais com diversos personagens, nessas inúmeras situações evidencia, por meio da linguagem, a alteração de seu estado mental.

É a partir do uso da linguagem em contextos de interação específicos que podemos identificar o comportamento patológico de don Quijote. Sua capacidade

¹⁸ Tomadas essas providências, não quis esperar mais tempo para pôr seus planos em prática, incitando-o a falta que pensava que fazia no mundo com sua demora, por causa das afrontas que queria reparar, erros que corrigir, injustiças que emendar, abusos que sanar e dívidas que cobrar. Assim, sem avisar pessoa alguma de sua intenção e sem que ninguém o visse, bem cedo, antes que nascesse um dos dias mais quentes do mês de julho, vestiu a armadura e montou em Rocinante; posto o mal composto elmo, enfiou o braço na adarga, empunhou a lança e saiu para o campo pela porta dos fundos do quintal, com enorme contentamento e alvoroço por ver com que facilidade havia começado seu bom desejo (CERVANTE, 2004, p. 34, tradução de ERNANI SSÓ, 2013).

inferencial é limitada ao conhecimento apreendido nas novelas de cavalaria e a interpretação dos enunciados que lhe dirigem revela-se enviesada, de modo que verificamos em sua conduta não apenas a função da linguagem nas atividades mentais envolvidas no processamento de uma informação, mas também como a cognição humana é capaz de influenciar a interpretação dos estímulos que percebemos diariamente.

A observação da caracterização psico-comunicativa de don Quijote possibilita entender como se dá a dinâmica da sanidade mental dos indivíduos. O protagonista que até então levava uma vida pacata, tendo a caça como principal *hobby*, se enclausura em suas leituras das novelas de cavalaria e, deixando de participar dos acontecimentos que o cercam, enlouquece e decide tornar-se cavaleiro andante.

A loucura não teve uma causa comum, frequentemente diagnosticada em outras mentes patológicas e é movida por ideais de justiça, igualdade e solidariedade (VIEIRA, 1998), o que implica dizer que a ausência desses ideais na humanidade é o que lhe incomoda. Na incapacidade de agir diretamente sobre essa ausência, don Quijote constrói uma realidade paralela a partir da ficção cavaleiresca e nela age de acordo com os princípios que o motivam, nela sente-se capaz de resolver os problemas que acredita encontrar em suas aventuras.

O desajuste psicológico do personagem ilustra as considerações de Hayakawa (1977) sobre o desequilíbrio mental que resulta do desrespeito dos limites entre mundo verbal e mundo extensional. No entanto, embora o narrador dos capítulos aqui analisados atribua a don Quijote o status de louco, é necessário salientar que comportamentos iguais ou semelhantes aos do personagem cervantino são muito comuns. Não é raro encontrarmos indivíduos que se apegam tão fortemente a preceitos religiosos ou políticos que acabam por ignorar completamente acontecimentos históricos ou teorias comprovadas cientificamente para viver numa realidade construída por crenças, desejos e expectativas que influenciam todas as suas ações e limitam suas inferências, fazendo com que todas as informações às quais têm acesso sejam processadas sob um viés cognitivo de reafirmação ou contradição de suas suposições fatuais.

Hodiernamente tais comportamentos não são considerados patológicos porque as suposições que os imprimem, em geral, são partilhadas por todo o grupo social no qual esses indivíduos se inserem (LEADER, 2013). No caso de don Quijote, seu comportamento é qualificado como patológico por seu grupo social não partilhar as

mesmas suposições fatuais sobre a cavalaria, ainda que muitos demonstrem admirá-la com afincos e recorram a ela na tentativa de contornar o desequilíbrio mental do fidalgo para livrá-lo de maiores perigos. Todavia, o não partilhamento dessas suposições não impede que os amigos e familiares consigam interagir com ele, ainda que suas inferências sejam enviesadas e ele não consiga reconhecer a intenção informativa de seus interlocutores, sua mente continua a processar novas informações, atribuindo-lhes significado.

O desconcerto mental de don Quijote afeta uma fase fundamental do processo inferencial: a mobilização do conhecimento de mundo para a seleção das suposições fatuais que formarão o contexto sob o qual uma nova informação é processada e seu significado construído. Segundo a TR, a escolha contextual num processo inferencial é orientada pelo Princípio de Relevância, e a relevância de uma nova informação é medida em termos de efeitos cognitivos: quanto mais efeitos cognitivos uma informação provocar, ampliando o conhecimento de mundo do indivíduo, mais relevante ela será.

Tendo em vista a importância desses mecanismos para o sucesso da comunicação, passamos agora a analisar como se dá a formação contextual sobre a qual don Quijote realiza suas inferências e como a TR possibilita explicar a influência dos vieses cognitivos do protagonista na interpretação dos enunciados que lhe dirigem.

5.2 AS SUPOSIÇÕES E A FORMAÇÃO DOS CONTEXTOS

Na concepção pragmática da comunicação, os indivíduos interagem graças à capacidade de evidenciar e reconhecer intenções comunicativas e informativas por meio de pistas fornecidas pelo contexto que envolve o intercâmbio conversacional (SANTOS, 2013). O contexto é um fator determinante do sucesso comunicativo e abarca aspectos idiossincráticos que se relacionam diretamente às suposições que os interlocutores constroem acerca do real estado das coisas do mundo. Assim, os significados que interpretamos diariamente são representativos da totalidade de nosso conhecimento.

As suposições fatuais que construímos no decorrer de nossas vidas não são apenas impressões resultantes de nossas experiências, pois também revelam a forma como correlacionamos nossa mente à linguagem e à realidade (HAYAKAWA, 1977).

É o que fica evidente quando examinamos os contextos que envolvem as interações estabelecidas por don Quijote nos episódios analisados.

Após sair da estalagem onde, numa encenação pitoresca, foi nomeado cavaleiro andante, a primeira aventura de don Quijote ocorre no capítulo IV, quando, ao se aproximar de um bosque, o fidalgo ouve vozes que pareciam queixar-se de algo:

-Gracias doy al cielo por la merced que me hace, pues tan presto me pone ocasiones delante donde yo pueda cumplir con lo que debo a mi profesión y donde yo pueda coger el fruto de mis buenos deseos. Estas voces, sin duda, son de algún menesteroso o menesterosa que ha menester mi favor y ayuda (CERVANTES, 2004, p. 48).¹⁹

Constatamos que os estímulos cognitivos causados pelas vozes ouvidas por don Quijote funcionam como *input* para um processo inferencial que mobiliza suas suposições formadas nas leituras das novelas de cavalaria. A partir dessas suposições, o fidalgo louco infere o significado das vozes como um pedido de ajuda. Suas expectativas e desejos originados dessas suposições influenciam diretamente a interpretação das informações processadas.

As suposições fatuais que integram o ambiente cognitivo de don Quijote e formam suas representações conceituais sobre os fatos e objetos que conhece são predominantes em seus processos inferenciais em relação ao contexto situacional. Essas observações nos permitem considerar que, assim como afirma a TR, o contexto ao qual recorreremos para realizar a interpretação dos enunciados que nos dirigem não é *a priori* construído pelo tempo e pelo espaço que circunda a interação, ele é constituído sobretudo por nossos desejos e expectativas, dentre outros aspectos idiossincráticos que não estão pré-determinados no início do intercâmbio conversacional (SANTOS, 2013).

As suposições que formam o contexto mental de don Quijote também são evidenciadas no capítulo VIII, quando ele insiste em lutar contra cerca de trinta moinhos de vento:

En esto, descubrieron treinta o cuarenta molinos de viento que hay en aquel campo, y así como don Quijote los vio, dijo a su escudero:

¹⁹ — Dou graças ao céu pela mercê que me concede, pois tão cedo me dá oportunidade para que eu possa cumprir com o que devo a minha profissão e possa colher o fruto de meus bons desejos. Esses gemidos, sem dúvida, são de algum desamparado ou desamparada que necessita de meu favor e ajuda (CERVANTES, 2004, p. 48, tradução de ERNANI SOO, 2013).

-La ventura va guiando nuestras cosas mejor de lo que acertáramos a desear; porque ves allí, amigo Sancho Panza, donde se descubren treinta o pocos desaforados gigantes, con quien pienso hacer batalla y quitarles a todos las vidas, con cuyos despojos comenzaremos a enriquecer, que ésta es buena guerra, y es gran servicio de Dios quitar tan mala simiente de sobre la faz de la tierra (CERVANTES, 2004, p. 75).²⁰

No capítulo quatro pudemos observar como os estímulos auditivos causados pelas vozes que saíam do bosque mobilizam as suposições que don Quijote formou nas leituras das novelas de cavalaria, o mesmo acontece no episódio de *Los molinos de Viento*. O estímulo visual dos trinta moinhos de vento espalhados pelo campo mobiliza essas mesmas suposições e os vieses cognitivos provenientes de sua obsessão pela cavalaria proporcionam-lhe uma visão distorcida. O comportamento de don Quijote, ao avistar os moinhos de vento, demonstra como os indivíduos incorrem a loucuras quando suas suposições estão em conflito com a realidade (HAYAKAWA, 1977). Para Haykawa (1977), há uma forte tendência entre sujeitos em estado patológico de ignorar a existência de fatos e objetos para poderem alinhar a realidade às suas expectativas ou vice-versa.

O protagonista segue nessa tentativa de alinhamento no decorrer de toda a narrativa:

En estos coloquios iban don Quijote y su escudero, cuando vio don Quijote que por el camino que iban venía hacia ellos una grande y espesa polvareda; y, en viéndola, se volvió a Sancho y le dijo:

-Éste es el día, ¡oh, Sancho!, en el cual se ha de ver el bien que me tiene guardado mi suerte; éste es el día, digo en que se ha de mostrar, tanto como en otro alguno, el valor de mi brazo, y en el que tengo de hacer obras que queden escritas en el libro de la fama por todos los venideros siglos. ¿Ves aquella polvareda que allí se levanta, Sancho? Pues toda es cuajada de un copiosísimo ejército que de diversas e innumerables gentes por allí viene marchando.

-A esa cuenta, dos deben de ser – dijo sancho –, porque de esta parte contraria se levanta otra semejante polvareda.

Volvió a mirarlo don Quijote y vio que así era la verdad y, alegrándose sobremanera, pensó sin duda alguna que eran dos ejércitos que venían a embestirse ya encontrarse en mitad de aquella espaciosa llanura. Porque tenía a todas horas y momentos llena la fantasía de aquellas batallas, encantamientos, sucesos, desatinos, amores, desafíos, que en los libros de caballerías se cuentan, y todo cuanto hablaba, pensaba o hacía era encaminado a cosas semejantes. Y la polvareda que había visto las

²⁰ Nisso, avistaram trinta ou quarenta moinhos de vento que há naquele campo. Mal dom Quixote os viu, disse a seu escudeiro:

— O acaso vai guiando nossas coisas melhor do que poderíamos desejar: olha lá, amigo Sancho Pança, onde estão uns trinta gigantes monstruosos, com quem penso travar batalha e a todos tirar as vidas. Com os despojos deles começaremos a enriquecer, que esta guerra é boa, e grande serviço presta a Deus quem varre da face da terra semente tão maligna (CERVANTES, 2004, p. 75, tradução de ERNANI SSO, 2013).

levantaban dos grandes manadas de ovejas y carneros que por aquel mismo camino de dos diferentes partes venían, las cuales, con el polvo, no se echaron de ver hasta que llegaron cerca. Y con tanto ahínco afirmaba don Quijote que eran ejércitos, que sancho lo vino a creer [...] (CERVANTES, 2004, p. 158-159).²¹

Vendo a nuvem de poeira que se formava na estrada que seguiam, don Quijote sugere a Sancho que ela é causada por um exército que marcha em sua direção, na impossibilidade de enxergar o que se aproxima, Sancho Panza acredita em seu amo e reitera que a quantidade de poeira indica que talvez possam ser dois exércitos. A informação do escudeiro foi altamente relevante para don Quijote e o narrador passa a comentar os pensamentos do fidalgo louco que novamente revelam a quais suposições fatuais sua mente recorre para formar o contexto utilizado em suas inferências.

Neste trecho do episódio do rebanho de ovelhas, narrado no capítulo XVIII, deparamo-nos com a afirmação de que a fantasia cavaleiresca encontra-se saliente na mente do cavaleiro. Por esse motivo, segundo o narrador, don Quijote é encaminhado a agir de forma semelhante aos cavaleiros andantes. Ao revelar os pensamentos de don Quijote, o narrador coloca em evidência que, para o protagonista interpretar os estímulos verbais e não verbais nos quais recaem a sua atenção, apenas parte de seu conhecimento de mundo é mobilizada e especificamente a parte do conhecimento formado nas leituras das novelas de cavalaria.

A limitação das atividades mentais de don Quijote na seleção do contexto subserviente à interpretação do significado de novas informações é condicionada pela relação “custo-benefício” sob a qual trabalha a mente humana. Na busca da

²¹ Nestes colóquios se estavam D. Quixote e o escudeiro, quando o fidalgo reparou que pelo caminho se adiantava para ali uma grande poeirada. Voltou-se então para Sancho, e disse-lhe: — É este o dia, Sancho, em que se há-de ver o bem que a minha sorte me tinha reservado; é o dia, repito, em que se há-de mostrar mais que nunca o valor do meu braço, e em que hei-de fazer obras que fiquem registradas no livro da fama por todos os vindouros séculos. Vês aquela poeirada que ali se ergue, Sancho? Pois é levantada por um copiosíssimo exército de diversos e inumeráveis povos que por ali vêm marchando.

— Por essas contas — disse Sancho — dois devem eles ser, porque desta parte contrária também sobe outra poeirada semelhante. Voltou-se para ali D. Quixote e viu que era verdade; e, alegrando-se sobremodo, assentou que eram, sem dúvida alguma, dois exércitos que vinham a travar-se e combater no meio daquela espaçosa planície, porque não se passava hora que não tivesse a fantasia cheia daquelas batalhas, encantamentos, sucessos, desatinos, amores e desafios, que nos livros de cavalaria se relatam. Quanto dizia, pensava, ou fazia, ia sempre bater em coisas dessas. A poeirada, que havia visto, levantavam-na dois grandes rebanhos de ovelhas e carneiros que por aquele mesmo caminho vinham de diferentes partes; os quais, em razão do pó, se não deixaram perceber enquanto se não avizinham. Com tamanho afínco afirmava D. Quixote que eram exércitos, que Sancho chegou a acreditar [...] (CERVANTES, 2004, p.158-159, tradução de ERNANI SSO, 2013).

maximização da eficiência cognitiva, a escolha do contexto mental no qual será integrada a nova informação é determinada pelo grau de acessibilidade das suposições fatuais que compõem o conhecimento de mundo. Quanto mais salientes estiverem as suposições na memória, maior será a probabilidade de participarem de uma inferência, já que o custo para a sua mobilização será baixo e o benefício maior, devido às informações serem congruentes aos seus desejos e expectativas de cavaleiro andante.

Quando a inferência do significado de uma nova informação atende a esta relação “custo-benefício” de informações e representa um aperfeiçoamento do conhecimento de mundo do indivíduo por meio de efeitos cognitivos positivos que fortalecem suas suposições fatuais, temos então uma informação relevante. Dessa maneira, os significados inferidos por don Quijote se alicerçam na ficção cavaleiresca porque seu estado mental atribui relevância somente às informações que a ela se vinculam, sua interpretação torna-se enviesada, posto que seu foco de relevância está orientado somente para a prática da cavalaria.

O enviesamento cognitivo do protagonista se estende com a experiência que adquire em suas aventuras. Depois das circunstâncias em que estiveram no episódio de *Los batanes*, don Quijote e Sancho Panza avistam na estrada um homem que seria mais uma vítima de suas trapalhadas:

De allí a poco, descubrió don Quijote un hombre a caballo que traía en la cabeza una cosa que relumbraba como si fuera de oro, y aun él apenas le hubo visto, cuando se volvió a Sancho y le dijo:

-Pareceme, Sancho, que no hay refrán que no sea verdadero, porque todos son sentencias sacadas de la misma experiencia, madre de las ciencias todas, especialmente aquel que dice: <<Donde una puerta se cierra otra se abre>>. Dígolo porque si anoche nos cerró la ventura la puerta de la que buscábamos, engañándonos con los batanes, ahora nos abre de par en par otra, para otra mejor y más cierta aventura, que si yo no acertare a entrar por ella, mía será la culpa, sin que la pueda dar a la poca noticia de batanes ni a la oscuridad de la noche. Digo esto, porque si no me engaño, hacia nosotros viene uno que trae en su cabeza puesto el yelmo de Mambrino, sobre que yo hice el juramento que sabes (CERVANTES, 2004, p. 187-188).²²

22 Dali a pouco descobriu D. Quixote um homem a cavalo, que trazia na cabeça coisa que relampagueava como se fora de ouro; apenas o viu, voltou-se para Sancho, e lhe disse: — Parece-me, Sancho, que não há ríflão que não seja verdadeiro, porque todos eles são sentenças tiradas da própria experiência, mãe das ciências todas, e especialmente aquele que diz: “uma porta se fecha, outra se abre”. Digo isto, porque, se a noite passada se nos fechou a porta da ventura que buscávamos, enganando-nos com os pisões, agora se nos abre outra de par em par para melhor e mais certa aventura. Se eu não acertar a entrar por ela, toda a culpa será minha, sem eu a poder atribuir, nem a pisões, nem ao escuro da noite. Isto digo, porque, se me não engano, aí vem caminhando para nós um homem que traz na cabeça o elmo de Mambrino, sobre o qual me ouviste o juramento que sabes (CERVANTES, 2004, p. 187-188, tradução de ERNANI SSO, 2013).

Conforme a TR, a cada nova informação relevante processada, temos uma reorganização de nosso ambiente cognitivo e a ampliação de nosso conhecimento de mundo. Dessa forma, durante uma interação verbal ou mesmo nas experiências que vivenciamos no decorrer de nossas vidas, as representações que construímos sobre aquilo que conhecemos vão sendo modificadas, de modo que o contexto mental utilizado para a interpretação de uma informação jamais será o mesmo contexto utilizado para interpretar as informações seguintes.

Essa dinâmica contextual pode ser identificada no enunciado de don Quijote, ao descobrir o homem que vinha com uma bacia na cabeça. O fidalgo traz à memória a representação conceitual que construiu sobre Elmo de Mambrino, um capacete fictício com o qual fora encenado o seu juramento de cavaleiro andante no terceiro capítulo da obra. Antes de seu juramento como cavaleiro andante, don Quijote ainda não possuía essa mesma representação, que foi construída durante a situação comunicativa estabelecida na experiência de sua nomeação, mas agora ela faz parte de seu conhecimento de mundo e, por estar intimamente relacionada à ficção cavaleiresca, é acessada com facilidade em seus processos inferenciais.

Os adágios populares também são recorrentes na linguagem de don Quijote. A crença na proposição de aforismos como, “Donde una puerta se cierra otra se abre”, parece denotar uma estreita relação com suas suposições sobre a prática da cavalaria, visto que sempre é rememorada quando ele celebra uma nova aventura. Os provérbios populares, próprios da oralidade de uma classe social menos favorecida, misturam-se com a grandiloquência do discurso cavaleiresco nos enunciados do protagonista, o que, segundo Villanueva (2004), manifesta a diversidade que constitui a subjetividade de don Quijote, mas que foi ofuscada com a mudança de seu estado mental, que agora atribui relevância apenas ao que pode ser relacionado à cavalaria.

No capítulo XXII, episódio de *Los galeotes*, antes que don Quijote se manifestasse sobre os homens acorrentados que vinham em sua direção, Sancho Panza anuncia que eram prisioneiros da corte:

[...] don Quijote alzó los ojos y vio, que por el camino que llevaba venían hasta doce hombres a pie, ensartados como cuentas en una gran cadena de hierro por los cuellos, y todos con esposas a las manos; venían asimismo con ellos dos hombres a caballo y dos de a pie: los de a caballo, con escopetas de

rueda, y los de a pie, con dardos y espadas; y así como Sancho panza los vido, dijo:

-Ésta es cadena de galeotes, gente forzada del rey, que va a las galeras.

-¿Cómo gente forzada? preguntó Don Quijote. ¿Es posible que el rey haga fuerza a ninguna gente?

-No digo eso, respondió Sancho, sino que es gente que por sus delitos va condenada a servir al rey en las galeras de por fuerza.

En resolución, replicó Don Quijote, como quiera que ello sea, esta gente, aunque los llevan, van de por fuerza y no de su voluntad. Así es, dijo Sancho.

Pues desa manera, dijo su amo, aquí encaja la ejecución de mi oficio, desfacer fuerzas y socorrer y acudir a los miserables. Advierta vuestra merced, dijo Sancho, que la justicia, que es el mesmo rey, no hace fuerza ni agravio a semejante gente, sino que los castiga en pena de sus delitos (CERVANTES, 2004, p. 199-200).²³

Na resposta dada a Sancho, don Quijote demonstra que de todas as informações anunciadas, para ele a mais relevante é o fato de os prisioneiros serem forçados pelo rei. Na sequência do diálogo, Sancho tenta explicar a seu amo que são delinquentes condenados a pagar por seus delitos e não inocentes. No entanto, a atenção de don Quijote não recai sobre a contestação do escudeiro e ele novamente é orientado por suas expectativas e desejos acerca da prática da cavalaria. O fidalgo ignora as interjeições de Sancho e julga a situação como mais uma aventura em que pode empreender seus ideais de justiça.

A existência de um rei que possa forçar os cidadãos a fazerem algo que não queiram parece ser uma informação menos relevante para don Quijote do que o fato de os prisioneiros serem “forçados”, embora suas respostas a Sancho evidenciem que ambas as informações foram processadas e significadas em sua mente. A atribuição de relevância às informações, nesta situação, é comparativa, assim, como asseguram Sperber e Wilson (2001), quando discorrem sobre o princípio qualitativo sob o qual o grau de relevância das informações pode ser mensurado.

Para a TR, a relevância de uma nova informação não pode ser medida quantitativamente, mas qualitativamente, não há como garantir que uma informação

²³ [...] Alçou D. Quixote os olhos, e viu que pelo seu caminho vinham uns doze homens a pé, engranzados como contas numa grande cadeia de ferro pelos pescoços, e todos algemados. Vinham igualmente com eles dois homens a cavalo, e outros dois a pé; os cavaleiros com escopeta de roda, e os peões com dardos e espadas. Assim que Sancho Pança, os viu, disse: — Esta é cadeia de galeotes, gente forçada da parte de El-Rei, para ir servir nas galés. — Como ‘gente forçada’? — perguntou D. Quixote — é possível que El-Rei force a nenhuma gente? — Não digo isso — respondeu Sancho — digo que é gente que, por delitos que fez, vai condenada a servir o Rei nas galés por força. — Em conclusão — replicou D. Quixote — como quer que seja, esta gente, ainda que os levam, vai à força, e não por sua vontade. — É verdade — disse Sancho. — Pois sendo assim — disse o amo — aqui está onde acerta à própria o cumprimento do meu ofício; desfazer violências, e dar socorro e auxílio a miseráveis. — Advirta Vossa Mercê — disse Sancho — que a justiça, que é El-Rei em pessoa, não faz violência nem agravio a gente semelhante, senão que os castiga dos seus delitos (CERVANTES, 2004, p. 199-200, tradução de ERNANI SSO, 2013).

foi sete vezes mais relevante que aquela ou que esta tenha sido apenas duas vezes mais relevante que a primeira. A relevância está submetida ao contexto, que é dinâmico e não estático, isto é, uma informação pode ser extremamente relevante em um contexto, no entanto pode ser irrelevante em outro. Se as vozes ouvidas por don Quijote no capítulo quatro do romance, por exemplo, fossem ouvidas após Sancho informá-lo sobre os prisioneiros estarem sendo forçados pelo rei, provavelmente não teriam sido percebidas pelo fidalgo como foram no momento em que ele passava pelo bosque e, portanto, irrelevantes se comparadas à informação sobre os prisioneiros.

Don Quijote não consegue reconhecer as intenções comunicativas de Sancho Panza e suas inferências o levam a construir um significado desalinhado ao do escudeiro. Nas interações entre os personagens, a discrepância de seus contextos mentais é bastante nítida e, por mais que Sancho Panza ostente suas intenções comunicativas com clareza, não é o contexto situacional que determina as inferências que seu amo realiza a cada troca informativa, mas seu contexto mental.

No âmbito dos estudos pragmáticos o desalinhamento entre o significado evidenciado por um falante e o significado inferido pelo ouvinte é explicado pela diferença dos contextos sobre os quais uma mesma informação é formulada e interpretada. Segundo Sperber e Wilson (2001), o contexto é um construto psicológico e altamente idiossincrático, e se dois ou mais contextos não podem ser iguais, obviamente o significado também não será o mesmo para diferentes indivíduos (PARRET, 1988), embora o contexto situacional no qual ocorre uma interação possa ser comum a todos os participantes. Dessa maneira, quanto tratamos da diferença entre contextos, não nos referimos apenas à situação comunicativa estabelecida e seu entorno social, mas ao ambiente cognitivo dos interlocutores.

Em consequência de nossa análise estar circunscrita a teorias pragmáticas de orientação cognitiva, exploramos com mais afinco o contexto mental de don Quijote. No entanto, cabe aqui algumas considerações sobre outros domínios contextuais que envolvem as interações entre os personagens cervantinos. Para Parret (1988), a comunicação pode estar envolvida por um contexto lógico ou existencial, um contexto sociológico ou situacional e o contexto psicológico ou mental, há uma explícita relação entre esses diferentes tipos de contexto que, conforme Hayakawa (1977), é mediada pela linguagem, cuja função é possibilitar ao indivíduo a formação de suas suposições sobre o mundo. É o equilíbrio dessa relação entre contexto externo e interno ao indivíduo que viabiliza interpretações plausíveis dos estímulos aos quais somos

expostos diariamente. Quando recorremos a apenas um dos extremos contextuais, nossa interpretação torna-se unilateral, resultando em comportamentos que fogem à normalidade, assim como ocorre com don Quijote.

Ao ignorar as intenções informativas de Sancho Panza, don Quijote acaba por incorrer em inúmeras trapalhadas que ele pensa serem aventuras. Suas confusões são de ordem pragmática, problema habitual quando, segundo Parret (1988) e Hayakawa (1977), ignoramos a totalidade dos contextos ao interpretar os enunciados que nos dirigem. Quando sua interpretação fica à mercê de seus vieses cognitivos, tendo o contexto mental como único provedor em suas inferências, sua conduta passa a um estágio patológico no qual o protagonista tenta alinhar a realidade aos seus desejos e expectativas.

Os estímulos verbais e não verbais sobre os quais recai a atenção de don Quijote, no início de cada episódio de suas aventuras, funcionam como *inputs* para um processo inferencial, no qual há a formação dos contextos que servirão como pano de fundo para a interpretação dos enunciados que ser-lhe-ão dirigidos nos diálogos que dão sequência à narrativa dos capítulos. Pudemos constatar que essa formação contextual se vale majoritariamente das suposições fatuais que o protagonista construiu em suas leituras da ficção cavaleiresca, e que essa seleção restrita de seu conhecimento de mundo ocorre devido a sua mente atribuir relevância somente àquilo que se relaciona à prática da cavalaria.

No entanto, analisamos neste tópico do trabalho a associação entre as suposições fatuais e a formação dos contextos na interpretação, sem nos prolongar em como o contexto vai sendo modificado a cada troca, a esse assunto nos dedicaremos mais adiante, ao tratar da relevância conversacional como produto dos efeitos contextuais gerados por uma nova informação. Preocupamo-nos em demonstrar como as suposições que constituem o conhecimento de mundo influem nos significados interpretados numa interação e como correlacionam nossa mente à realidade.

O estado mental de don Quijote não o impede de realizar inferências, sua mente continua a processar informações, conferindo-lhes significado e possibilitando a produção de novas suposições sobre o mundo. Todavia, sua capacidade de reconhecer as intenções informativas evidenciadas por seus interlocutores durante suas interações fica submetida à falha seleção dos contextos que servem como pano de fundo para a interpretação.

Assim sendo, diante do comportamento comunicativo de don Quijote, podemos observar que o sucesso da comunicação não depende unicamente de (de)codificação de mensagens, como prevê o modelo semiótico da comunicação. Neste sucesso, estão implicadas questões de ordem pragmática relacionadas à capacidade do ouvinte reconhecer, por meio do contexto comunicativo, as intenções do falante.

Quando essa capacidade de reconhecer intenções é afetada por disfunções cognitivas, patologias ou outras perturbações mentais, temos desentendimentos que, na narrativa de Cervantes (2004) são apresentados comicamente, mas na realidade podem acarretar problemas de maiores proporções, como observamos na sequência, ao analisar a concepção de comunicação ostensiva-inferencial, a partir dos diálogos que o protagonista cervantino estabelece com os demais personagens da obra.

5.3 A COMUNICAÇÃO OSTENSIVA-INFERENCIAL

O modelo ostensivo-inferencial da comunicação, proposto inicialmente por Grice (1975) e desenvolvido por Sperber e Wilson (2001) na TR, tem a evidência e o reconhecimento de intenções como atividades fundamentais. Para ambos os autores, o sucesso da interação verbal está submetido à capacidade do falante de ostentar suas intenções e à habilidade do ouvinte para reconhecê-las por meio do contexto. Nessa perspectiva, a comunicação só será bem-sucedida quando o ouvinte inferir um significado minimamente alinhado àquele designado pelo falante.

Ao analisar as suposições fatuais que formam o ambiente cognitivo de don Quijote, pudemos constatar que, após a alteração de seu estado mental, as representações conceituais que constrói sobre os fatos e objetos são limitadas à cavalaria e, em todas as suas inferências, os conhecimentos que servem como pano de fundo para o processamento de uma nova informação são aqueles abstraídos da ficção. Esse desajuste psicológico faz com que as interações que ele estabelece com os demais personagens incorram em confusões que a todo tempo são alertadas por seu escudeiro Sancho Panza que, por sua vez, vive sob investidas de ser educado de acordo com os princípios da cavalaria.

Enquanto don Quijote se dedica a fazer de Sancho um benemérito escudeiro, o camponês, lúcido e cômico da falta de juízo de seu amo, segue esforçando-se para dissuadi-lo de suas precipitações e livrá-lo do perigo. A partir da relação peculiar entre os protagonistas cervantinos é possível descrever a comunicação como uma mútua

tentativa dos interlocutores modificarem seus ambientes cognitivos, assim como sugere a TR. As trocas ostensivas que ocorrem não só entre don Quijote e Sancho Panza, mas entre eles e os demais personagens da narrativa consistem, como observaremos a seguir, em intenções de persuadi-los a aceitar uma ideia ou adotar determinada conduta, o que imprime ao uso da linguagem um caráter operante como previa Wittgenstein (1953), Austin (1990), Searle (1990) e tantos outros filósofos que deram início às discussões pragmáticas sobre as quais já versamos neste trabalho.

Tendo em vista a natureza operativa da linguagem e sua representação nos diálogos que don Quijote estabelece com Sancho Panza e outros personagens da narrativa, adiante analisamos como a ostensão das intenções comunicativas e informativas é ilustrada na obra e como don Quijote as processa e infere seu significado, mesmo não as reconhecendo na maioria das interações que estabelece.

5.3.1 A ostensão: ação por meio da linguagem

Os enunciados de don Quijote contrariam o critério de desordenamento da linguagem ao qual recorrem muitos psicólogos e psiquiatras para diagnosticar uma patologia mental (LEADER, 2013). Seu discurso é sempre retórico e influenciado pela grandiloquência da literatura cavaleiresca, sem, contudo, deixar de ser compreensível. Desse modo, o cavaleiro é bastante preciso ao ostentar suas intenções comunicativas e informativas, manifestando com clareza a resposta e a conduta que espera de seu ouvinte.

Podemos observar o ordenamento e a inteligibilidade de sua linguagem no episódio narrado no capítulo IV quando, depois de sair da venda onde fora nomeado cavaleiro andante, caminhando sem rumo em busca de aventuras, don Quijote ouve vozes que pareciam vir do bosque que estava à margem direita da estrada. Na análise das suposições fatuais e a formação dos contextos feita anteriormente, constatamos que o fidalgo louco interpreta os murmúrios como um pedido de ajuda de algum necessitado que o esperava para fazer-lhe justiça. Motivado por seu desejo de praticar a cavalaria e sua expectativa de viver grandes aventuras, ao adentrar no bosque e se deparar com um empregado de aproximadamente quinze anos sendo chicoteado por seu patrão, don Quijote dirige-se ao agressor da seguinte forma:

[...] Con voz airada dijo:²⁴

-Descortés caballero, mal parece tomaros con quien defender no se puede; subid sobre vuestro caballo y tomad vuestra lanza arrimada a la encina adonde estaba arrendada la yegua-, que yo os haré conocer ser de cobardes lo que estáis haciendo (CERVANTE, 2004, p. 49).²⁵

No enunciado que don Quijote dirige ao fazendeiro que agredia o empregado dentro do bosque, distinguimos dois tipos de intenções: a comunicativa e a informativa. Segundo a TR, a intenção comunicativa é entendida como a disposição para estabelecer uma interação e a intenção informativa é descrita como aquilo que o falante pretende comunicar a seus ouvintes.

No enunciado, o cavaleiro dirige-se ao fazendeiro, demonstrando-se disposto a interagir, além de evidenciar o seu descontentamento com a situação, julgando sua conduta como covarde. O fidalgo ainda reforça seu julgamento e deixa explícita sua intenção de travar uma batalha com o agressor, que a seu ver seria mais justa. Assustado com a aparência de don Quijote revestido por suas armaduras mal compostas e apontando a lança em direção ao seu rosto, o fazendeiro que, na sequência da interação é apresentado como “Juan Hadudo, el rico, el vecino del Quintanar” (CERVANTES, 2004, p. 50), responde sua provocação:

Señor caballero, este muchacho que estoy castigando es un mi criado, que me sirve de guardar una manada de ovejas que tengo en estos contornos, el cual es tan descuidado, que cada día me falta una; y porque castigo su descuido, o bellaquería, dice que lo hago de miserable, por no pagalle la soldada que le debo, y en dios y en mi ánima que miente (CERVANTES, 2004, p.49).²⁶

A resposta de Juan Hadudo demonstra o reconhecimento das intenções ostentadas por don Quijote no enunciado que lhe dirigiu. Identificando nas palavras do fidalgo a má impressão que ele havia construído sobre seu caráter, devido ao

²⁴ A prosódia de don Quijote exerce forte influência na forma como o seu ouvinte interpreta suas intenções, no entanto, nesta análise não nos ateremos aos aspectos prosódicos da fala de cada personagem, por acreditarmos que este é um tema complexo que merece um outro e mais amplo espaço de discussão.

²⁵ Vendo D. Quixote aquilo, exclamava furioso: — Descortês cavaleiro, mal parece haverdes-vos com quem vos não pode resistir; subi ao vosso cavalo, e tomai a vossa lança — (que arrumada à azinheira estava de feito uma); — eu vos farei conhecer que isso que estais praticando é de covarde (CERVANTES, 2004, p. 49, tradução de ERNANI SOO, 2013).

²⁶ — Senhor cavaleiro, este rapaz que estou castigando é meu criado; serve-me de guardar um bando de ovelhas, que trago por estes contornos; mas é tão descuidado, que de dia a dia me falta uma; e, por eu castigar o seu descuido ou velhacaria, diz que o faço por forreta, para lhe não pagar por inteiro a soldada; por Deus, e em minha consciência, que mente (CERVANTES, 2004, p. 49, tradução de ERNANI SSO, 2013).

tratamento violento que dava a seu empregado, o personagem justifica os ataques com o prejuízo que o menino lhe dá por perder uma ovelha de seu rebanho todos os dias, além de lhe exigir o pagamento pelo falho serviço prestado.

As intenções ostentadas por Hadudo são nítidas: agir sobre o contexto mental de don Quijote, acrescentando-lhe novas suposições sobre o ocorrido, a fim de modificar a representação mental que o protagonista construiu acerca de sua índole. No entanto, don Quijote reconhece as intenções ostentadas pelo fazendeiro e as justificativas dadas por ele não convencem o cavaleiro, que insiste em fazer justiça:

-¿<<Miente>>delante de mí, ruin villano? —dijo don Quijote-. Por el sol que nos alumbra, que estoy por pasaros de parte a parte con esta lanza. Pagadle luego sin más réplica; si no, por el Dios que nos rige, que os concluya y aniquile en este punto. Desatadlo luego.

El labrador bajó la cabeza y, sin responder palabra, desató a su criado, al cual preguntó don Quijote que cuánto le debía su amo. Él dijo que nueve meses, a siete reales cada mes. Hizo las cuentas don Quijote y halló que montaban setenta y tres reales, y díjole al labrador que al momento los desembolsase, si no quería morir por ello. Respondió el medroso villano que para el paso en que estaba y juramento que había hecho —y aún no había jurado nada-, que no eran tantos, porque se le habían de descontar y recibir en cuenta tres pares de zapatos que le había dado, y un real de dos sangrías que le habían hecho estando enfermo.

Bien está todo eso, replicó Don Quijote; pero quédense los zapatos y las sangrías por los azotes que sin culpa le habéis dado, que si él rompió el cuero de los zapatos que vos pagásteis, vos le habéis rotpido el de su cuerpo, y si le sacó el barbero sangre estando enfermo, vos en sanidad se la habéis sacado; así que por esta parte no os debe nada. El daño está, señor caballero, en que no tengo aquí dineros: véngase Andrés conmigo a mi casa, que yo se los pagaré un real sobre otro (CERVANTES, 2004, p. 49-50).²⁷

Don Quijote acusa Juan Hadudo de estar mentindo e deixa em evidência que a tentativa de modificar a infausta representação mental que construiu sobre sua índole, ao vê-lo agredir o empregado, foi inútil. Com isso, o fazendeiro desiste de

²⁷ — Mente na minha presença, vilão ruim?! — disse D. Quixote — Voto ao sol que nos alumia, que estou, vai não vai, para atravessar-vos com esta lança; pagai-lhe logo sem mais réplica; quando não, por Deus que nos governa, como neste próprio instante dou cabo de vós; desatai-o de repente. O lavrador abaixou a cabeça, e sem dizer mais palavra desatou o ovelheiro. Perguntou-lhe D. Quixote quanto seu amo lhe devia; respondeu ele que nove meses, à razão de sete reales cada mês. Fez D. Quixote a conta, e viu que somava sessenta e três reales, e disse ao lavrador que lhos contasse logo logo, se não queria pagar com a vida. Respondeu o camponês, aterrado em tão estreito lance, que já lhe havia jurado (e não tinha ainda jurado coisa alguma) que não eram tantos, porque havia para abater três pares de sapatos que lhe havia mercado, e mais um real de duas sangrias que lhe tinham dado estando enfermo. — Tudo isso está muito bem — respondeu D. Quixote; — mas os sapatos e as sangrias fiquem em desconto dos açoites que sem culpa lhe destes; porquanto, se ele rompeu o couro dos sapatos que vós pagastes, vós rompestes-lhe o do seu corpo; e se o barbeiro lhe tirou sangue, estando doente, também vós lho tirastes estando ele são; portanto nesse particular não há mais que ver, estamos com as contas justas. — Pior é, senhor cavaleiro, que não tenho aqui dinheiro comigo; acompanha-me tu a casa, André, que eu lá te pagarei de contado (CERVANTES, 2004, p. 49-50, tradução de ERNANI SSO, 2013).

desfazer a má impressão, enquanto don Quijote pergunta ao menino quanto dinheiro o seu patrão lhe deve. Tanto Juan Hadudo quanto Andrés, o empregado agredido, reconhecem que don Quijote tem a intenção de mediar o conflito, então começam a informar o fidalgo sobre o que ele deveria, a princípio, levar em consideração em seu julgamento, ao final da interação verbal estabelecida entre os personagens, a situação parece ter sido resolvida.

Embora saibamos que o desfecho do episódio narrado no capítulo IV não foi coerente com o que propôs don Quijote ao patrão e ao empregado na interação verbal com eles estabelecida, é possível identificar em seus enunciados as intenções que cada falante evidencia ao dirigir-se aos seus interlocutores. A interação entre don Quijote, Juan Hadudo e Andrés ilustra o modelo de comunicação ostensiva-inferencial defendido pela TR e, nela podemos observar que, a função primeira da linguagem é a de ação e não informação (ARMENGAUD, 2006). Os três interlocutores buscam agir sobre o ambiente cognitivo de seus ouvintes para acrescentar-lhes novas suposições que modifiquem suas representações mentais sobre os fatos e os objetos daquele contexto, isto é, a comunicação é uma tentativa de ação sobre contextos mentais.

No capítulo VIII, don Quijote já está em companhia de seu escudeiro Sancho Panza e, ao avistar os moinhos de vento revela-lhe que vê gigantes movendo seus grandes braços. Ainda não familiarizado com o comportamento patológico de seu amo, Sancho Panza tenta modificar a representação mental do fidalgo e dá sequência à interação com as seguintes afirmações:

- Mire vuestra merced, respondió Sancho, que aquellos que allí se parecen no son gigantes, sino molinos de viento, y lo que en ellos parecen brazos son las aspas, que volteadas del viento hacen andar la piedra del molino (CERVANTES, 2004, p. 75).²⁸

No comportamento ostensivo de Sancho Panza também é possível distinguir intenções comunicativas e informativas. No entanto, o que fica mais evidente em seu enunciado é a tentativa de fazer com que a atenção de don Quijote recaia sobre um conjunto de suposições fatuais sobre moinhos de vento, que ele procura tornar mutuamente manifesto. O falante chama a atenção de seu ouvinte, indicando que pretende modificar seu conhecimento de mundo por meio da exposição indireta de

²⁸ — Olhe bem Vossa Mercê — disse o escudeiro — que aquilo não são gigantes, são moinhos de vento; e os que parecem braços não são senão as velas, que tocadas do vento fazem trabalhar as mós (CERVANTES, 2004, p. 75, tradução de ERNANI SSO, 2013).

sua representação conceitual (SANTOS, 2009) sobre moinhos de vento, no intento de que seu amo reconheça a intenção de livrá-lo do perigo que as grandes aspas de um moinho em funcionamento poderiam lhe oferecer.

De acordo com os pressupostos da TR, a interação verbal entre Sancho Panza e don Quijote não foi bem-sucedida, pois ainda que a atenção do cavaleiro tenha se voltado para o estímulo verbal do camponês, não houve reconhecimento de suas intenções informativas, o que implica dizer que o ambiente cognitivo do fidalgo não foi alterado e seu conhecimento de mundo permaneceu incólume, como denota sua resposta ao escudeiro:

-Bien parece, respondió Don Quijote, que no estás cursado en esto de las aventuras; ellos son gigantes, y si tienes miedo quítate de ahí, y ponte en oración en el espacio que yo voy a entrar con ellos en fiera y desigual batalla. [...] Sin atender a las voces que su escudero Sancho le daba, advirtiéndole que sin duda alguna eran molinos de viento, y no gigantes aquellos que iba a acometer. Pero él iba tan puesto en que eran gigantes, que ni oía las voces de su escudero Sancho, ni echaba de ver, aunque estaba ya bien cerca, lo que eran; antes iba diciendo en voces altas:
-Non fuyades, cobardes y viles criaturas, que un solo caballero es el que os acomete (CERVANTES, 2004, p. 75).²⁹

Concluímos que, nesta situação comunicativa, as atividades de ostensão dos protagonistas foram ineficazes, já que suas informações não foram suficientemente relevantes para que valessem a pena ser processadas. Sancho Panza não atribui relevância às explicações de don Quijote porque não conhece a cavalaria e porque encontra-se lúcido, enquanto o estado mental patológico de don Quijote não o permite reconhecer as intenções ostentadas pelo escudeiro.

Não obstante, apesar das inferências realizadas por don Quijote e Sancho Panza os levarem a significados bastante desalinhados daqueles ostentados em suas interações verbais, os dois seguem comunicando-se. Mesmo não havendo reciprocidade no reconhecimento das intenções que evidenciam, no decorrer da narrativa identificamos no escudeiro o desenvolvimento de uma predisposição para aceitar as ostensões delirantes do fidalgo.

²⁹ — Bem se vê — respondeu D. Quixote — que não andas corrente nisto das aventuras; são gigantes, são; e, se tens medo, tira-te daí, e põe-te em oração enquanto eu vou entrar com eles em fera e desigual batalha.

[...] Sem atender aos gritos do escudeiro, que lhe repetia serem sem dúvida alguma moinhos de vento, e não gigantes, os que ia acometer. Mas tão cego ia ele em que eram gigantes, que nem ouvia as vozes de Sancho nem reconhecia, com o estar já muito perto, o que era; antes ia dizendo a brado: — Não fujais, covardes e vis criaturas; é um só cavaleiro o que vos investe (CERVANTES, 2004, p. 75, tradução de ERNANI SSO, 2013).

Já em acordo sobre a causa da grande nuvem de poeira que viam à frente, no episódio do rebanho de ovelhas, Sancho Panza pergunta a don Quijote sobre a atitude que deveriam tomar diante à situação, sua pergunta evidencia confiança no conhecimento dos princípios cavaleirescos que o fidalgo demonstra ter, e que poderiam ser úteis agora que estão na presença de dois grandes exércitos inimigos. Em sua resposta a Sancho, don Quijote indica que tem a intenção de lutar junto ao exército de Pentapolin:

-Señor, ¿pues qué hemos de hacer nosotros?
 -¿Qué? dijo Don Quijote. Favorecer y ayudar a los menesterosos y desvalidos;
 -Y has de saber, Sancho, que este que viene por nuestra frente lo conduce y guía el gran emperador Alifanfaron, señor de la grande isla Trapobana; este otro, que a mis espaldas marcha, es el de su enemigo el rey de los Garamantas, Pentapolin del arremangado brazo [...].
 -Pues ¿por qué se quieren tan mal estos dos señores? preguntó Sancho.
 -Quiérense mal, respondió Don Quijote, porque este Alifanfaron es un furibundo pagano, y está enamorado de la hija de Pentapolin, que es una muy hermosa y además agraciada señora, y es cristiana, y su padre no se la quiere entregar al rey pagano [...].
 -Para mis barbas, dijo Sancho, si no hace muy bien Pentapolin, y que le tengo de ayudar en cuanto pudiere (CERVANTES, 2004, p. 157).³⁰

Ainda sem poder distinguir o que estava por trás da poeira que se levantava na estrada, o escudeiro solicita a seu amo a razão da inimizade entre o imperador e o rei imaginários. A informação dada por don Quijote foi altamente relevante para Sancho, o comportamento ostensivo do cavaleiro modifica o ambiente cognitivo do escudeiro que se inteira da origem da disputa e ostenta sua intenção de também colaborar com Pentapolin.

Neste diálogo entre os protagonistas cervantinos constatamos o que Bordería (2004) denomina de interseção de ambientes cognitivos. Por meio da ostensão de suas intenções, os personagens em interação conseguem tornar um determinado número de suposições mutuamente conhecidas, construindo um ambiente cognitivo mútuo (SOUZA, 2005). É o que ocorre a cada troca informativa entre interlocutores e,

³⁰ — Pois senhor, que havemos então de fazer? — Que havemos de fazer! — disse D. Quixote — havemos de favorecer e ajudar aos necessitados e desvalidos. Hás-de saber, Sancho, que este, que vem pela nossa frente, o capitaneia o grande Imperador Alifanfarrão, senhor da grande Taprobana; e estoutro, que marcha por trás das minhas costas, é o do seu inimigo El-Rei dos garamantes Pentapolim de arremangado braço [...] — Querem-se mal — respondeu D. Quixote — porque este Alifanfarrão é um pagão furibundo, e está namorado da filha de Pentapolim, que é uma formosíssima, e ainda por cima muito engraçada senhora, e cristã. Seu pai não quer dá-la ao Rei pagão [...] — Voto por estas barbas — disse Sancho — que faz muito bem o Pentapolim, e hei-de ajudá-lo em quanto puder (CERVANTES, 2004, p. 157, tradução de ERNANI SSO, 2013).

na narrativa de Cervantes torna-se mais saliente devido à diferença entre o intelecto do fidalgo culto e o conhecimento de mundo rudimentar do camponês.

O convívio dos protagonistas nos permite averiguar que essa mutualidade de ambientes cognitivos pode não alterar as possibilidades de interpretação dos interlocutores imediatamente, mas possibilita que dois ou mais indivíduos possam partilhar um número X de suposições que lhes outorga um nível de conhecimento comum e altera sua capacidade de comunicação a longo prazo (DASCAL, 2006). Essa partilha tem grande importância na constituição de identidades e formação de grupos sociais, uma vez que propicia aos indivíduos expectativas, desejos e crenças coletivas.

Notando o consentimento de Sancho para viver a nova aventura que se desenhava, para que o escudeiro soubesse com quem lutaria, don Quijote dá sequência a uma caracterização minuciosa das tropas de Alifanfarón e Pentapolin. Num discurso retórico, o cavaleiro descreve com entusiasmo os soldados e as armas de cada exército, suas nacionalidades e províncias de origem, enquanto o escudeiro o ouve desatento, procurando em meio a nuvem de poeira, tudo aquilo que seu amo dizia estar vendo. Descontente com a incoerência entre os aspectos descritos pelo fidalgo e a imagem que se delineava diante de si, Sancho Panza interpela-o:

-Señor, encomiendo al diablo hombre, ni gigante, ni caballero de cuantos vuestra merced dice parece por todo esto, a lo menos yo no los veo; quizá todo esto debe ser encantamiento como las fantasmas de anoche.

-¿Cómo dices eso? respondió Don Quijote, ¿no oyes el relinchar de los caballos, el tocar de los clarines, el ruido de los atambores?

-No oigo otra cosa, respondió Sancho, sino balidos de ovejas y carneros [...]

-El miedo que tienes, dijo Don Quijote, te hace, Sancho, que ni veas ni oigas a derechas, porque uno de los efectos del miedo es turbar los sentidos, y hacer que las cosas no parezcan lo que son [...]

Y diciendo esto puso las espuelas a Rocinante, y puesta la lanza en el ristre bajó de la costezuela como un rayo. Diole voces Sancho, diciéndole: Vuélvase vuestra merced, señor Don Quijote, que voto a Dios que son carneros y ovejas las que va a embestir: vuélvase, desdichado del padre que me engendró: ¡qué locura es ésta! Mire que no hay gigante ni caballero alguno, ni gatos, ni armas, ni escudos partidos ni enteros, ni veros azules ni endiablados. ¿Qué es lo que hace? Pecador soy yo a Dios. Ni por esas volvió Don Quijote, antes en altas voces iba diciendo: Ea, caballeros, los que seguís y militáis debajo de las banderas del poderoso emperador Pentapolin del arremangado brazo, seguidme todos, vereis cuán fácilmente le doy venganza de su enemigo Alifanfaron de la Trapobana.

Esto diciendo, se entró por medio del escuadrón de las ovejas, y comenzó de alanceallas con tanto con coraje y denuedo, como si de veras alanceara a sus mortales enemigos (CERVANTES, 2004, p. 160-161).³¹

Ainda incerto das loucuras de don Quijote, em sua interpelação, Sancho até considera a possibilidade de os exércitos terem sido transformados em rebanhos por algum feitiço, como seu amo afirmava ter ocorrido no episódio de *Los batanes*. Essa incerteza demonstra como a convivência entre amo e escudeiro vai lhes permitindo a construção de um ambiente cognitivo comum, de modo que, em alguns momentos da narrativa, somos induzidos a cogitar que, aos poucos, Sancho Panza está sendo “contagiado” pela loucura de don Quijote.

Todavia, ao contrário de seu amo que tem as inferências limitadas ao contexto mental e suas suposições sobre a cavalaria, Sancho Panza continua lúcido, e interpreta a realidade a partir da totalidade dos contextos que regem a interação verbal. Quando don Quijote o questiona sobre o relinchar dos cavalos e o som dos clarins e tambores, o escudeiro contesta-o e afirma que ouve apenas balidos de ovelhas e, ainda que seja chamado de louco, insiste em alertar o fidalgo sobre o fato dos exércitos serem, na verdade, dois grandes rebanhos de ovelhas. A partir desse desentendimento sobre o que veem e ouvem, concluímos que a mutualidade cognitiva entre interlocutores é apenas parcial, os conhecimentos passíveis de serem partilhados atêm-se às informações contidas nas intenções ostentadas pelo falante, não sendo viável o partilhamento da totalidade de conhecimento da qual dispõe o indivíduo (SPERBER; WILSON, 2001).

³¹ — Senhor meu, leve o diabo tudo isso, que não vejo por todo este descampado homem, nem gigante, nem cavaleiro nenhum dos que menciona. Eu ao menos não percebo tal. Talvez seja tudo encantamento como os avejões desta noite. — Como! pois não ouves o rinchar dos cavalos? [...] — O que eu ouço — respondeu Sancho — são muitos balidos de carneiros e ovelhas; [...] — O medo que tens — disse D. Quixote — é que faz, Sancho, que nem vejas, nem ouças às direitas, porque um dos efeitos do medo é turvar os sentidos, e fazer que pareçam as coisas outras do que são [...] E, falando assim, cravou as esporas em Rocinante; e, posta a lança em riste, baixou da lombá como um raio. Dava-lhe vozes Sancho, dizendo: — Volte para trás, senhor D. Quixote, que voto a Deus que isso que vai investir são carneiros e ovelhas. Volte para trás. Mal haja o pai que me gerou. Forte loucura! Repare bem, que não há gigante, nem cavaleiro, nem gatos, nem escudos partidos nem inteiros, nem veiros azuis, nem endiabrados. Que faz? pecados meus! Nem com tudo aquilo se refreava D. Quixote, antes em altas vozes ia clamando: — Eia, cavaleiros, que seguis e militais debaixo das bandeiras do valoroso Imperador Pentapolim de arremangado braço, segui-me todos, vereis quão facilmente lhe dou vingança do seu inimigo Alifanfarrão de Taprobana. Com estas palavras se entranhou pelo tropel das ovelhas, e começou a alancear nelas, tão denodado como se desse em verdadeiros inimigos mortais (CERVANTES, 2004, p. 160-161, tradução de ERNANI SSO, 2013).

Nesse sentido, é necessário assinalar que essa interseção de ambientes cognitivos é o que imprime a sensação de Sancho Panza parecer, por vezes, contagiado pela loucura de don Quijote. Contudo, quando o cavaleiro deixa seu estado mental patológico mais evidente, é o escudeiro que, ostensivamente, tenta modificar seu ambiente cognitivo para que suas representações mentais se alinhem à realidade, impelindo-o a desistir de aventuras que geralmente colocam sua vida em risco, assim como acontece em sua investida contra os rebanhos de ovelha, na narrativa do capítulo XVIII, ou possam levá-lo a cometer delitos, como no episódio do Elmo de Mambrino, no capítulo XXI.

Quando avistam um homem carregando um artigo reluzente no caminho, don Quijote identifica o objeto como o Elmo de Mambrino sobre o qual fizera seu juramento, durante sua nomeação como cavaleiro andante. Sancho Panza o repreende para que ele não cometa mais uma vez confusões semelhantes às aquelas com *los batanes*, mas o fidalgo o redargui sem paciência:

-Mire vuestra merced bien lo que dice, y mejor lo que hace, dijo Sancho, que no querría que fuesen otros batanes que nos acabasen de batanar y aporrear el sentido.
 -Válate el diablo por hombre, replicó Don Quijote. ¿Qué va de yelmo a batanes?
 -No sé nada, respondió Sancho; mas a fe que si yo pudiera hablar tanto como solía, que quizá diera tales razones que vuestra merced viera que se engañaba en lo que dice.
 -¿Cómo me puedo engañar en lo que digo, traidor escrupuloso? dijo Don Quijote. Dime, ¿no ves aquel caballero que hacia nosotros viene sobre un caballo rucio rodado, que trae puesto en la cabeza un yelmo de oro?
 -Lo que veo y columbro, respondió Sancho, no es sino un hombre sobre un asno pardo como el mío, que trae sobre la cabeza una cosa que relumbra (CERVANTES, 2004, p. 188).³²

Na situação comunicativa ilustrada nesta citação, podemos destacar que os enunciados de Sancho Panza são carregados de intenções que recaem, sobretudo, na tentativa de modificar a representação mental de don Quijote sobre o homem que avistam na estrada. Enquanto o amo divaga sobre a possibilidade de estarem em uma

³² — Veja bem vossa mercê o que diz e mais ainda o que faz — disse Sancho —, pois eu não gostaria que fossem outros pisões que acabassem por nos socar e moer o bom senso. — Que o diabo te carregue, seu covarde! — replicou dom Quixote. — Que tem a ver elmo com pisões? — Não sei de nada — respondeu Sancho —, mas juro que, se pudesse falar tanto como antes, talvez eu alegasse tais razões que vossa mercê veria que se engana no que diz. — Como posso me enganar no que digo, traidor melindroso? — disse dom Quixote. — Diz-me: não vês aquele cavaleiro que vem ali, num cavalo tordilho, que traz na cabeça um elmo de ouro? — Pelo que posso ver — respondeu Sancho —, é apenas um homem montado num burro, ruço como o meu, que traz na cabeça uma coisa que reluz (CERVANTES, 2004, 188, tradução de ERNANI SSO, 2013).

grande aventura, confundindo o objeto reluzente que o suposto cavaleiro trazia sobre a cabeça com o Elmo de Mambrino, o escudeiro evidencia a sua representação mental sobre os fatos no intuito de acrescentar novas suposições à representação mental do fidalgo louco, para que ele desista de cometer mais um delito. Todavia, don Quijote interpreta os enunciados de Sancho Panza como um descrédito de suas afirmações e o insulta, acusando-o de traição, ignorando mais uma vez suas intenções.

O comportamento ostensivo de Sancho Panza nos remete ao conceito de intenção proposto por Santos (2009), uma vez que, sua tentativa de modificar a representação mental de don Quijote requer-lhe um conteúdo mentalmente representado, assim, enquanto falante, Sancho Panza necessita reorganizar seu ambiente cognitivo em pró da elaboração e evidência de suas intenções. Dessa maneira, a ostensão é uma tentativa de modificar o ambiente cognitivo dos ouvintes, ao mesmo tempo em que permite que o falante reorganize seu ambiente cognitivo, o que faz da comunicação uma oportunidade de mútuo alargamento do conhecimento de mundo dos interlocutores.

No capítulo XXII, episódio de *Los Galeotes*, o comportamento ostensivo de don Quijote diante dos guardas que acompanhavam os prisioneiros evidencia interesse em intervir na condição em que estavam aqueles indivíduos. Sua intenção é logo reconhecida pelo guarda que afirma não ser de sua alçada os motivos pelos quais eles seguem acorrentados, mas com a insistência do fidalgo, ele lhe dá licença para que interrogue cada um deles:

[...] Don Quijote con muy corteses razones pidió a los que iban en su guarda fuesen servidos de informalle y decille la causa o causas por qué llevaban aquella gente de aquella manera. Una de las guardas de a caballo respondió que eran galeotes, gente de su majestad, que iba a galeras, y que no había más que decir, ni él tenía más que saber.
-Con todo eso, replicó Don Quijote, querría saber de cada uno de ellos en particular la causa de su desgracia. Añadió a éstas otras tales y tan comedidas razones para moverlos a que le dijese lo que deseaba, que el otro de a caballo le dijo:
-Aunque llevamos aquí el registro y la fe de las sentencias de cada uno destos malaventurados no es tiempo este de detenerlos a sacarlas ni a leerlas. Vuestra merced llegue y se lo pregunte a ellos mismos, que ellos lo dirán si quisieren; que sí querrán, porque es gente que recibe gusto de hacer y decir bellaquerías (CERVANTES, 2004, p. 200).³³

³³ [...] Dom Quixote, com palavras muito corteses, pediu aos guardas que fizessem o obséquio de informá-lo e lhe dizer a causa ou causas por que levavam aquela gente daquela maneira. Um dos guardas que ia a cavalo respondeu que eram condenados, gente de Sua Majestade que ia para as galés, e que não havia mais o que dizer nem o fidalgo tinha mais o que saber. — Mesmo assim — replicou dom Quixote —, gostaria de saber de cada um deles em particular a causa de sua desgraça. A essas, acrescentou outras alegações tão razoáveis para movê-los a lhe dizer o que desejava que o

No diálogo entre o guarda e don Quijote, observamos que tanto a ostensão quanto a inferência ocorrem conforme o objetivo comunicativo dos interlocutores, em geral sua comunicação é bem-sucedida, pois nela há reconhecimento de intenções. Nessa perspectiva, é possível afirmar que o ambiente cognitivo dos interlocutores foi modificado e seu conhecimento de mundo ampliado, precipuamente no que se refere a don Quijote, que toma ciência de quem são os homens que seguem acorrentados.

A análise do comportamento ostensivo de don Quijote e dos demais personagens com quem ele interage possibilita apreciar a dimensão pragmática da linguagem. Verificamos nos diálogos do texto cervantino como os interlocutores recorrem a ostensão para tentar agir sobre o ambiente cognitivo de seus pares, com o objetivo de acrescentar-lhes novas suposições que modifiquem suas representações mentais, afim de dissuadi-los ou persuadi-los a uma conduta que atenda suas expectativas, que parecem não se restringir a interpretação de um significado alinhado a suas intenções.

Na impossibilidade de apresentar um pensamento diretamente ao seu ouvinte, os falantes se utilizam da linguagem verbal para informar que têm a pretensão de tornar um conjunto de suposições mutuamente manifestas e que essas suposições podem ser mais relevantes que aquelas expressas por outros estímulos. Esse recurso comunicativo, possibilitado pela complexidade da linguagem verbal (SPERBER; WILSON, 2001), faz-se notório principalmente nos enunciados que Sancho Panza dirige a don Quijote. Quando se deparam com algum fato ou objeto que o fidalgo interpreta como uma oportunidade para praticar a cavalaria, o camponês lhe dirige uma série de enunciados que ele presume serem-lhe mais relevantes, pois em geral alertam para situações perigosas.

Nesse sentido, a ostensão funciona como um estímulo por meio do qual um falante tenta fazer com que atenção de seu ouvinte se volte ao conjunto de suposições fatuais que ele quer informar. O comportamento ostensivo de Pancho Panza carrega, portanto, uma presunção de relevância, já que acredita que suas informações são mais relevantes a don Quijote do que os demais estímulos que o cercam.

outro guarda que ia a cavalo disse: — Temos aqui o registro e uma cópia das sentenças de cada um desses infelizes, mas não é hora de pararmos para ler; vossa mercê se aproxime e pergunte a eles mesmos, que falarão se quiserem, e vão querer sim, porque é gente que gosta de fazer e dizer velhacarias (CERVANTES, 2004, p. 200, tradução de ERNANI SSO, 2013).

Embora o amo não reconheça, na maioria das vezes, as intenções de seu escudeiro, é possível averiguar que Sancho Panza busca ostentá-las de forma clara, esperando que seu amo seja capaz de reconhecê-las por meio do contexto. No entanto, o estado mental patológico de don Quijote limita suas inferências, sua cognição afeta os processos de significação realizados por sua mente e ela passa a atribuir relevância somente ao que se refere à cavalaria, fazendo com que a ostensão de seus interlocutores seja em vão, já que não é capaz de inferir um significado alinhado às intenções que evidenciam.

As atividades de ostensão de don Quijote e dos demais personagens cervantinos são representativas das ações que podemos realizar por meio da linguagem e demonstram como a evidência de intenções comunicativas e informativas transcorrem num intercâmbio conversacional. Não obstante, a análise do comportamento ostensivo desses personagens não é suficiente para explanar o modelo de comunicação ostensiva-inferencial descrito pela TR, pois o estudo da interação verbal numa perspectiva relevantista requer, acima de tudo, a explicação das operações mentais realizadas pelos ouvintes para interpretar o significado de uma nova informação. Assim sendo, os próximos capítulos deste trabalho analisam os processos inferenciais de don Quijote, atentando-se a como a relevância conversacional pode ser uma propriedade determinante do sucesso comunicativo.

5.3.2 A Inferência

Em nossa fundamentação teórica versamos sobre o conceito de inferência e seus termos correlatos. No decorrer da discussão, pudemos concluir que, de acordo com a TR, a inferência é um processo mental no qual mobilizamos nosso conhecimento de mundo prévio (*background*) para contextualizar uma nova informação. O processamento de informações se constitui numa avaliação do desconhecido a partir do já conhecido (HAYAKAWA, 1977), um julgamento das intenções de nossos interlocutores com base em nossas representações conceituais.

Direcionamos a análise das atividades inferenciais de don Quijote aos diálogos do capítulo XXII, da primeira parte da obra cervantina, o episódio de *Los galeotes*. Observamos como o protagonista se utiliza de seu conhecimento de mundo para interpretar os enunciados que seus interlocutores lhe dirigem, considerando a notável diferença entre o estilo linguístico dos personagens.

A sequência de diálogos que dá base ao capítulo XXII é iniciada com Sancho Panza tornando manifesto a don Quijote a presença de prisioneiros acorrentados pelo caminho onde passavam:

-¿Cómo gente forzada? –preguntó don Quijote- ¿Es posible que el rey haga fuerza a ninguna gente?

-No digo eso –respondió Sancho-, sino que es gente que por sus delitos va condenada a servir al rey en las galeras de por fuerza.

-En resolución –replicó don Quijote-, como quiera que ello sea, esta gente, aunque los llevan, van de por fuerza, y no de su voluntad (CERVANTES, 2004, p. 199).³⁴

O diálogo continua com o escudeiro tentando convencer seu amo de que os homens acorrentados eram prisioneiros condenados a pagar por seus delitos. Entretanto, o fidalgo segue incomodado com o fato de os prisioneiros estarem sendo forçados a fazer algo, mesmo após Sancho insistir em explicar-lhe o porquê de tal circunstância. Verificamos na interação entre os protagonistas, a dificuldade de don Quijote em entender que naquele contexto era natural e esperado que o rei punisse os responsáveis por atos de delinquência.

Das informações expressas por Sancho, verifica-se que, para o fidalgo, a mais relevante é o fato de os prisioneiros serem forçados a fazerem algo. Ainda que don Quijote e Sancho Panza partilhem um certo número de suposições que lhes outorguem um conhecimento comum sobre o que é um rei e sua função, sobre os motivos que levam um rei a forçar a prisão de um indivíduo, e o amo interprete o significado literal do enunciado do escudeiro, ambos constroem representações muito distintas sobre o que veem.

Na troca informativa entre amo e escudeiro constatamos que, apesar de existir um conhecimento comum entre os interlocutores, que torna possível um nível de interpretação mais elementar, o significado inferido pelos indivíduos é absolutamente idiossincrático. Sancho Panza vê detentos sendo punidos e faz apenas uma constatação sobre quem são as pessoas que avistam no caminho, abstendo-se de julgamentos. No entanto, don Quijote não vê a situação com a mesma naturalidade, e

³⁴ — Como gente forçada? — perguntou dom Quixote. — É possível que o rei force alguém? — Não disse isso — respondeu Sancho. — É gente que por causa de seus delitos foi condenada a servir ao rei nas galés, em trabalhos forçados. — Em suma — replicou dom Quixote —, seja como for, essa gente vai levada pela força, não pela própria vontade (CERVANTES, 2004, p. 199, tradução de ERNANI SSO, 2013).

atribui relevância ao fato de os prisioneiros serem forçados a pagar por seus delitos, o que lhe parece uma injustiça.

A partilha de conhecimento entre interlocutores e as informações fornecidas pelo contexto físico dão-lhes a possibilidade de entender-se em suas interações. Contudo, seu conhecimento de mundo é determinante na formação das suposições que constituem suas representações conceituais acerca dos fatos e objetos (SPERBER; WILSON, 2001). Conforme a TR, essa idiosincrasia faz com que vários indivíduos que presenciem um mesmo acontecimento possam construir representações absolutamente distintas sobre ele, isso justifica a disparidade entre o posicionamento de don Quijote e Sancho Panza diante da situação dos prisioneiros acorrentados.

O contexto físico e o conhecimento partilhado permitem que os protagonistas consigam interagir. No entanto, apuramos que o fator espaço-tempo não é o que mais influencia os significados que ambos inferem. Enquanto o camponês vê com naturalidade a condição dos prisioneiros, o fidalgo, obcecado pela cavalaria, afirma que, naquela ocasião, faz-se necessária a execução de seu ofício de cavaleiro andante:

– Pues de esa manera – dijo don Quijote – aquí se encaja la ejecución de mi oficio: desfacer fuerzas y socorrer y acudir a los miserables.

-Advierta vuestra merced, -dijo Sancho- que la justicia, que es el mismo rey, no hace fuerza, ni agravio a semejante gente, sino que los castiga en pena de sus delitos (CERVANTES, 2004, p. 201).³⁵

A constatação do escudeiro é ignorada, e supondo que se vê em mais uma oportunidade de praticar a cavalaria, o amo decide interpelar os prisioneiros para saber o motivo que os leva à prisão. O posicionamento que don Quijote ostenta em seu enunciado revela a generalização do conhecimento adquirido em experiências anteriores e sua aplicação na situação que vivencia. Hardy-Valée (2013) caracteriza tal atividade mental como uma inferência indutiva, que é demonstrada na contribuição informativa do fidalgo quando ele traz à memória os preceitos de seu ofício de cavaleiro andante e neles contextualiza a condição dos prisioneiros.

³⁵ — Pois então — disse seu amo —, aqui se enquadra o exercício de minha profissão: desfazer opressões e socorrer os miseráveis. — Veja vossa mercê — disse Sancho — que a justiça, que é o próprio rei, não oprime nem ofende semelhante gente, apenas a castiga por causa de seus crimes (CERVANTES, 2004, p. 201, tradução de ERNANI SSO, 2013).

A entrada de dados (*input*) provocada pelo estímulo verbal do enunciado de Sancho Panza é processada pela mente de don Quijote num raciocínio indutivo que tem como resultado (*output*) um significado que não está alinhado à ostensão do escudeiro, mas encontra-se de acordo com as representações conceituais que ele formou na leitura das novelas de cavalaria.

Ao perguntar ao primeiro prisioneiro a causa de sua retenção, esse lhe contesta de forma rebuscada:

[...] Se llegó a la cadena, y al primero le preguntó que por qué pecados iba de tan mala guisa. El respondió que por enamorado iba de aquella manera. -¿Por eso no más? replicó Don Quijote. Pues si por enamorados echan a galeras, días ha que yo pudiera estar bogando en ellas. -No son los amores como vuestra merced piensa, dijo el galeote, que los míos fueron que quise tanto a una canasta de collar atestada de ropa blanca, que la abracé conmigo tan fuertemente, que a no quitármela la justicia por fuerza, aún hasta ahora no la hubiera dejado de mi voluntad. Fue en fragante, no hubo lugar de tormento, concluyóse la causa, acomodáronme las espaldas con ciento, y por añadidura tres años de gurapas, y acabóse la obra. (CERVANTES, 2004, p. 232).³⁶

Novamente don Quijote não consegue reconhecer a intenção informativa que lhe é dirigida e acaba por inferir um significado desalinhado das intenções evidenciadas pelo prisioneiro. O fidalgo interpreta o significado semântico do que lhe é comunicado e não procura enriquecer o enunciado do detento por meio do contexto situacional, restringindo sua inferência ao contexto mental, sua reação é de surpresa, uma vez que estar apaixonado, conforme seu conhecimento, não seria um crime.

Nessa interação, don Quijote se vale de regras indutivas para inferir o significado do enunciado que lhe dirigem, podemos identificar em sua resposta o uso da regra inferencial *se P → Q e X → Q, então X → P*, apresentada por Hardy-Valée (2013):

Se (P) é (Q): se podem prendê-lo por estar apaixonado;

(X) é (Q): e eu estou apaixonado;

Logo (X) é (P): eu também posso ser preso.

³⁶ [...] Aproximou-se dos galeotes e perguntou ao primeiro por que pecados ia daquele péssimo jeito. Ele respondeu que por ter se apaixonado. — Só por isso? — replicou dom Quixote. — Se por apaixonado se levam às galés, há tempos eu poderia estar remando nelas. — Não são desses amores que vossa mercê pensa — disse o galeote. — Os meus foram por uma tina atopehada de roupa-branca: amei-a tanto que me abracei nela tão fortemente que não a teria deixado até agora, se a justiça não a tirasse à força de mim. Fui pego em flagrante, não foi preciso tortura para confissão; concluiu-se o julgamento, ajeitaram-me as costas com cem açoites e, de quebra, me deram três anos redondos de embarcação, e acabou-se a história (CERVANTES, 2004, p. 232, tradução de ERNANI SSO, 2013).

O conjunto de suposições que ele utiliza para interpretar o enunciado do prisioneiro não está precisamente expresso em suas afirmações, no entanto é plausível que sua inferência esteja ancorada nas suposições referentes ao seu amor por Dulcinea del Toboso, que o fazem cogitar sobre a possibilidade de também ir para a prisão. O prisioneiro constata a falha comunicativa, reformula sua resposta e suas intenções de forma mais clara, para que don Quijote as infira e tome ciência de qual foi o delito por ele cometido. Quando o prisioneiro reformula sua resposta, identificamos em sua atitude a tentativa de cancelamento da inferência realizada pelo fidalgo anteriormente, para que ele retome o processo interpretativo e construa um significado mais alinhado às suas intenções.

Ao tentar comunicar-se com o segundo prisioneiro, don Quijote não obtém sucesso, já que ele não responde a sua tentativa de comunicação:

- Este, señor, va por canario, digo que por músico y cantor.
 -¿Pues cómo? repitió Don Quijote. ¿Por músicos y cantores van también a galeras?
 -Sí, señor, respondió el galeote, que no hay peor cosa que cantar en el ansia.
 -Antes he oído decir, dijo Don Quijote, que quien canta sus males espanta.
 -Acá es al revés, dijo el galeote, que quien canta una vez, llora toda la vida.
 -No lo entiendo, dijo Don Quijote.
 Mas una de las guardas, le dijo:
 -Señor caballero, cantar en el ansia, se dice entre esta gente non sancta confesar en el tormento. A este pecador le dieron tormento y confesó su delito [...] (CERVANTES, 2004, p. 201).³⁷

O fidalgo não nota o sentido figurado do enunciado do prisioneiro e infere o significado do que lhe foi dito a partir do significado semântico dos termos “canário, músico y cantor” e “el ansia”. Notando o mal-entendido de don Quijote ao inferir o enunciado que lhe foi dirigido, um dos guardas que acompanhavam os prisioneiros lhe esclarece: “-Señor, cantar en el ansia se dice, entre esta gente non santa, confesar en el tormento” (CERVANTES, 2004, p. 233).

³⁷ — Este, senhor, vai porque é canário, quer dizer, porque é músico e cantor. — Mas como?! — admirou-se dom Quixote. — Músicos e cantores também vão para as galés? — Sim, senhor — respondeu o condenado —, pois não há coisa pior que cantar na agonia. — Sempre ouvi dizer — disse dom Quixote — que quem canta seus males espanta. — Aqui é o contrário — disse o condenado —, quem canta uma vez chora a vida toda. — Não compreendo — disse dom Quixote. Mas um dos guardas lhe disse: — Senhor cavaleiro, cantar na agonia, entre essa gente non santa, é confessar sob tortura. Este pecador foi torturado e confessou seu delito (CERVANTES, 2004, p. 201, tradução de ERNANI, 2013).

Don Quijote é orientado a acreditar que a prisão tem um motivo banal, e então inicia sua inferência por meio de um raciocínio indutivo que se utiliza das suposições expressas por um ditado popular para interpretar o significado do enunciado que lhe fora dirigido. A metáfora do prisioneiro dificulta o entendimento do cavaleiro que não reconhece as intenções por ele ostentadas, a excessiva diferença entre o estilo linguístico do sujeito acorrentado e a grandiloquência do fidalgo influencia a escolha dos contextos nos quais este processa a nova informação recebida. O guarda que ouve a conversa esclarece as intenções informativas do prisioneiro, adaptando a metáfora a um estilo linguístico formal, mais próximo ao de don Quijote, de modo a enriquecer o significado por ele inferido.

O diálogo de don Quijote com terceiro prisioneiro também é marcado por desentendimentos:

[...] pasando al tercero, preguntó lo que a los otros; el cual de pretesto y con mucho desenfado, respondió y dijo:

-Yo voy por cinco años a las señoras gurapas, por faltarme diez ducados.

-Yo daré veinte de muy buena gana, dijo Don Quijote, por libraros de esa pesadumbre.

-Eso me parece respondió el galeote, como quien tiene dineros en mitad del golfo, y se está muriendo de hambre sin tener adonde comprar lo que ha menester. Dígolo, porque si a su tiempo tuviera yo esos veinte ducados que vuestra merced ahora me ofrece, hubiera untado con ellos la péndola del escribano, y avivado el ingenio del procurador a manera que hoy me viera en mitad de la plaza de Zocodover en Toledo, y no en este camino atraillado como galgo; pero Dios es grande, paciencia, y basta (CERVANTES, 2004, p. 202).³⁸

Don Quijote considera a “falta de dez ducados” um motivo injusto e afirma que dará ao prisioneiro “vinte ducados” para que ele seja livre. Essa afirmação feita pelo protagonista nos permite observar que ele não reconhece a intenção informativa de seu interlocutor. As suposições mais evidentes no contexto mental do personagem louco possibilitam processos inferenciais restritos às representações criadas por ele a partir das novelas de cavalaria, o que lhe faz entender que ir preso pela falta de

³⁸ [...] Passando ao terceiro, perguntou a mesma coisa que aos outros; ele, com presteza e grande desenvoltura, respondeu: — Eu vou para as senhoras galés por cinco anos por me faltarem dez ducados. — Eu darei vinte de boa vontade — disse dom Quixote — para vos libertar desse suplício. — Isso se assemelha — respondeu o condenado — com alguém cheio de dinheiro em alto-mar, morrendo de fome por não ter onde comprar o que precisa. Digo isso porque, se no devido tempo eu tivesse esses vinte ducados que vossa mercê me oferece agora, teria untado com eles a pena do escrivão e avivado a inventiva do procurador, de modo que hoje me veria no meio da praça de Zocodover, de Toledo, e não nesta estrada, acorrentado como um cachorro. Mas Deus é grande: paciência... e basta (CERVANTES, 2004, p. 202, tradução de ERNANI SSO, 2013).

dinheiro seria uma injustiça que ele, como cavaleiro andante, não deveria permitir. A possibilidade de o prisioneiro precisar de dez ducados para subornar o escrivão e o procurador que o sentenciaram nem chega a ser considerada pelo fidalgo

A interação entre o fidalgo, o quarto e o quinto prisioneiros também trazem falhas na comunicação semelhantes às falhas encontradas nos diálogos com os demais personagens:

Pasó Don Quijote al cuarto [...] el cual, oyéndose preguntar la causa por qué allí venía, comenzó a llorar y no respondió palabra; mas el quinto condenado le sirvió de lengua, y dijo:

-Este hombre honrado va por cuatro años a galeras, habiendo paseado las acostumbradas vestido en pompa y a caballo [...] y la culpa por que le dieron esta pena es por haber sido corredor de oreja, y aun de todo el cuerpo. En efecto, quiero decir que este caballero va por alcahuete, y por tener así mismo sus puntas y collar de hechicero.

-A no haberle añadido esas puntas y collar, dijo Don Quijote, por solamente el alcahuete limpio no merecía el ir a bogar a galeras, sino a mandallas y a ser general dellas, porque no es así como quiera el oficio de alcahuete, que es oficio de discretos, y necesárisimo en la república bien ordenada, y que no le debía ejercer sino gente muy bien nacida [...].

-Así es, dijo el buen viejo, y en verdad, señor, que en lo de hechicero que no tuve culpa, en lo de alcahuete no lo pude negar; pero nunca pensé que hacía mal en ello, que toda mi intención era que todo el mundo se holgase, y viviese en paz y quietud sin pendencias ni penas [...] (CERVANTES, 2004, p. 203).³⁹

O fidalgo não reconhece a intenção informativa de seu interlocutor da forma como ele esperava e mostra-se ingênuo diante de seu escárnio, não conseguindo inferir o significado do enunciado que lhe fora dirigido, ou melhor, não inferindo o significado que seu interlocutor esperava que ele fosse capaz de inferir. Já no diálogo estabelecido com os dois últimos prisioneiros, há uma tentativa de fazer com que don Quijote tome alguma atitude em relação a eles e a situação deplorável em que se encontram:

³⁹ Dom Quixote passou ao quarto [...] que, ouvindo perguntar por que estava ali, começou a chorar e não respondeu uma palavra; mas o quinto condenado lhe serviu de língua:

— Este homem honrado vai para as galés por quatro anos, depois de ter passeado pelas ruas de costume, vestido, acompanhado com pompa e a cavalo.

[...] — A causa dessa condenação é porque negociava cobertores de orelha e até do corpo todo. Enfim, quero dizer que este senhor vai porque era alcoviteiro, e também por ter uma pitada de feiticeiro. — Se não tivesse acrescentado essa pitada... — disse dom Quixote —, porque apenas por puro alcoviteiro ele não merecia ir remar nas galés, mas sim comandá-las, ser o general delas. Pois não é assim como se pensa o ofício de alcoviteiro: é ofício de pessoas argutas, muito necessário numa república bem organizada, que só devia ser exercido por gente muito bem-nascida [...] — É isso mesmo — disse o bom velho —, mas na verdade, senhor, não sou culpado de feitiços. De alcovitagem, sim, não posso negar. Nunca, porém, pensei que fazia mal nisso, pois toda a minha intenção era que todo mundo se divertisse e vivesse em paz e quietude, sem rixas ou penas (CERVANTES, 2004, p. 203, tradução de ERNANI SSO, 2013).

Pasó adelante Don Quijote, y preguntó a otro su delito, el cual respondió con no menos, sino con mucha más gallardía que el pasado:

-Yo voy aquí porque me burlé demasiadamente con dos primas hermanas mías, y con otras dos hermanas que no lo eran mías. Finalmente, tanto me burlé con todas, que resultó de la burla crecer la parentela tan intrincadamente, que no hay sumista que la declare [...] si vuestra merced, señor caballero, lleva alguna cosa con que socorrer a estos pobretes, Dios se lo pagará en el cielo, y nosotros tendremos en la tierra cuidado de rogar a Dios en nuestras oraciones por la vida y salud de vuestra merced, que sea tan larga y tan buena como su buena presencia merece [...] (CERVANTES, 2004, p. 204).⁴⁰

Não há, neste diálogo, um desentendimento entre os interlocutores, mas é possível identificar na fala do prisioneiro a intenção de agir sobre don Quijote. O falante evidencia suas expectativas sobre a religiosidade do fidalgo dizendo-lhe que Deus o retribuirá caso ele possa ajudar todos os prisioneiros que ali estão, há, portanto, uma presunção de relevância da parte do ouvinte em relação à religiosidade do fidalgo. O último prisioneiro questionado também se expressa de forma clara e permite que don Quijote possa reconhecer suas intenções informativas de forma a lograr a interpretação do significado do que diz.

[...] soy Ginés de Pasamonte, cuya vida está escrita por estos lugares.

- ¿Y cómo se intitula el libro? preguntó Don Quijote. "La vida de Ginés de Pasamonte", respondió él mismo. ¿Y está acabado? preguntó Don Quijote. ¿Cómo puede estar acabado, respondió él, si aún no está acabada mi vida? Lo que está escrito es desde mi nacimiento hasta el punto que esta última vez me han echado en galeras. ¿Luego otra vez habéis estado en ellas? dijo Don Quijote. Para servir a Dios y al rey, otra vez he estado cuatro años, y ya sé a qué sabe el bizcocho y el corbacho, respondió Ginés; y no me pesa mucho de ir a ellas, porque allí tendré lugar de acabar mi libro, que me quedan muchas cosas que decir, y en las galeras de España hay más sosiego de aquel que sería menester, aunque no es menester mucho para lo que yo tengo de escribir, porque me lo sé de coro. Hábil pareces, dijo Don Quijote. Y desdichado, respondió Ginés, porque siempre las desdichas persiguen al buen ingenio. [...] (CERVANTES, 2004, p. 205).⁴¹

⁴⁰ Dom Quixote passou adiante e perguntou a outro qual era seu delito. O condenado respondeu, não com menos, mas com muito mais graça que o anterior: — Eu estou aqui porque fiz muitas travessuras com duas primas-irmãs minhas e com outras duas irmãs que não eram minhas; enfim, foram tantas travessuras com todas que a parentela cresceu de modo tão enrolado que não há diabo que a deslinde. [...] Condenaram-me às galés por seis anos, eu me conformei: o castigo foi por minha culpa; sou novo: que a vida continue, pois com ela tudo se alcança. Se vossa mercê, senhor cavaleiro, leva alguma coisa com que socorrer esses pobres-diabos, Deus o pagará no céu, e na terra nós teremos o cuidado de rogar a Ele em nossas orações pela vida e saúde de vossa mercê, que seja tão longa e feliz como sua boa aparência mostra que merece [...] (CERVANTES, 2004, p. 204, tradução de ERNANI SSO, 2013).

⁴¹ [...] Sou Ginés de Pasamonte, cuja vida foi escrita por estes dedos. — Agora diz a verdade — disse o beleguim. — Ele mesmo escreveu sua história, em que não há o que reparar, tanto que deixou o livro no cárcere empenhado por duzentos reais. — Mas penso resgatá-lo — disse Ginés — mesmo que me custe duzentos ducados. — É tão bom assim? — disse dom Quixote. — É tão bom que faz o Lazarillo

Interessante notar que Ginés demonstra afeição pela escrita, o que chama a atenção do fidalgo, já que ele se ocupa com a leitura das novelas de cavalaria com muita dedicação, assim, essa informação é relevante para don Quijote, a coincidência parece influenciar o sucesso da interação entre esses personagens.

Nas interações estabelecidas por don Quijote no capítulo XXII, é possível observar como o protagonista emprega seu conhecimento de mundo na interpretação dos enunciados que os prisioneiros lhe dirigem. Quando Sancho Panza anuncia-lhe que os acorrentados que avistam no caminho são homens forçados a pagar por seus delitos, seu contexto mental é mobilizado e as suposições que se encontram mais disponíveis em seu ambiente cognitivo formam um pano de fundo no qual as contribuições informativas dadas pelos acorrentados vão sendo processadas. Essas suposições são prioritariamente aquelas referentes à cavalaria e que prescrevem que ele deve desfazer injustiças, acudindo aos mais necessitados.

Na mudança de seu estado mental, as suposições formadas em suas leituras passaram a ser aceitas como verdadeiras ou mais provavelmente verdadeiras em relação às demais suposições fatuais que constituem seu conhecimento de mundo (SPERBER; WILSON, 2001). É o que o fidalgo evidencia, por exemplo, ao se comunicar com o primeiro prisioneiro que afirma ter sido preso por estar apaixonado, a nova informação é bastante relevante para ele, visto que, se a paixão é considerada um crime, sua prisão é incontestável diante da veracidade de seu amor por Dulcinea.

Dessa forma, mesmo sem o reconhecimento da intenção informativa do interlocutor, temos uma entrada de dados (*input*) cuja proposição anuncia que a paixão pode ser um crime, essa informação é processada e seu processamento tem como resultado (*output*) um significado que indica a possibilidade de o fidalgo ir para a prisão. O raciocínio implicado nesse processamento parte de um enunciado

de Tormes comer poeira — respondeu Ginés. — Ele e todos os que foram ou serão escritos no gênero. Só posso dizer a vancê que trata de verdades, verdades tão lindas e graciosas que não há mentira que se compare. — E como se intitula o livro? — perguntou dom Quixote. — A vida de Ginés de Pasamonte — respondeu o próprio. — E está pronto? — perguntou dom Quixote. — Como poderia — respondeu ele —, se minha vida ainda não acabou? O que está escrito vai de meu nascimento até o ponto em que me mandaram para as galés, esta última vez. — Então estiveste nelas antes? — disse dom Quixote. — Para servir a Deus e ao rei, estive outra vez por quatro anos, e conheço bem a dieta das galés: biscoito e chibata — respondeu Ginés. — Não me incomoda muito voltar para lá; ao menos terei tempo de acabar meu livro, pois ainda me faltam muitas coisas para dizer, e nas galés da Espanha há mais sossego do que seria necessário, embora eu não precise muito para o que tenho de escrever, porque o sei de cor. — Pareces bem capaz — disse dom Quixote. — E infeliz — respondeu Ginés —, porque as desgraças sempre perseguem os homens de gênio (CERVANTES, 2004, p. 205, tradução de ERNANI SSO, 2013).

contextualizado situacionalmente e enriquecido com o conhecimento de mundo do indivíduo para chegar a uma conclusão que altera sua representação total sobre os fatos vivenciados.

Na ausência de resposta à indagação que faz ao segundo prisioneiro, don Quijote continua a interagir com o primeiro que novamente contesta-o de forma metafórica. Incapaz de reconhecer a intenção informativa no enunciado, o cavaleiro se vale da associação entre a proposição expressa por um ditado popular e os termos utilizados pelo prisioneiro para construir sua metáfora, e realiza uma asserção sobre a nova informação a partir do conhecimento obtido anteriormente. Com a intervenção de um dos guardas, a intenção informativa do prisioneiro é esclarecida e verificamos neste momento da narrativa a gradual transformação no contexto mental do protagonista, que tem seu conhecimento de mundo ampliado com a interpretação da metáfora, podendo ir além do significado literal do enunciado.

As falhas comunicativas que ocorrem nos diálogos presentes no capítulo XXII possibilitam averiguar que, a unilateralidade contextual nas interpretações realizadas por don Quijote não impede que o protagonista processe novas informações e às integre em seu conhecimento de mundo, todavia, a desconsideração do contexto espaço-temporal, social e situacional inviabilizam o reconhecimento da intenção informativa de seus interlocutores. Tanto as inferências indutivas, abduativas e dedutivas do fidalgo são concluídas por meio de um percurso de reafirmação ou contradição dos princípios cavaleirescos que ele professa, caracterizando a formação de vieses cognitivos determinantes na construção de seu conhecimento de mundo.

Mesmo com o esclarecimento de quem eram os indivíduos com quem se propunha a interagir e com as advertências de seu escudeiro e dos guardas que acompanhavam os acorrentados, don Quijote insiste em supor que estava diante de uma injustiça. No intercâmbio conversacional que transcorre a partir do terceiro prisioneiro, ainda que os personagens tenham um estilo linguístico diferente, a evidência das intenções informativas se dá de maneira mais clara. Don Quijote reconhece a intenção dos interlocutores, contudo, infere somente os significados das informações que lhe são mais relevantes.

A cada estímulo verbal que os prisioneiros dirigem a don Quijote, o contexto mental do fidalgo é mobilizado para acomodar as novas informações que estão sendo processadas. Os enunciados recebidos como resposta a suas indagações têm seu significado inferido de acordo com viabilidade de prática da cavalaria, assim, o

contexto que serve como pano de fundo para a interpretação de cada enunciado é selecionado segundo suas expectativas de relevância, como analisamos ao abordar as suposições e a formação dos contextos utilizados pelo protagonista para realizar suas inferências.

No decorrer da análise das interações verbais que ocorrem no capítulo XXII, podemos observar como as atividades inferenciais de don Quijote ficam à mercê de vieses cognitivos que influenciam diretamente a interpretação do significado dos enunciados que lhe são dirigidos. Seu estado mental patológico força-o a uma inferência unilateral que se utiliza apenas dos conhecimentos prévios que o fidalgo construiu nas leituras das novelas de cavalaria. Nessa perspectiva, ainda que suas interações sejam social e situacionalmente contextualizadas, não são os contextos externos que determinam suas interpretações, mas sim o contexto mental que é transformado a cada nova informação processada e submetida à reafirmação ou contradição de suas crenças.

Considerando que essa seleção contextual unilateral nas inferências de don Quijote ocorre devido à potencial relevância que têm, para ele, as informações relacionadas à cavalaria, no próximo capítulo discutimos como a propriedade relevante dessas informações podem interferir no sucesso do intercâmbio conversacional com os demais personagens e como ela coopera com a ampliação do de mundo do indivíduo.

6 A RELEVÂNCIA CONVERSACIONAL EM DON QUIJOTE DE LA MANCHA

O modelo ostensivo-inferencial da comunicação humana descrito pela TR sugere que as trocas informativas que ocorrem numa interação verbal são orientadas por um Princípio de Relevância e não por um Princípio de Cooperação, como previa Grice (1975). Conforme a TR, tanto as atividades de ostensão quanto as atividades de inferência estão subordinadas às expectativas de relevância dos interlocutores que sempre buscam maximizar sua produtividade e eficiência cognitiva, procurando ostentar e inferir as informações que lhes sejam mais relevantes.

As considerações sobre a caracterização psico-comunicativa de don Quijote e a análise dos contextos por ele utilizados na interpretação de estímulos verbais e não verbais permitem uma apreciação do conhecimento de mundo do protagonista e a identificação de quais de suas suposições são mobilizadas com maior frequência na inferência do significado das novas informações que ele processa. No entanto, as asserções apresentadas nas seções 7.1 e 7.2 ainda são insuficientes para explicar o porquê todas as inferências do fidalgo se amparam nas suposições que ele formou nas leituras das novelas de cavalaria e não no restante de seu conhecimento prévio.

No decorrer dos capítulos aqui analisados, é possível constatar que nas peregrinações de don Quijote pelos campos da Mancha, o fidalgo está exposto a uma série de estímulos verbais e não verbais. Contudo sua atenção recai sobre os estímulos que, de alguma forma, ele relaciona com a oportunidade de exercer seu ofício de cavaleiro andante. É o que acontece, por exemplo, quando, depois de seu juramento, no capítulo IV, don Quijote está caminhando aos arredores de um bosque e ouve as murmurações que vinham de seu interior, interpretando-as como um pedido de socorro.

Para Dascal (2006), essa seleção ocorre devido a existência de um filtro cognitivo que atua na percepção do indivíduo, de modo que inconscientemente ele se atente apenas aos estímulos que têm mais probabilidade de comportar significados que lhe sejam relevantes. O fenômeno permite a maximização da eficiência das atividades cognitivas que podem voltar-se ao processamento de informações que aperfeiçoem o conhecimento de mundo prévio. Nesse sentido, um indivíduo não processa todas as informações às quais tem acesso. No caso de don Quijote, ele interessa-se pelos estímulos que representam a possibilidade de praticar e ampliar seu conhecimento sobre a cavalaria.

As informações relacionadas à cavalaria são relevantes a don Quijote porque provocam efeitos cognitivos positivos em seu contexto mental, já que fortalecem, combinam e contradizem suposições já existentes em seu ambiente cognitivo, ampliando seu conhecimento de mundo. É provável que tais efeitos tenham colaborado diretamente para a mudança de seu estado mental.

À medida que suas leituras avançavam, a conduta heroica dos cavaleiros andantes fortaleceu suas suposições fatuais sobre a plausibilidade de um mundo mais justo sob a existência da cavalaria; ao mesmo tempo em que contradisse as suposições fatuais sobre os fatos e objetos que o cercavam, fazendo-o acreditar que realmente vivia num mundo repleto de injustiças. Por fim, a combinação das novas suposições formadas por meio da ficção, com as antigas suposições sobre a realidade, viabilizou a construção das suposições que lhe imprimiram a crença na possibilidade de restituir a cavalaria tal como era praticada pelos personagens das novelas que leu.

Esses efeitos cognitivos delineiam-se no discurso do protagonista quando ele interroga e contesta seus interlocutores durante as interações verbais que estabelece. No capítulo IV, don Quijote vê Juan Hadudo agredindo Andrés, o empregado estava com as mãos atadas e, ao lado do agressor, havia uma lança, artefato fundamental na prática da cavalaria. Os estímulos provocados pela imagem da lança e pela situação de Andrés enquanto era agredido, são ostensivamente relevantes para o fidalgo; a presença da lança mobiliza suas suposições acerca da cavalaria, confirmando a possibilidade de sua restituição, ao mesmo tempo em que a agressão do patrão ao empregado reafirma suas suposições sobre a recorrência de injustiças no mundo em que vive.

A circunstância em que se encontram Hadudo e Andrés comporta informações que fortalecem as suposições de don Quijote sobre o estado das coisas, sendo-lhes, portanto, altamente relevantes. No contexto mental do fidalgo, as suposições que formam o pano de fundo sobre o qual as novas informações serão processadas são selecionadas de acordo com suas expectativas que estão majoritariamente orientadas para a cavalaria, por esse motivo, todas as suas interações são consideradas como uma oportunidade de exercê-la.

As informações que fortalecem as suposições que don Quijote tem como verdadeiras ou mais provavelmente verdadeiras, isto é, aquelas que têm um efeito cognitivo positivo em seu contexto mental, são processadas e integradas ao seu

conhecimento de mundo. As suposições que não atendem suas expectativas, pelo contrário, são descartadas, os estímulos que as anunciam, por vezes, sequer são percebidos. É o que ocorre quando, no capítulo VIII, o cavaleiro avista os moinhos de vento e anuncia ao escudeiro que vê gigantes com quem pretende travar batalha.

Constatando o delírio de seu amo, Sancho Panza o contesta, afirmando que o que vê são grandes moinhos de vento e não gigantes. A informação do escudeiro é impugnada pelo fidalgo, que o insulta e parte para uma investida contra as aspas de um dos moinhos. As proposições expressas pelo enunciado de Sancho Panza contrariam aquilo que don Quijote acredita ser verdadeiro e frustram suas expectativas de se encontrar numa oportunidade de praticar a cavalaria. Assim, de acordo com o conhecimento do cavaleiro, elas são falsas e poderiam não obter efeitos cognitivos positivos, sendo irrelevantes diante de suas suposições sobre o mundo.

Nas interações entre don Quijote e Sancho Panza, as informações que parecem ser falsas e irrelevantes ao fidalgo num contexto mental formado pelas suposições sobre a legitimidade da cavalaria, tornam-se relevantes num contexto formado pelas suposições sobre a covardia e ignorância do escudeiro diante dos princípios cavaleirescos. É o que evidencia o intercâmbio conversacional que os protagonistas estabelecem no episódio do rebanho de ovelhas. Depois de verificar que a nuvem de poeira que se avultava à frente era causada por grandes rebanhos de ovelha e não por dois exércitos, como avisava don Quijote, Sancho Panza dirige-se ao amo refutando-o, e novamente é chamado de covarde.

De acordo com a TR, a interpretação do significado de novas informações é orientada pelo Princípio de Relevância, que impele a mente humana a processar uma nova informação num contexto onde ela obtenha maior quantidade de efeitos cognitivos com um menor custo de processamento. A mente de don Quijote trabalha de modo potencializar a relevância das informações e, sob a influência de uma patologia, faz com que os contextos selecionados na interpretação sejam formados apenas pelas suposições sobre a cavalaria. Dessa forma, as informações processadas funcionam ou como reafirmação ou contradição dessas suposições.

As informações que reafirmam as expectativas de don Quijote sobre a cavalaria são processadas com menor custo, pois o contexto que as integram está mais acessível, assim são mais relevantes. Já as informações que contradizem os hábitos cavaleirescos ou inserem no intercâmbio conversacional proposições que se

aproximam mais da realidade do que da ficção são menos relevantes ou irrelevantes, pois requerem um contexto de difícil acesso.

É devido a essa relação “custo-benefício” de informações, sob a qual trabalha a mente humana, que don Quijote ignora muitas reprimendas de Sancho Panza que o alertam para o perigo e, quando as processa, interpreta-as como uma falha no conhecimento de mundo do interlocutor, e não como a possibilidade de estar equivocado. Quando Sancho Panza adverte o fidalgo sobre seus delírios, suas contribuições informativas geralmente são uma tentativa de tornar um conjunto de suposições sobre realidade mutuamente manifestas (SPERBER; WILSON, 2001), o que acaba por contradizer as suposições sobre a cavalaria que ele formou a partir da ficção. Logo, don Quijote acusa o escudeiro de ser “covarde” ou de “não estar versado” na arte da cavalaria.

Dentro do leque de possíveis contextos formados pelas suposições cavaleirescas, nos quais uma nova informação pode ser processada na mente de don Quijote, as informações que reafirmam suas crenças sobre a viabilidade da restituição da cavalaria são relevantes em contextos formados pelo conhecimento que adquiriu em suas leituras. As informações que tratam sobre a realidade e opõem-se a essas crenças do fidalgo são relevantes num contexto que reúne impressões de ignorância e incompreensão por parte dos indivíduos com quem ele interage.

Essa dinâmica da potencial relevância das informações reforça a afirmação de Sperber e Wilson (2001) sobre a propriedade relevante de cada informação estar estreitamente relacionada aos possíveis contextos em que ela pode ser processada. Segundo Santos (2013;2014), a relevância de uma informação é determinada sobretudo pelo nosso conhecimento de mundo, por aquilo que acreditamos ser verdadeiro e, como nosso conhecimento de mundo é constantemente reformulado, o que nos é relevante num dado contexto pode não ser relevante em outros.

Esse comportamento mental do protagonista, apesar de ser considerado como patológico na narrativa cervantina, é muito recorrente fora da ficção literária. Na atual conjuntura sócio-histórica, condutas como a de don Quijote têm sido comuns principalmente em grupos políticos e religiosos mais extremistas. Quando nos dirigimos a algum indivíduo integrante desses grupos, e nosso enunciado torna manifesto um conjunto de suposições que reafirma sua crença religiosa ou preferência política, as novas informações parecem ser processadas com baixo custo, e nosso

ouvinte responde de maneira a confirmar a relevância da informação, demonstrando estar satisfeito por ter a veracidade de suas suposições reafirmada.

No entanto, se o conjunto de suposições que tornamos mutuamente manifestas contrariam suas crenças e questionam a veracidade das suposições que esse indivíduo tem sobre o mundo, instantaneamente somos ignorados ou interpelados de forma grosseira. Nessa situação verificamos a dificuldade em arcar com o alto custo de processamento daquilo que dissemos e, não raro, atribuem-nos desconhecimento da causa ou alienação da realidade.

No contexto da crença religiosa, essas questões se revelam proeminentes e, até mesmo as alucinações são relevantes, não sendo julgadas como tal. Recentemente pudemos identificar no Brasil uma tentativa de fusão das esferas política e religiosa. Nessa circunstância, a então futura ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos teve um vídeo divulgado, em que testemunhava já ter visto Jesus Cristo subindo numa goiabeira. Nas imagens observamos que nenhum dos indivíduos que a ouviam dentro da igreja a impugnou ou a chamou de louca, apenas os indivíduos que não partilhavam da mesma crença religiosa ou preferência política recorreram às redes sociais para interpelar o relato, acusando-a de estar delirando em rede nacional.

A partir dessa relação que estabelecemos entre o comportamento de don Quijote e o fato que envolveu a ministra, podemos inferir que a relevância de uma nova informação está atrelada àquilo que temos como verdadeiro, ao conhecimento de mundo que construímos em nossas experiências e interações. E é esse mesmo Princípio de Relevância que orienta a interpretação do significado de uma nova informação processada pela mente, influenciando a seleção dos contextos que as integrarão.

No episódio do Elmo de Mambrino narrado no capítulo XXI, observamos como don Quijote traz a memória suposições formadas em experiências anteriores para interpretar os estímulos provocados pela presença de um homem que carregava consigo uma bacia reluzente. Em mais um de seus devaneios, o fidalgo insiste que a bacia é o Elmo de Mambrino sobre o qual fez seu juramento de cavaleiro andante no terceiro capítulo da obra.

Don Quijote recorda-se da fracassada aventura com os pisões, vivenciada no capítulo XX, na qual Sancho Panza o faz desistir de empreender sua coragem para descobrir a origem das batidas compassadas que o assustavam em meio a escuridão.

A semelhança entre o artefato reluzente e o falso elmo serve como estímulo para a mobilização não só das suposições formadas na leitura das novelas de cavalaria, mas também do conhecimento adquirido nas situações vivenciadas antes de encontrar o homem com a bacia. Por fim, relacionando as representações mentais construídas sobre os acontecimentos dos capítulos III e XX, don Quijote interpreta a presença do homem e sua bacia como uma aventura enviada pelas forças divinas para compensar as frustrações que tiveram nesses dois episódios

O conhecimento obtido nos capítulos III e XX é que viabiliza don Quijote inferir o significado das novas informações processadas como uma aventura. Neste episódio do Elmo de Mambrino, observamos como cada nova experiência e cada informação processada modifica nosso conhecimento, ampliando-o e interferindo em interpretações futuras. Consequentemente esse movimento de nosso contexto mental influi na propriedade relevante das informações que processamos, confirmando ou descartando sua veracidade.

A análise dos processos inferenciais de don Quijote, a partir da interação verbal que estabelece com os prisioneiros do episódio narrado no capítulo XXII, possibilita averiguar que as suposições que don Quijote formou na leitura das novelas de cavalaria são preponderantes na interpretação dos enunciados que lhe são dirigidos. A ordenação dessas suposições, segundo a TR, se dá através de efeitos cognitivos que estimulam aquelas que estão mais acessíveis em sua mente. Isto é, seu contexto mental possui primazia sobre os processos inferenciais por ele realizados, ficando o contexto físico em segundo plano na interpretação do significado.

As considerações sobre o Princípio de Relevância conversacional tecidas até aqui esclarecem que essa restrição na formação dos contextos por meio dos quais o protagonista interpreta o que lhe dizem se dá devido a mente humana buscar processar as informações a baixo custo. O objetivo das atividades cognitivas atreladas ao processamento de uma nova informação é obter o maior número de efeitos cognitivos possíveis de forma menos exaustiva. Por isso don Quijote interpreta apenas significados que estejam alinhados a suas expectativas de cavaleiro andante e não às intenções informativas de seus interlocutores.

A dificuldade do fidalgo em reconhecer as intenções de seus interlocutores se deve a essa “economia” cognitiva. Quando ele passa a interagir com os prisioneiros, os indivíduos não procuram deixar suas intenções informativas tão claras, o que o obriga a empregar mais esforço para interpretá-las. A ausência desse maior esforço

incorre em falhas na comunicação, que acabam por levar o fidalgo a considerar os prisioneiros como inocentes e os guardas como pessoas inoportunas que forçavam aqueles homens a uma punição injusta. O equívoco da interação ocorre porque seu foco de relevância é orientado para as suposições desenvolvidas nas leituras das novelas de cavalaria, que alimentam sua ânsia por um mundo mais digno.

Os diálogos analisados ilustram problemas de comunicação bastante recorrentes em nosso cotidiano nos mais diversos contextos em que interagimos e, como pudemos observar, formam um campo de estudos que é de domínio pragmático. Notamos como a mente ordena a seleção de conhecimentos utilizados pelo ouvinte nos processos de interpretação do significado e o porquê de algumas informações serem mais relevantes que outras.

Sendo a relevância um mecanismo que opera a “custo-benefício”, é natural que interpretemos o significado dos enunciados através das suposições que estão mais salientes em nossa mente, pois isso torna o processo inferencial mais fácil, isto é, o custo para a interpretação do significado é mais baixo do que se fôssemos utilizar suposições que no momento não nos são tão manifestas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao cumprir o objetivo de revisitar os estudos pragmáticos de orientação cognitiva e as discussões pragmáticas que os antecederam, verificamos que as teorias filosóficas sobre as quais se alicerça a pragmática trouxeram para o âmbito dos estudos da linguagem novas perspectivas de análise que possibilitam a apreciação não apenas dos elementos estruturais implicados no uso linguístico, mas também das diversas funções que a linguagem pode assumir na comunicação humana.

Na descrição da influência contextual nos processos de interpretação do significado, observamos que é graças ao desenvolvimento da linguagem verbal que os indivíduos são capazes de alcançar os mais altos níveis de abstração, construindo crenças e expectativas que podem ser partilhadas socialmente ou ainda se manterem como aspectos idiossincráticos. Em outras palavras, a linguagem é responsável pela mediação entre o indivíduo e o meio em que vive. Assim, é natural que a existência de um conflito entre o indivíduo e a realidade que o cerca seja identificada, sobretudo, no em seu uso linguístico, ao interagir com outros indivíduos.

Podemos constatar o estado mental patológico de don Quijote por seu discurso demasiado eloquente e sua dificuldade para reconhecer as intenções informativas de seus interlocutores. A unilateralidade das atividades interpretativas do protagonista não revela problemas de ordem estritamente linguística. Não obstante, evidencia disfunções na construção do significado das novas informações que processa, suas inferências se utilizam apenas dos conhecimentos que o fidalgo adquiriu nas leituras das novelas de cavalaria, ficando o restante de suas suposições imobilizadas durante todo o período em que se encontra enlouquecido. Isto é, sua patologia é diagnosticada por meio uso que o protagonista faz da linguagem ao se comunicar com os demais personagens da narrativa.

Na análise das situações comunicativas encontradas nos capítulos I, IV, VIII, XVII, XXI e XXI do romance cervantino, descrevemos como a potencial relevância de novas informações pode determinar a seleção dos conhecimentos utilizados pelos ouvintes em um processo inferencial. Averiguamos que a limitação das inferências de don Quijote se deve à potencial relevância das informações comportadas pelos enunciados que lhe são dirigidos. De acordo com a TR, a propriedade relevante das informações é o fator responsável pela seleção dos contextos nos quais uma

informação pode ser processada e, como as informações relevantes para ele são aquelas que se relacionam à cavalaria, sua conduta patológica pode ser explicada em termos de relevância conversacional.

A patologia mental do personagem tem origem no processo de formação dos contextos que servem suas inferências. Nesse sentido, é plausível afirmar que seu comportamento ilustra questões pertinentes ao domínio dos estudos pragmáticos, principalmente aqueles pertencentes à pragmática cognitiva, cujo expoente é a TR.

No decorrer do trabalho, pudemos concluir que nosso conhecimento de mundo, nossas crenças e expectativas determinam o que nos é relevante, atuando como mecanismos que nos permitem interpretar aquilo que vemos e ouvimos. A seleção desse conhecimento dentro de nossa mente é feita conforme o Princípio de Relevância que, por sua vez, seleciona quais de nossas suposições fatuais participarão de cada uma das inferências que realizamos. Dessa maneira, nosso conhecimento e nossas experiências estão intimamente relacionadas aos significados que resultam de nossas interpretações.

Ainda que haja esforços por parte dos falantes para que os ouvintes reconheçam suas intenções comunicativas e informativas, nossa interpretação estará sempre à mercê daquilo que acreditamos ser verdadeiro. Isto implica dizer que, enquanto falantes, direcionamo-nos a nossos ouvintes pautando-se em presunções de relevância, uma vez que é impossível ter certeza de que as informações que pretendemos comunicar serão interpretadas da forma como desejamos.

Numa interação verbal, esperamos que nossas ostensões sejam relevantes o suficiente para serem processadas por nossos ouvintes e que eles sejam capazes de construir um significado minimamente alinhado ao que ostentamos. Quando isso não ocorre, deduzimos que houve uma falha na comunicação. A comunicação só será bem-sucedida, portanto, quando nossos ouvintes forem capazes de reconhecer nossas intenções informativas.

Todas as asserções feitas neste trabalho foram suscitadas durante a leitura do romance cervantino “El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha”, no qual encontramos a viabilidade de discutir assuntos que ultrapassam os limites da ficção e nos levam a pensar o comportamento humano que, apesar de já nos parecer comum, não está ausente das inúmeras dificuldades tão pleiteadas no âmbito dos estudos da linguagem.

A obra cervantina torna-se um solo fértil para os estudos pragmáticos não só porque permite a observação dos mecanismos cognitivos mobilizados no processamento de novas informações, mas porque deixa em evidência que cada processo é viabilizado substancialmente pela linguagem verbal. No romance de Cervantes constatamos que a linguagem é aspecto constitutivo da mente humana e é capaz de limitar ou estimular seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ALVES, D. **Eu vi Jesus no pé de goiaba.** Disponível em: <<<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-eu-vi-jesus-no-pe-de-goiaba-diz-damara-alves-futura-ministra-de-bolsonaro/>>> Acesso em: 10/03/2020.
- ARMENGAUD, F. **A pragmática.** (Trad. Marcos Marcionilo). São Paulo: Parábola, 1999/2006.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer.** (Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho) Porto Alegre: Arttext, 1962/1990.
- BAR-HILLEL, Y. Expressões indiciais. In: A pragmática. In: DASCAL, Marcelo. (org). **Fundamentos metodológicos da linguística – pragmática:** problemas, críticas, perspectivas da linguística-bibliografia. Campinas: Unicamp, 1982.
- BENFATTI, M. F. N; GODOI, E. **Ontopragmática, sensibilidade ao contexto e léxico mental:** A interface semântico-pragmática do pensamento. Juiz de Fora. 2/2013. p. 211-231, abr. 2014.
- BORDERIA, S. P. **Conceptos y aplicaciones de la teoría de la relevancia.** Arco-libros. Madrid: 2004.
- BUSATTO, A. V. B. **A crítica irônica de Cervantes.** 2015. 111 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015.
- CANAL, A. **Las Fuentes literarias de Cervantes.** 4.ed. Mexico: Frente de Afiracion Hispanista, 2018.
- CASTRO, A. El Pensamiento de Cervantes. Barcelona: Editorial Moguer, S.A. 1972.
- CERVANTES, M. S. **O engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha.** Tradução de Ernani Ssó. Companhia da Letras: São Paulo, 2013.
- CERVANTES, M. S. **El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha.** São Paulo: Real Academia Española: Asociación de Academias de la Lengua Española, 2004.
- CHARAUDEAU, P. **Dicionário de análise do discurso.** Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau; coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- CORSETTI, C. R. Inferências semântico-pragmáticas e segunda língua. In: CAMPOS, Jorge (org.). **Inferências linguísticas nas interfaces.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 67–81.
- COSCARELLI, C. V. **Reflexões sobre as inferências.** Anais do VI CBLA - Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, Faculdade de Letras da UFMG, CD Rom, 2002.
- DASCAL, M. **Interpretação e compreensão.** São Leopoldo: Unisinos, 2006.

DASCAL, M. **Pragmática e filosofia da mente I: o pensamento na linguagem**. (Trad. Rodrigo Borges de Favri). Curitiba: editora UFPR, 1993/2011.

DASCAL, M. Relevância Conversacional. In: DASCAL, Marcelo. (org). **Fundamentos metodológicos da linguística – pragmática**: problemas, críticas, perspectivas da linguística-bibliografia. Campinas: Unicamp, 1982.

DUTRA, L. H. A. **Introdução crítica à semântica filosófica**. Florianópolis: Editora UFSC, 2a. ed., 2017.

FIORIN, J. L. A linguagem em uso. FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à linguística**. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, P. J. **Arqueologia da inferência**. 2017. 139 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, Paraná.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GONZÁLEZ, R. A. Realidad, ficción y juego en el quijote: locura-cordura. In: **Rev. Chilena de literatura**. Santiago , n. 67, p. 161-175, nov. 2005.

GRICE. H. P. Lógica e conversação. In Marcelo Dascal (org). **Fundamentos metodológicos da linguística – pragmática**: problemas, críticas, perspectivas da linguística-bibliografia. Vol. IV. Pragmática. Campinas: Unicamp, 1975/1982.

HARDY-VALLÉE, B. **Que é um conceito?**. São Paulo: Parábola, 2013.

HAYAKAWA, S. I. **A linguagem no pensamento e na ação**. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1977.

JOUE, V. **A leitura**. São Paulo: Unesp, 2002. Trad. Brigitte Hervot.

LEADER, D. **O que é loucura?** Delírio e sanidade na vida cotidiana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, H. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Org). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos : volume 3. 5.ed./ 2ª. reimpressão=2016. São Paulo: Cortez, 2016.

OLIVEIRA, R. P; BASSO, R. M. **Arquitetura da Conversação**: teoria das implicaturas. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

ORTEGA y GASSET, J. **Meditaciones del Quijote**. Ediciones Catedra: Madrid, 1995.

PARRET, H. **Enunciação e pragmática**. Campinas: Unicamp, 1988.

RAJAGOPALAN, K. **Nova pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola, 2010.

RAMOS, F. Y. **Cooperación y Relevancia**: dos aproximaciones pragmáticas a la interpretación. Alicante: Universidad de Alicante, 2003.

RIQUER, M. Cervantes y el Quijote. In: CERVANTES M. **Don Quijote de la Mancha**. São Paulo: Real Academia Española: Asociación de Academias de la Lengua Española, 2004.

SANTOS, Sebastião Lourenço. **O enigma da piada: convergências teóricas e emergência pragmática**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2014.

SANTOS, Sebastião Lourenço. **A interpretação da piada na perspectiva da teoria da relevância**. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2009.

SANTOS, Sebastião Lourenço. **Contexto e contextualização**: quando o significado acontece. Anais do VII Ciclo de estudos em Linguagem. Ponta Grossa: 2013.

SEARLE, J. **Intencionalidade: um ensaio sobre a filosofia da mente**. Tradução de Julio Fischer e Tomas Rosa Bueno. Martins Fontes: São Paulo, 1983/1990.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **A teoria matemática da comunicação**. Tradução de Orlando Agueda. São Paulo: DIFEL, 1975.

SILVA, Adriana Quinelo da. Como funciona a inferência morfossemântica? In: CAMPOS, Jorge (org.). **Inferências linguísticas nas interfaces**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 40–51.

SOUZA, Marcos. **Era o verbo um Deus? – Análise de João 1:1 a partir da Teoria da Relevância**. In: RAUEN, Fabio José, SILVEIRA, Jane Rita Caetano da. (Orgs.) **Linguagem em discurso: Teoria da Relevância**. Tubarão: Unisul, 2005.

SPERBER, D; WILSON, D. **Relevância: comunicação e Cognição**. Tradução de Helen Santos Alves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. (Original em 1986).

STALNAKER, Robert C. A pragmática. In: DASCAL, Marcelo. (org). **Fundamentos metodológicos da linguística – pragmática**: problemas, críticas, perspectivas da linguística-bibliografia. Campinas: Unicamp, 1982.

VALDEÓN, J. **História de Espanha**. Lisboa: Edições 70, 2014.

VIDAL, M. V. E. **Introducción a la pragmática**. Barcelona: Ariel Linguística, 2002.

VIEIRA, M. A. C. Dom Quixote: A obra e seus leitores. In: MONTE, S; (Org.). **DOM Quixote 400 anos de paixão**. Rio de Janeiro: EMERJ, 2012.

VIEIRA, M. A. C. **O dito pelo não dito**: paradoxos de Don Quixote. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1998.

VILLANUEVA, Darío. Prólogo a la segunda edición del IV centenario del Quijote. In: CERVANTES M. **Don Quijote de la Mancha**. São Paulo: Real Academia Española: Asociación de Academias de la Lengua Española, 2004.

WEEDWOOD, B. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. (Tradução de José Carlos Bruni). Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1953.

YEKOVICH, F. R., WALKER, C. H., OGLE, L.T., THOMPSON, Michele A.. The influence of domain knowledge on inferencing in low-aptitude individuals. In: GRAESSER A., BOWER G. H.(Eds.). **Inferences and Text Comprehension**. San Diego: Academic Press, v.25, p.259-278, 1990.